

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**  
**PPGAS- UFAM**

**“APRENDENDO E MUDANDO A VIDA DA GENTE”: A construção de lideranças femininas nas ocupações de moradia urbana Pascoal Alágio e Castanhal em Parintins/Am (2016-2020)**

**Ianna Paula Batista Gonçalves**

**Manaus/Amazonas**  
**2022**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**  
**PPGAS- UFAM**

**“APRENDENDO E MUDANDO A VIDA DA GENTE”:** A construção de lideranças femininas nas ocupações de moradia urbana Pascoal Alágio e Castanhal em Parintins/AM (2016-2020)

**Ianna Paula Batista Gonçalves**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, como requisito para obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Marcia Regina Calderipe Farias Rufino.

**Manaus/Amazonas**  
**2022**

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

G635a      Gonçalves, Ianna Paula Batista  
"Aprendendo e mudando a vida da gente": a construção de lideranças femininas nas ocupações urbana Pascoal Alágio e Castanhal em Parintins/Am (2016-2020)" / Ianna Paula Batista Gonçalves. 2022  
111 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Márcia Regina Calderipe Farias Rufino  
Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Agências. 2. Lideranças femininas. 3. Ocupações de moradia. 4. Engajamento político. 5. Parintins/Am. I. Rufino, Márcia Regina Calderipe Farias. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

IANNA PAULA BATISTA GONÇALVES

**"APRENDENDO E MUDANDO A VIDA DA GENTE":** A construção de lideranças femininas nas ocupações de moradia urbana Pascoal Alágio e Castanhal em Parintins/Am (2016-2020)"

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Márcia Regina Calderipe Farias Rufino  
Presidente da Banca Examinadora



Examinador/a 1  
Profa. Dra. Silvana Maria Bitencourt  
Examinadora externa: PPGS/UFMT



Examinador/a 2  
Profa. Dra. Raquel Wiggers  
Examinadora interna: PPGAS/UFAM



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Flávia Melo da Cunha  
Coordenadora  
PPGAS/UFAM  
Portaria GR 577/2021

## AGRADECIMENTOS

Agradeço as mulheres das ocupações de moradia da cidade de Parintins que foram minhas interlocutoras e que tornaram esta pesquisa possível.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, pela oportunidade de realizar o mestrado.

Agradeço a minha professora orientadora Márcia Regina Calderipe pela orientação e apoio para a concretização desta pesquisa.

Aos professores Sergio Ivan Gil Braga e Raquel Wiggers que contribuíram com este trabalho na qualificação de mestrado.

Agradeço a minha mãe Maria Elcilete pelo amor e apoio incondicional, agradeço ao meu pai José Mario, que foi um dos maiores financiadores dos meus estudos.

Agradeço a toda minha família, em especial as minhas tias que sempre estiveram me apoiando e acreditando em mim.

A minha irmã Lorena, irmã presente, amiga e ouvinte, e ao meu irmão Moises que, mesmo distante, sua lembrança me fez questionar as minhas pressas na vida.

A minha avó Izolete Maria minha referência de amor e força, e a minha bisavó Maria do Carmo (*in memoriam*) que fez a infância mais doce.

Às minhas amigas de Parintins Viviane, Isabelle e Nara que se fizeram rede de apoio e foram como uma família em Parintins, e ao Roger Kenedy pela companhia e apoio quando estava fazendo o campo em Parintins.

Agradeço as amigas que fiz no mestrado Tayná e Silvia, pelos momentos de alegrias e de acolhimento.

Agradeço ao Francisco, amigo querido que me colocou no mundo da pesquisa quando ainda estava à deriva na vida acadêmica.

Ao Riccardo pela boa vivencia, acolhimento, e pelo cuidado afetuoso.

Agradeço a CAPES pelo financiamento de estudo nos 27 meses de bolsa.

À Malala e Elis pelo companheirismo e afeto genuíno, que fez minha vida ter mais leveza e amor verdadeiro.

## RESUMO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa etnográfica em duas ocupações urbanas na cidade de Parintins/Am, Castanhal e Pascoal Alágio, com o objetivo de identificar o processo de construção de lideranças femininas a partir das suas vivências e experiências nos movimentos de luta pela moradia. Observei que as ocupações se tornaram espaços de interação e socialização política para as mulheres porque é no seu interior que começam a participar das reuniões e dos encontros, das rodas de conversas, trocando experiências com outras mulheres. O engajamento das mulheres dentro dos movimentos de ocupação e no convívio com temáticas políticas possibilitaram a consciência sobre direitos sociais, geraram consciência política, intelectual e aprendizado individual e coletivo. Ao longo de sua participação nos movimentos pela moradia elas vão desenvolvendo formas de lutar para além das suas questões pessoais e desejos próprios. Para descrever sobre a participação política dessas mulheres nos espaços de liderança levo em consideração as relações interseccionais dadas no cotidiano das vivências e experiências das interlocutoras. Os obstáculos e desafios enfrentados pelas mulheres a partir de suas narrativas, remetem às relações de gênero, ao cuidado, a família e à maternidade.

**Palavras-chave:** Agências; lideranças femininas; ocupações de moradia; engajamento político; Parintins/Am.

## **ABSTRACT**

This work is the result of an ethnographic research into two urban occupancy in Parintins/AM, Castanhal e Pascoal Alagio. The aim was to identify the build-up process of female leadership from the standpoint of life histories and experiences in the social movements for home ownership rights. I could observe that these occupancies turn spaces for social interactions and political socialization for women and it's here that they start to engage in assemblies and meet-ups, in political caucuses and exchanging life experiences with one another. Female engagement inside these social movements and into these social caucuses turned possible a sensibilization on crucial issues, and were a fundamental contribution to the construction of a strong awareness on social rights and a profound political engagement. During their participation in the social movements, the women will learn ways of engage and fight for more than just individual issues and individual objective fulfillment, actually building community and lifelong ties with other women. In order to tackle political engagement of these women in leadership positions I consider the intersectional relations built during a lifelong entanglement of shared life experiences. The obstacles and challenges encountered by them, recalled into their narratives, are wonderful examples of gender relations, social and community care, family ties and maternity.

**KEYWORDS:** Agency; Female leadership; urban occupancy; Political engagement; Parintins/AM.

## LISTA DE FIGURAS E FOTOS

Figura 1 - Localização de Parintins.....	28
Figura 2 - Ilustração dos bairros da década de 1970 .....	30
Figura 3 - Ilustração dos bairros da década de 1980 .....	31
Figura 4 - Ilustração dos bairros da década de 2000 .....	42
Foto 1 - Barracos cobertos de palha. ....	52
Foto 2 - Barracos cobertos de palha e telhas .....	53
Foto 3 - Casas do projeto habitacional da prefeitura. ....	58
Foto 4 - Moradores da ocupação em Manifestação.....	85
Foto 5 - Dona Clodilde, Maisa e dona Joana.....	89
Foto 6 - Mônica entregando sacolas de alimentos para moradoras.....	95
Foto 7 - Maísa e Mônica e demais moradores posando com as frutas doadas pela SEMAST. ...	95
Foto 8 - Moradora cortando mandioca. ....	96
Foto 9 - Box de venda de Mônica. ....	98
Foto 10 - Box de venda da Coruja.....	98
Foto 11 - Visão geral do lugar da reunião.....	100
Foto 12 - Moradores chegando na reunião.....	100
Foto 13 - Moradores na reunião.....	101
Foto 14 - Lideranças e convidados na ocupação do Pascoal Alágio. ....	102
Foto 15 - Dona Claudia mostrando o levantamento dos moradores. ....	103
Foto 16 - Seu Ednei erguendo a carta de afastamento de Leandro. ....	103
Foto 17 - Daniele Froiz.....	104
Foto 18 - Entrega dos prêmios pelas lideranças da associação do Pascoal Alágio na reunião do dia dos Pais .....	106



## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

BNH – Banco Nacional da Habitação

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FJP – Fundação João Pinheiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PNADC – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAF M – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Mulher

PT - Partido dos Trabalhadores

SEMASTH – Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação

SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

## Sumário

Introdução .....	11
A pesquisa tem vida: caminhos e dados da pesquisa .....	15
Capítulo I .....	23
1.1 Meu lugar de enunciação .....	23
1.2 Breve introdução sobre a cidade de Parintins .....	27
1.3 As ocupações de terra como movimento de luta por moradia na cidade de Parintins .....	32
1.4 Heranças e rupturas: ocupações de terra como acesso a moradia em Parintins .....	40
Capítulo 2 .....	47
2.1 Despejos, aluguéis e coabitação: a vida antes de entrar nas ocupações de moradia .....	47
2.2 Quando uma ocupação surge: a busca por um terreno .....	49
2.3 Aqui era só um mato: a ocupação do Castanhal .....	51
2.4 Buscando uma outra terra: a Ocupação do Pascoal Alágio .....	57
2.5 Daniele e dona Gisele na ocupação do Pascoal Alágio .....	59
2.6 A morada e a família paras mulheres: um lugar para viver .....	61
Capítulo 3 .....	69
3.1 É hora de se unir: o engajamento das mulheres nas ocupações de moradia de Parintins .....	69
3.2 A atuação das lideranças: trabalho e conflitos .....	75
3.3 Mobilizações, conflitos e despejo .....	82
3.4 A pandemia para as mulheres no Brasil e na Amazônia .....	89
3.5 Cotidiano nas ocupações e o atravessamento da pandemia do covid-19 .....	94
3.6 Reuniões: Dia dos Pais e a III ocupação .....	99
Considerações finais .....	107

## Introdução

Este trabalho é resultado de uma pesquisa etnográfica em duas ocupações de moradia em área urbana, a Ocupação do Pascoal Alágio e Ocupação do Castanhal na cidade de Parintins, no estado do Amazonas, que teve como objetivo identificar o processo de construção de lideranças femininas a partir das suas vivências e experiências nas ocupações que buscam o direito à moradia. A ocupação é entendida como um ato político, como a forma extrema de pressão para chamar a atenção dos graves problemas vivenciado pela falta de terra (SCHWADE, 1995).

O interesse pelo estudo de ocupações em área urbana teve início no ano de 2017 quando estava finalizando a pesquisa para conclusão de curso de graduação em História com o tema *Movimento das Mulheres de Parintins dos anos de 1980-1990*. Em conversa com uma das minhas interlocutoras fui informada que iriam acontecer duas reintegrações de posses nas ocupações do Pascoal Alágio e Castanhal.

Ao entrar na ocupação Pascoal Alágio, visualizei parte do que acontecia, muitas casas sendo demolidas, famílias colocando suas coisas dentro de pequenos triciclos e caminhões disponibilizados pela prefeitura para sair de suas casas. Aglomerados de pessoas descontentes com a situação, pessoas desfazendo fiações elétricas, crianças por todo canto brincando, outras maiores ajudando seus pais. Por um tempo fiquei observando de longe a movimentação dos moradores. Na ocupação do Castanhal percebi que a paisagem não era diferente daquela encontrada na área do Pascoal Alágio com casas sendo demolidas, um fluxo de gente tentando resolver questões sobre mudanças e muitos curiosos dos bairros próximos acompanhavam a movimentação.

Meu retorno deu-se na semana do dia 20 de outubro de 2017, data marcada para o cumprimento da ordem de despejo das áreas ocupadas. Direcionei-me para a ocupação do Pascoal Alágio, pois já tinha uma indicação de conversar com Rafaela, uma jovem de 26 anos que carregava em seu corpo as marcas do cansaço, da tristeza e da insatisfação e, ao perguntar por ela, os moradores me indicaram onde ficava sua casa e era uma das lideranças de grande importância dentro da ocupação, pois estava participando desde o início do movimento em 2016, juntamente com outras mulheres, como dona Claudia e dona Gisele.

As conexões e alianças das lideranças da ocupação eram com o Partido dos Trabalhadores – PT, com pessoas da área jurídica e da defensoria pública da cidade que

auxiliaram as lideranças. Com esse apoio, a reintegração de posse foi anulada e a notícia foi divulgada pelas rádios locais, gerando comoção em todos. Muitas famílias agradeceram o tal feito e as lideranças organizaram um encontro de imediato, embaixo da castanheira que era o lugar para as reuniões. Pude observar a força das lideranças femininas, inclusive as mais antigas que estavam na ocupação desde o começo, vistas como sinônimo de luta dentro do movimento.

Particpei do “desfecho” desse evento que socialmente e politicamente marcou a cidade de Parintins em 2017. Pude perceber que as lideranças eram, na sua maioria, mulheres que “encabeçavam” as lutas por moradia, pude estar entre elas, observar suas estratégias de luta e como resistiam nos embates políticos para lutar pelo direito à habitação.

Como o meu objetivo naquele momento era compreender a atuação das protagonistas do movimento de mulheres, como dona Graça Guedes e dona Maria da Fé e suas relações com as lideranças de ocupação, percebi que dona Maria da Fé desenvolveu um trabalho de grande importância dentro do movimento de moradia através do seu trabalho no Conselho Municipal da cidade de Parintins - ConCidade. De forma voluntária, dona Maria da Fé auxiliou os movimentos de moradia nas questões jurídicas e nos direcionamentos da prefeitura da cidade.

Esses movimentos surgiram em um contexto de desmonte de programas de habitação popular em Parintins, especialmente dois projetos que estavam paralisados. Na década de 1990, constatei que os movimentos de moradia evidenciaram os problemas sociais, entre eles os habitacionais provocados pelo crescimento urbano somados à crise econômica (GONÇALVES, 2017). Esses movimentos foram acionados como lutas de referência (FERNANDES, 2001) e as ocupações se tornaram importantes organizações populares (GOHN, 1991).

Verifiquei que os movimentos sociais desde a década de 1980 já tinham a presença de mulheres e de outras minorias que buscavam transformações a partir das mobilizações populares (CARDOSO, 2008 e BONETTI, 2007). Neste campo de mobilizações, as mulheres tiveram grande protagonismo ao organizarem as ocupações, sendo que os movimentos populares de luta por moradia foram importantes mobilizações para as mulheres de classe populares (GOHN, 1991).

A experiência de vida das mulheres antes de entrarem para as ocupações são marcadas pela coabitação familiar, pelo pagamento de aluguel e por ordens de despejo. A busca pela ocupação significou para elas a “*oportunidade de ter uma casa*”, “*um*

*cantinho*”, um lugar de acolhimento e proteção para a sua família. Assim, as ocupações de moradia significaram para essas mulheres a oportunidade de construir seu próprio lar junto com suas famílias, neste sentido, família se configura como um campo de reflexão para as relações estabelecidas nesses espaços (SARTI, 200).

O desejo de ter uma moradia impulsionou as mulheres a se envolverem na organização política das ocupações, engajamento efetivado pela participação nas reuniões e mobilizações, tornando-se importantes espaços de interação e socialização e para seu processo de formação política, resultando também numa organização coletiva. O aprendizado por meio das práticas políticas nas ocupações possibilitou às mulheres se posicionarem de forma efetiva na reivindicação de seus direitos, principalmente o direito à moradia.

Considerando que a participação das mulheres também evoca as questões de gênero, compreendo que tal marcador impacta no acesso e na sua permanência em cargos de liderança (BIROLI, 2018), pois experenciam as desigualdades de gênero nos espaços políticos das ocupações.

O ponto de vista que apresento é o ponto de vista de minhas interlocutoras, suas vivências e experiências, observadas a partir de suas agências e intencionalidades enquanto mulheres atuantes como lideranças de movimentos de luta pela moradia.

Para Miñoso (2020) a descolonização do feminismo surge de uma proposta emergente apoiada na crítica produzida pela teoria negra, indígena, anti e decolonial na América Latina. Desse modo, a epistemologia feminista apoia-se numa perspectiva do conhecimento situado que parte da experiência, contribuindo para aquilo que se chamou de teoria do ponto de vista.

O feminismo negro já reivindicava a noção de uma experiência localizada das mulheres negras, recuperando e ressignificando a noção de uma teoria do ponto de vista, primeiramente posta pelas feministas brancas. Com o objetivo de produzir uma crítica ao método de produção de conhecimento pela ciência moderna propondo, em seu lugar, a utilização da experiência como forma efetiva de construção de saber (MIÑOSO, 2020).

O feminismo decolonial se utiliza da teoria do ponto de vista para que, diferente das epistemologias dominantes e do feminismo ocidental (Mohanty, 2020) os olhares sobre as mulheres sejam interseccionalizados, é desta forma que “a perspectiva do ponto de vista feminista na pesquisa permite tornar mais visível a forma e a experiência de quem está mais baixo na escala do privilégio” (MIÑOSO, 2020, p. 107).

É importante considerar que o reconhecimento de um ponto de vista feminista a partir das experiências das afro-americanas foi um trabalho árduo das feministas negras norte americanas nas décadas de 1960-1980, sendo a base de acolhimento à diversidade das mulheres negras, e uma das principais bandeiras levantadas pelo feminismo negro em um contexto de desigualdades entre as feministas brancas onde os problemas de raça e classe eram invisíveis.

Como venho mencionando, a proposta de um projeto epistêmico feminista passa a considerar os saberes e experiências como fonte de conhecimento, isso significa novas formas de compreender o que foi desconsiderado pelo feminismo *mainstream*, ou seja, trabalhar a partir de um ponto de vista localizado. Desta forma, as epistemologias feministas são para a autora “propostas a respeito da vida das pessoas; a visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, versus a visão de cima, de lugar nenhum, do simplismo” (HARAWAY, 1995, p. 30).

Desta forma, compreendo as interlocutoras como agentes sociais, considerando que “todos os humanos têm também capacidade de agência, mas as formas específicas que esta assume varia nos diferentes tempos e lugares.” (ORTNER, 2007, p. 55). A noção de agência constitui-se como uma ferramenta de análise desta pesquisa para descrever as interlocutoras “incluindo seus enredos, planos de esquema altamente conscientes, metas, objetivos e ideais, desejos, vontades e necessidades que podem variar” (ORTNER 2007, p. 52).

As reflexões abrem espaço para considerar, segundo Ortner (2007), que os exemplos mais vívidos das relações entre agência e poder são encontrados na área das relações de gênero. Assim, a pesquisa nos direciona a utilizar da abordagem interseccional para observar questões de gênero, raça e classe a partir da experiência no campo da pesquisa para que possa compreender as estruturas sociais nas quais estão inseridas.

A partir da interseccionalidade como ferramenta de pesquisa busco compreender como as desigualdades estão entrelaçadas nas opressões de classe, raça e gênero a partir das experiências das mulheres dentro das ocupações. Interseccionar as experiências de mulheres corrobora para uma visão aprimorada das dinâmicas de desigualdades na questão da moradia para as mulheres pobres, indígenas, negras e marginalizadas. Ainda sobre interseccionalidade, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge contribuem com a descrição de interseccionalidade ao afirmarem que “como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, sexualidade,

nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e se afetam mutuamente” (COLLINS e BIRGE, 2021, p, 244).

O termo interseccionalidade foi apresentado primeiramente pela professora e teórica feminista Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177) dizendo que a “interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. Para a autora, a interseccionalidade trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002).

Desta forma, compreendendo as dimensões estruturais das experiências das mulheres negras, latino-americanas, caribenhas e indígenas a partir das marcações interseccionais, é emergente a abordagem interseccional nos escritos acadêmicos à maneira que lidamos com diferentes realidades sociais, e assim fuçamos das categorias universalizantes. Apoiada no argumento de Curiel (2019) ressalto que o conceito de interseccionalidade tem tido maior êxito nas investigações e propostas feministas decoloniais que buscam entender as opressões. Para Curiel (2019), a prática decolonial está ligada com as intersecções de raça, de classe, de gênero e de sexualidade, para que possamos melhor interpretar e analisar a realidade de diferentes experiências.

Utilizar a interseccionalidade enquanto categoria de análise a partir das relações que se constituem nos domínios das ocupações urbanas e para além dela, direcionou-me a pensar quem são as mulheres que decidem ocupar e lutar pela moradia, e como as experiências dessas mulheres dentro das ocupações são transformações através do seu engajamento político, acionadas pelas agências e pelas suas intencionalidades (ORTNER, 2007). Desta forma, as vivências das mulheres que estão engajadas na luta por moradia são trazidas para esta escrita a partir de suas narrativas e suas trajetórias, considerando as relações e estruturas sociais nas quais estão inseridas.

### **A pesquisa tem vida: caminhos e dados da pesquisa**

A pesquisa desenvolvida em 2017 me trouxe várias provocações em relação a atuação das mulheres dentro das ocupações. Nessa época já havia iniciado meu percurso no feminismo quanto tomei conhecimentos dos estudos da intelectual francesa, Simone

de Beauvoir, ao ler em um de seus livros uma frase que dizia “basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”<sup>1</sup>, o que me levou a pensar sobre nós mulheres e nossos direitos na sociedade machista e sexista em que vivemos.

Minha vivência no feminismo também foi uma forma de autoproteção, pois a experiência da vida adulta me fez reconhecer e me tornar feminista, especialmente quando por força do destino, decidi morar sozinha para fazer faculdade. Morando sozinha em Parintins, tive que redobrar os cuidados sobre mim e meu corpo, lembrando sempre dos conselhos de minha avó e de minha mãe.

Nesse momento, me reconheci feminista e comecei a compreender as opressões que meu gênero enfrentava, pois mesmo sabendo da força que tinha, passei por uma situação de fragilidade quando não consegui denunciar um caso de assédio que sofri dentro da universidade. Vi-me afogada em sentimentos de tristeza e vergonha, onde meu corpo foi culpabilizado e silenciado.

O sentimento de finalizar a faculdade depois de (sobre)viver nos últimos meses do curso me fez querer me resguardar e necessitei de um tempo para compreender como essas situações acontecem nas vidas de mulheres que, independentemente dos seus lugares de privilégio, ainda passam por situações de extremo sexismo e violências de gênero. A importância da rede de apoio fora da universidade foi fundamental, as amigas queridas que me ajudaram a me reerguer, agradeço com a força que foi me dada.

A fim de continuar com a temática, apresentei, em 2019, a proposta de pesquisa no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social com o objetivo de identificar as conexões entre os Movimentos das Mulheres dos anos 1980-1990 com as lideranças femininas das ocupações urbanas que estavam acontecendo na cidade de Parintins.

Com a aprovação no mestrado, me mudei para a cidade de Manaus para iniciar os estudos. O primeiro e segundo semestre de 2019 foi dedicado a cumprir os trâmites acadêmicos. Cursei as disciplinas teóricas e práticas da pesquisa antropológica, fiz também a disciplina sobre Gênero e Antropologia, de meu interesse para pensar a pesquisa numa perspectiva de gênero.

Fui convidada pela minha orientadora, Márcia Regina Calderipe, para participar da reunião da Rede Territórios do INCT/Brasil Plural no dia 23 de agosto de 2019 juntamente com os professores que fazem parte dela, Prof. Sérgio Ivan Gil Braga e Prof.

---

<sup>1</sup> BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. 2. ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 29.



Sidney da Silva, com a presença dos demais alunos. A reunião consistiu na apresentação das pesquisas em andamento dos orientandos dos respectivos professores. Apresentei a minha proposta de projeto inicial. A reunião serviu para que pudesse trocar experiências e sugestões e a partir de alguns apontamentos feitos pela banca de professores e colegas presentes, repensei a pesquisa no que se refere a proposta inicial. Com isso, fizemos algumas delimitações e ajustes para que pudesse identificar o processo de construção das lideranças nas ocupações na cidade de Parintins sob a perspectiva de luta das mulheres pela moradia.

Para realizar a pesquisa mudei-me para a cidade de Parintins novamente e contei com apoio financeiro da bolsa de mestrado CAPES para custear o aluguel, a alimentação, e transporte para deslocamento. A mudança trazia uma nova perspectiva, agora voltando como pesquisadora, o caminho trilhado até aquele momento era de idas e vindas.

Para obtenção de dados desta pesquisa, senti a necessidade de dividi-la em dois momentos. O primeiro antes da pandemia, na qual tive um tempo limitado de 1 mês (fevereiro-março) para estabelecer contatos com as lideranças através das associações e fazer observação no campo de pesquisa. O segundo momento consistiu em se estabelecer em Parintins no mês de agosto, setembro, outubro e novembro, após as flexibilizações do decreto de *lockdown* por conta do período eleitoral de 2020.

Durante o processo de uma pesquisa de campo, DaMatta (1978)<sup>2</sup> nos direciona a refletir sobre as três etapas fundamentais que são como ritos da pesquisa antropológica. A primeira fase, caracterizada pelo uso e até abuso da cabeça – quando não temos nenhum contato com os seres humanos que se constituem nos nossos objetos de estudo. Essa é a fase que o autor denomina de *teórico intelectual*, é quando estamos no espaço acadêmico, no dia a dia da sala de aula, nos encontros dos grupos de estudos, nas trocas entre um café com colegas e professores. Quando o conhecimento é permeado por cheiros, odores, cores, amores, perdas, ansiedade e medo – todos esses intrusos que os livros e manuais das ciências sociais teimam por ignorar (DaMatta, 1978).

Ao pensar sobre uma epistemologia enquanto um campo e uma forma de produção do conhecimento entre relações, deveríamos prestar atenção ao movimento de constituição de uma epistemologia feminista (RAGO, 1998)<sup>3</sup> (ou seriam várias?). Movido

---

<sup>2</sup> DAMATA, Roberto. O ofício do Etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson (org.) A aventura sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

<sup>3</sup> RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam (orgs.). Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

por um momento de novos (mas não tão novos) debates, o campo dos estudos feministas foi se complexificando progressivamente às abordagens teóricas. Hoje há uma efervescência das discussões feministas a partir dos estudos pós, decoloniais, queer e desconstrução da noção de gênero por intelectuais comprometidas com o giro decolonial, (BALLESTRIN, 2013)<sup>4</sup>, sendo que a epistemologia feminista propõe uma nova relação entre a teoria e a prática.

Como uma nova forma de fazer ciência, as epistemologias feministas demonstraram que o conhecimento ocidental era limitado para tratar sobre as questões das mulheres dos países colonizados, desta forma, construíram uma crítica às formas como esse conhecimento era profundamente marcado no interior das produções ocidentais. Segundo Rago (1998) as minorias organizadas, como os negros, os latinos, os caribenhos, os homossexuais, os trabalhadores, e não apenas as feministas, estão reivindicando seu lugar dentro da produção da ciência, com propostas de epistemologias alternativas.

No Brasil, Lélia Gonzales já refletia sobre a ausência da experiência das mulheres negras e latino-americanas dentro do feminismo, Gonzalez (2020) fala a partir da experiência de um processo difícil de aprendizado na busca de identidade como mulher negra dentro de uma sociedade que oprime e discrimina por isso. Assim, as mulheres negras já reivindicavam e deflagravam as desigualdades sofridas pela sua raça.

Durante o campo de pesquisa considerei necessário ir além da mera compreensão dos fenômenos de opressão e subordinação. Desta forma, observei as desigualdades de gênero, raça e classe durante a pesquisa, considerando que tais intersecções ainda foram agravadas como a crise sanitária global da Covid-19. Não imaginávamos que situações drásticas como essa que ainda estamos vivendo e que levou milhares de pesquisadores a interromperem suas pesquisas. Quem pensaria sobre as possíveis interrupções no seu ano de ir ao campo? Problemas como estes eram impensáveis na fase em que adquirimos conhecimento teóricos e serão, certamente, colocados nos futuros manuais de pesquisa de campo.

É importante deixar registrado que a crise do Corona vírus também elevou a importância dos pesquisadores e da ciência na busca de uma vacina para conter a covid-19. Com essas adversidades para a pesquisa de campo, as/os pesquisadoras/es que precisariam de deslocamento foram prejudicadas, tendo que reformular a rota da pesquisa.

---

<sup>4</sup> BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista brasileira de Ciência Política*, p. 89-117, 2013.

O que nos leva à fase *prática da pesquisa* que, de acordo com DaMatta (1978), é a antevéspera da pesquisa. Quando as preocupações mudam de teorias mais universais para problemas mais banalmente concretos - a pergunta não é mais se o grupo X tem ou não linhagem segmentadas à moda nos Nuer, mas sim de planejar a quantidade de remédio que deveria levar para o campo e outras questões como ‘onde vou dormir, comer, viver’ (DaMatta,1978).

Foi neste período prático, no mês de fevereiro de 2020, que me desloquei da cidade de Manaus para a cidade de Parintins para que pudesse concretizar o trabalho de campo, com gente de carne e osso. Quando cheguei em Parintins, fui amparada por uma amiga que já tinha reservado uma *Kitnet* em uma área bem localizada da cidade, com moradia confortável que seria meu lar pelos seis meses seguintes.

Depois de estabelecida, fui buscando os contatos, tinha um potencial interlocutora de nome Rafaela que era liderança da ocupação do Pascoal Alágio em 2017, ano em que a conheci, como já mencionado. A reencontrei pela rede social *Facebook*, trocamos número de telefone e continuamos a conversa em imediato. A minha surpresa veio quando Rafaela me disse que não estava mais na ocupação do Pascoal Alágio, e que estava integrando uma nova ocupação<sup>5</sup>, surgida em 2019, no Residencial Parintins, do Programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal. Ainda neste período prático do campo, me preparava para ir às ocupações do Pascoal Alágio e do Castanhal para estabelecer os contatos com meus potenciais interlocutoras, as mulheres que eram lideranças naquele momento.

A terceira fase da pesquisa antropológica, nomeada como pessoal/existencial, segundo DaMatta (1978), consiste na feitura dos dados enográficos, dos nossos cadernos de campo, da máquina fotográfica ou do celular que captura momentos que serão utilizados como fonte de referência ou para lembrar dos detalhes esquecidos pela memória. Dados que permitem os diálogos com a teoria aprendida em sala de aula, que nos direcionarão aos novos olhares no campo da antropologia.

As idas nas ocupações se deram como uma forma de reconhecer o ambiente para compreender sua dinâmica, fazendo observações do lugar. Busquei pelas associações para que houvesse uma primeira apresentação. Durante a primeira semana do mês de março de 2020, os contatos com as lideranças das ocupações foram estabelecidos. Na ocupação do Castanhal busquei pela liderança da Associação, Maisa Nunes, e foi para ela que

---

<sup>5</sup> A pesquisa não se estendeu para esta ocupação.

primeiramente me reapresentei, já que em 2017, no processo de reintegração de posse que foi anulada estávamos juntas com as demais lideranças. Ao encontrá-la em sua residência, relembramos a ocasião e apresentei a ela o interesse da pesquisa que, muito solícita, aceitou colaborar, indicando também sua irmã Mônica Nunes, dona Rosiane Tavares e dona Denilda Teixeira. Ela também sugeriu um encontro com o restante das lideranças que compunham a associação e falou-me que tentaria organizá-lo na sexta-feira seguinte. Para mim, aquele momento seria ótimo para conhecê-las e apresentar a pesquisa.

Na ocupação do Pascoal Alágio estabeleci meu primeiro contato com o presidente da associação, Sr. Ednei, que me indicou gentilmente as lideranças femininas que faziam parte do grupo. Dirigi-me até a residência de Daniele Froiz, liderança da associação, para conhecê-la e estabelecer contato. Fui recebida com bastante entusiasmo, as apresentações se estenderam e marcamos para que eu pudesse voltar no dia seguinte em sua residência. Também estive na residência de dona Gisele e dona Cláudia, mas ambas estavam em um dia de correria e marcaram para eu retornar no outro dia, no horário da tarde.

As negociações do campo deram-se de maneira a que me adequasse aos horários em que elas estivessem em casa disponíveis, para que pudesse ter tempo para conversar, assim, me orientavam a ir em outro dia. Retornei à ocupação do Pascoal Alágio para conversar com Daniele Froiz e algumas questões foram estabelecidas para que a conversa pudesse ser gravada, fiz uma boa entrevista com ela, acompanhada de uma chuva forte.

Como mencionei, já havíamos marcado um encontro com as lideranças na ocupação do Castanhal, como sugerido por Maisa. No entanto, na semana do 13 de março de 2020, com a pandemia da Covid-19 (SARS-CoV-2) se estendendo para o mundo todo, o estado do Amazonas passou a adotar medidas de isolamento social, seguidas de *lockdown*, para tentar conter o vírus, pois já tinha feito sua primeira vítima no estado. Esse momento foi delicado para mim, que tinha me deslocado da cidade de Manaus para fazer a pesquisa e estava ansiosa para ir ao campo, principalmente para me aproximar das lideranças e participar dos eventos marcados pela associação.

Desta forma, a pesquisa ficou parada por 5 meses e ao longo desse período permaneci em Parintins. Foram momentos difíceis, pois estava sozinha na cidade, não podendo viajar para Manaus ou Nhamundá, onde estão parte da minha família. No mês de agosto, as medidas de isolamento social e *lockdown* foram flexibilizadas em Parintins por conta do período eleitoral, neste momento, voltei para o campo na tentativa de

conseguir realizar entrevistas marcadas, utilizando máscara e álcool em gel, consegui reestabelecer alguns contatos dentro das ocupações.

Foram realizadas um total de 04 entrevistas, sendo três entrevistas no campo *ocupação de terra do Castanhal*, e duas entrevistas no campo *ocupação do Pascoal Alágio*. Na construção das entrevistas criei perguntas abertas e amplas, respeitando o momento de fala quando a interlocutora estendia o assunto para além do perguntado e fornecia novas questões.

As duas entrevistas na ocupação do Castanhal foram realizadas com pessoas do mesmo núcleo familiar, são irmãs que atuam conjuntamente dentro da ocupação, tem como referência de luta sua mãe que participou da ocupação do bairro da União no ano de 2009. A seguir apresento as principais informações a respeito das interlocutoras:

Daniele Froiz, nascida na cidade de Manaus, era liderança na ocupação de moradia Pascoal Alágio, tinha 32 anos à época. Formou-se em Física pela Universidade do Estado do Amazonas, UEA-CESP. Morava há 10 anos na cidade de Parintins. Buscou a ocupação para conseguir um terreno em 2016, ano em que ela surgiu. Atuava como secretária da Associação de Moradores da ocupação do Pascoal Alágio.

Gisele Brasil, nascida em Parintins, tinha 46 anos e era dona de casa à época. Aos 19 anos foi morar na cidade de Manaus, mas por uma adversidade familiar voltou para a cidade de Parintins no ano de 2016, e adentrou a ocupação Pascoal Alágio, também atuava como secretária da Associação dos Moradores.

Maísa Nunes, parintinense, tinha 27 anos no período da pesquisa, era graduada em Educação Física, vice-presidenta da Associação de Moradores da ocupação do Castanhal. Em 2020 atuou como presidente da associação. Antes de entrar na ocupação morava na casa de sua mãe e buscou a ocupação como uma oportunidade de conseguir um terreno para construir uma casa junto com sua família.

Mônica Nunes, parintinense, irmã de Maísa Nunes, estudante de Letras na Universidade do Estado do Amazonas, tinha 25 anos. Atuava como secretaria na ocupação do Castanhal. Foi para a ocupação no ano de 2016, se tornando a mais jovem das lideranças com apenas 21 anos.

Durante o trabalho de campo foi utilizado o caderno de campo e o gravador de celular para que os registros fossem feitos. Ressalto que nos meses posteriores a dezembro e até o momento da escrita desta dissertação, o retorno ao campo não foi mais possível pelo agravamento da Covid-19.

É oportuno esclarecer que, no início, o objetivo da pesquisa era identificar as trajetórias das interlocutoras, mas com o atravessamento da Pandemia no percurso da pesquisa, não foi possível retornar a campo como gostaria. Nesse sentido, esta pesquisa teve suas limitações, mas compreendi, depois de muitas crises sobre como o campo não foi aquilo que esperava, a necessidade de reformular a rota e as entrevistas tornaram-se suficientes para refletir sobre as lideranças e suas vivências dentro das ocupações. Trabalhar com o que tinha foi a única opção e assim o fiz.

O primeiro capítulo tem como objetivo apresentar a minha inserção na cidade de Parintins/Am e as transformações ocorridas a partir da expansão demográfica do município, evidenciando as problemáticas sociais decorrentes do processo de crescimento urbano, em especial a questão da habitação, que reverberou nos primeiros movimentos de luta pela moradia organizados na década de 1990 e nos anos 2000 na cidade.

No segundo capítulo, a partir das narrativas e das experiências das interlocutoras Maisa, Mônica, Gisele e Daniele, descrevo sua inserção nas ocupações de acesso à moradia, desde o trabalho de base que consistiu na limpeza e organização do espaço, até os primeiros conflitos marcados pela ordem de despejo da área ocupada, o que fez com que novas áreas fossem acessadas como forma de resistência a luta pela moradia.

No terceiro capítulo descrevo como essas mulheres permaneceram nas ocupações e se engajaram dentro dos movimentos de moradia, porque é no seu interior que começaram a participar das reuniões e dos encontros, das rodas de conversas, trocando experiência com outras mulheres. Assim, tornaram-se lideranças e autoconstituíram um movimento organizado de luta por moradia e foi nesse contexto que desenvolveram e acionaram suas agências, pois as ocupações se tornaram espaços de interação e socialização política para as mulheres.

## Capítulo I

### 1.1 Meu lugar de enunciação

Para falar sobre meu lugar de enunciação na pesquisa antropológica com as lideranças femininas nos movimentos de luta pela moradia na cidade de Parintins, não sendo parintinense, faz-se necessário situar-me na pesquisa. Para isto, aciono as minhas memórias e a relação com a cidade partindo da infância, pois sempre ouvi minha bisavó Maria do Carmo (*in memoriam*) falar sobre a cidade que tem como padroeira Nossa Senhora do Carmo. Seu nome foi uma homenagem a santa e, devota a ela, minha bisavó sempre falou sobre a cidade e sobre a festa católica.

A religiosidade presente no meio ambiente familiar foi muito marcada pela adoração da minha bisavó a Santa Nossa Senhora do Carmo. Sua história de vida ligada à religiosidade vivida no interior de Nhamundá tornou a minha infância marcada pelo catolicismo. Refletindo sobre tal religiosidade, Galvão (1955) demonstrou, através dos estudos sobre comunidades amazônicas, que os pequenos agrupamentos eram caracterizados pela inserção do catolicismo advindo das missões jesuíticas na amazônica. Ressaltou que “organizado na base no pequeno grupo local, o povoado, o sítio ou a freguesia, o catolicismo do caboclo amazônico é marcado por acentuada devoção aos santos padroeiros da localidade” (GALVÃO, 1955, p. 02).

Ela nos contava que na sua juventude, viajava para Parintins para prestigiar a festa da santa, onde também tinha uma irmã, e que a viagem durava de dois a três dias saindo do seu interior Caranã, no município de Nhamundá, de canoa e rabeta, e sempre mencionava sobre a festa dos bois. Quando falava sobre a cidade, eu imaginava que seria uma cidade distante, grandiosa, o que já provocava em mim o desejo de a conhecer.

Conhecia a cidade de Parintins através da televisão que transmitia as apresentações dos bumbás, das revistas, dos jornais impressos que sempre havia pela casa da minha bisavó. Parecia, em meu imaginário, uma cidade colorida e cheia de plumagens, influenciada pelas imagens vistas nas revistas. Essa primeira impressão que tenho da cidade me remete a um período em que não imaginaria morar nela, pois era uma realidade muito distante viajar para Parintins na época do Festival, pela condição financeira que não nos permitia.

No entanto, no final de 2010 minha mãe veio com a notícia que mudaríamos para Parintins, e que essa decisão seria por oportunidade de emprego e em busca de melhorias

de vida. Dessa forma, em janeiro de 2011, viajamos para Parintins, eu, minha mãe, meu padrasto e mais dois irmãos (Lorena e Moises). Passamos uma noite viajando em um barco de pequeno porte e chegamos na cidade pela manhã. De longe já avistávamos a orla da cidade, colorida e com um cristo redentor de braços abertos que sinalizava a chegada. Essa foi a primeira vez que fui para Parintins e quando o barco aportou na rampa da praça do cristo, já podíamos ver a sua movimentação, de um lado o mercado municipal e bem na sua frente, a antiga prefeitura, um casarão amplo com arquitetura colonial.

A vista de Parintins naquele primeiro momento ainda refletia as primeiras impressões das cidades amazônicas identificadas como Comunidades Civas Amazônicas por Wagley (1967),<sup>6</sup> o bairro onde moravam os comerciantes, funcionários públicos, proprietários de terras e outros elementos da alta classe, principalmente de descendência europeia, ao passo que na “aldeia” e seus arredores viviam os nativos. Para este mesmo autor, uma comunidade amazônica era identificada como uma comunidade rural urbana, que possui um centro urbano, embora possa se limitar a apenas algumas centenas de habitantes, tornando-se o centro que, por excelência, era a sede do município onde as atividades governamentais, burocráticas, comerciais e religiosas se concentram (WAGLEY, 1967).

Ao desembarcar na cidade, só ficaríamos por lá por algumas horas, porque o nosso destino mesmo era a Comunidade da Vila Amazônia. Naquele momento, não tinha dimensão do que significava tudo aquilo, sair de Nhamundá para ir para Parintins, sendo que não era para ficar na cidade e sim em uma de suas vilas.

É importante pontuar que a Vila Amazônia se caracteriza como uma agrovila da cidade de Parintins que ainda atrai muitos visitantes pela sua história econômica dada a partir da produção da juta, em meados dos anos 1927, quando o governo japonês levou para aquela localidade o cultivo dessa planta, apoiado pelo governo brasileiro. Com o objetivo de desenvolver a produção da juta, as sementes foram trazidas da Índia. As primeiras experiências tiveram os resultados insuficientes e somente no ano de 1934, com a chegada do colono e técnico agrícola Ryota Oyama, foi possível adaptar para a região as sementes da fibra (SAUNIER, 2003).

---

<sup>6</sup> A classificação de comunidades amazônicas defendida pelo autor corrobora com as primeiras estudos de campo feitos por antropólogo Eduardo Galvão na comunidade de Itá, nome fictício de uma pequena comunidade do Baixo Amazonas, na qual se dedicou a estudar a vida religiosa, projeto desenvolvido também pelo Antropólogo Charles Wagley – abrangendo sua cultura total.



Com o sucesso do cultivo na região, a produção de juta se expandiu com os ribeirinhos, tornando-se a principal atividade econômica da região e a localidade de Vila Amazônia recebeu estruturas para dar suporte aos novos moradores, como a construção de escola, porto fluvial e lugares para encontros e reuniões (SAUNIER, 2003). A plantação da juta se estabeleceu por muitos anos, no entanto, as produções começaram a declinar a partir dos anos de 1984. As fábricas fecharam e decretaram falência, deixando o município com graves problemas econômicos, devido à grande importância que a juta exercia na economia.

Até o momento da nossa partida para a Vila Amazônia, aproveitamos para conhecer a frente da cidade, uma praça que tinha os bois garantido e caprichoso (na rua Boulevard), fomos até a igreja de Nossa Senhora do Carmo, que minha bisavó tanto falava. Aquelas primeiras ruas que davam em direção ao rio eram preenchidas por casas enormes, de arquitetura colonial, e com centro comercial de lojas de vários departamentos, bancos, instituições públicas que servem a cidade.

A caminho de Vila Amazônia, distante 30 minutos de barco e 15 minutos de lancha/voadeira, fomos nos despedindo da cidade, embora eu fosse retornar todos os dias para cursar o ensino médio. Morar em uma Vila era como estar fora da cidade e Parintins ser o grande centro para o qual tínhamos que nos deslocar para fazer toda e qualquer atividade cotidiana.

Estabelecidos na Vila Amazônia, fui à primeira entre os outros irmãos a ter que me deslocar para estudar o ensino médio na cidade, já que nas escolas da Vila Amazônia não ofereciam esse nível de ensino durante o dia. Então, saía de casa às onze horas da manhã para estar no barco ao meio-dia, passávamos de trinta a quarenta minutos atravessando o rio para chegar na cidade, pois tínhamos que estar na escola às treze horas. Fiz esse percurso durante os três anos do ensino médio e durante esses anos aconteceram muitos imprevistos. O barco era financiado pela prefeitura de Parintins e servia essencialmente para a demanda de alunos que tinham que fazer o ensino médio, mas também para aqueles que viam na cidade a oportunidade de fazer um bom ensino fundamental nas escolas estaduais. Entre os imprevistos, passamos várias temporadas sem financiamento para esse transporte e quando isso acontecia tínhamos que ir por conta própria.

Minha relação com a cidade era limitada nesse tempo, eu só a frequentava para estudar e às vezes acompanhava minha mãe para resolver algum assunto, não conhecia muito além do meu percurso diário para a escola. Estudava em uma escola que fica no

bairro *centro*, e na principal rua de Parintins, a *Avenida Amazonas*, uma rua arborizada, que tem as principais lojas comerciais da cidade, organizada com sinalização e semáforos. Circulava, então, pelo centro e bairros próximos, como Francesa e Santa Clara que eram vistos na perspectiva de uma cidade organizada, longe da precarização dos problemas urbanos. Isso era tudo o que eu sabia sobre Parintins.

Finalizando o ensino médio, prestei vestibular para o curso de História na Universidade do Estado no Amazonas, *campus Parintins*, o que foi um divisor de águas na minha vida. A cidade de Parintins tornou-se uma oportunidade de continuar os meus estudos, pois concluí o ensino médio com 17 anos e com a aprovação no curso de história no turno noturno, tive que me mudar para a cidade, arranjada em uma casa de parente para morar (herança colonial), no qual durei apenas o primeiro semestre. Com a ajuda do meu pai, tive a oportunidade de ter um lugar só meu para morar e um transporte (moto) para que pudesse me deslocar para a faculdade. Foi nesse ano também que minha mãe, seu marido e meus irmãos se mudaram para a cidade de Manaus, assim, eu fiquei na cidade de Parintins para prosseguir com meus estudos.

Desta forma, observo neste primeiro momento que, para além da festa dos bois-bumbás, Parintins se apresentava como uma cidade de oportunidades de estudo, com duas universidades públicas de qualidade, UEA e UFAM e um Instituto Federal - IFAM, atraindo moradores dos municípios vizinhos para quem desejava e tinha condições de continuar os estudos e, no futuro, ter oportunidades de trabalho.

A tomada de consciência sobre as condições de vida em Parintins e as complexas situações vivenciadas por sua população urbana foi resultado de meu engajamento na universidade<sup>7</sup>, pois vivenciei a política interna participando do diretório estudantil, atuando como militante, participando nas manifestações contra o golpe de 2016, contra os cortes na educação, contra as PECs da reforma administrativa e tantas outras. Mais à frente, por causa do meu trabalho de conclusão de curso, tive os primeiros contatos com as mulheres que moravam nas ocupações urbanas. A partir de então, tornou-se meu campo de estudo.

Em Nhamundá também passei pela experiência da participação nas campanhas eleitorais nos anos 2000. Minha família se manifestava politicamente apoiando as

---

<sup>7</sup> Fui a primeira da família a entrar e concluir nível superior em uma universidade pública, seguido com pós-graduação com bolsa e desejo que meus parentes tenham a mesma oportunidade de estudar e que a educação seja valorizada e não sucateada com uma política de desmonte das instituições de ensino.

propostas e a política do Partido dos Trabalhadores (PT). Votaram no candidato a presidente Luiz Inácio Lula da Silva e na presidenta Dilma Rousseff. Na minha adolescência, o Partido dos Trabalhadores estava em toda parte da minha casa, tínhamos cartazes nas paredes, inúmeros santinhos espalhados pela casa, bandeirolas que usávamos nas passeatas do partido. Lembro-me de acompanhar os comícios nas principais ruas da cidade e não tinha dimensão do que significavam aquelas manifestações políticas. Não poderia imaginar que, em um futuro próximo, minha formação acadêmica seria fruto do trabalho do partido como um compromisso com a classe trabalhadora. Considero que nos governos do PT, o Brasil passou por uma grande estabilidade política e crescimento econômico, sendo que a classe trabalhadora teve acesso a políticas públicas e aos programas sociais na área da saúde, educação e obtenção de renda.

Na minha trajetória de estudos direcionei-me para as áreas periféricas da cidade, para os bairros que não são visíveis para as pessoas que habitam nas áreas centrais de Parintins, como mostrarei no próximo item. Tive oportunidade de pensar sobre como as experiências das mulheres são engendradas a partir das mobilizações que presenciei no ano de 2017, como atuavam dentro dos movimentos e como desenvolviam suas agências nos espaços de liderança. Considerei suas vivências como mães, esposas e agentes políticos nos processos dentro dos movimentos de luta por moradia.

## **1.2 Breve introdução sobre a cidade de Parintins**

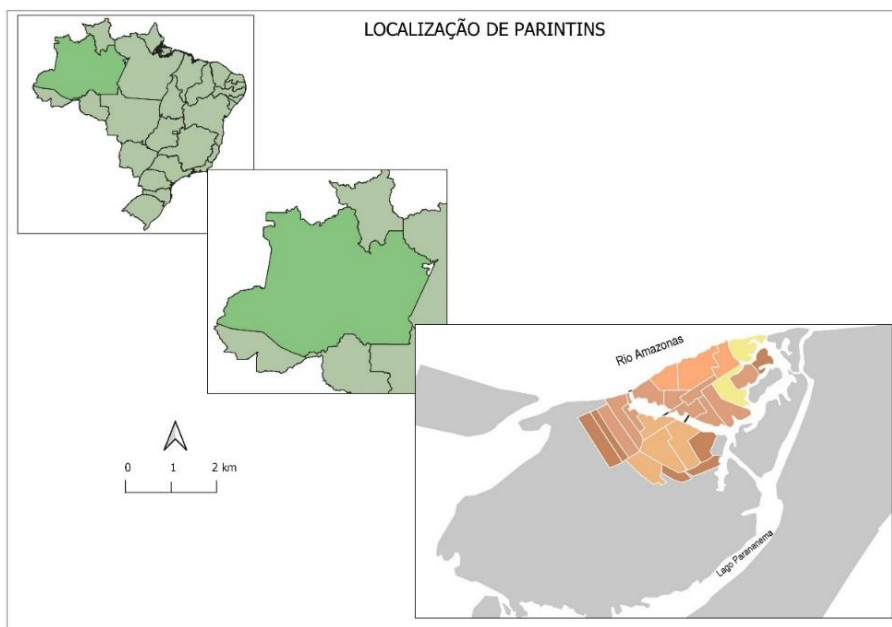
A cidade de Parintins<sup>8</sup>, segundo Schor e Marinho (2013), é uma cidade média<sup>9</sup> que se destaca como sede de consumo de bens e serviços, tornando-se centro de urbanização. Além disso, caracteriza-se por ter tido períodos econômicos distintos das grandes e pequenas cidades que compõe a rede urbana da Amazônia Brasileira.

---

<sup>8</sup> A cidade de Parintins está localizada no Estado do Amazonas, a 369 km da capital Manaus. Com população estimada de 115.456 mil pessoas, segundo dados do IBGE (2021).

<sup>9</sup> Essa classificação está baseada na tipologia proposta pela geógrafa Tatiana Schor, do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira – NEPECAB da Universidade Federal do Amazonas.

Figura 1 - Localização de Parintins



Sistema de Coordenadas Geográficas

Datum: Sirgas (2000)

Fonte: Lei Municipal de Parintins nº0386/2006

Elaborado por Francielen Alves Pereira (2020)

Segundo Souza (2013), a cidade de Parintins teve seu crescimento e formação urbana a partir das atividades econômicas. Para a autora, dos anos de 1920 até meados dos anos de 1960, a cidade de Parintins se estruturou com ruas, avenidas, pequenas praças, centros comerciais e edifícios públicos, obtendo seu crescimento de forma espontânea na área central: “Desde o seu início, mesmo que de forma espontânea, há uma racionalização na formação das primeiras ruas, as quais foram definindo um padrão de estrutura urbana tendo sempre como referência para seu traçado, o rio Amazonas” (SOUZA, 2013, p. 57).

A importância do rio para as cidades nos primeiros processos de desenvolvimento dos centros urbanos através das vias fluviais tornou possível os progressos econômicos de importação e exploração de mercadorias, bem como o fluxo de pessoas, como aponta Trindade Júnior (2009). Na definição da paisagem urbana das cidades amazônicas, um dos elementos que tem historicamente contribuído para sua configuração são as vias fluviais, pois definidas como as principais vias de circulação de pessoas e de mercadorias, os rios assumiram papel de destaque da configuração das cidades, e igualmente, de suas áreas centrais (TRINDADE JÚNIOR, 2009, p. 201).

Neste campo, José Ademir de Oliveira<sup>10</sup> um dos grandes nomes de estudos sobre cidades da Amazônia brasileira, ressalta que “as estruturas e as dimensões socioespaciais na Amazônia hoje são compartilhadas de modo diferente do que era no passado. Novos e velhos sujeitos, (indígenas, movimentos sociais, empresas, governo, forças armadas, pacifistas e mídia), produzem espacialidades diversas e articulam as estruturas preexistentes quase sempre locais, às novas dimensões agora globais” (OLIVEIRA, 2006, p. 2).

Desta forma, o urbanismo como modo de vida (WIRTH, 1967) foi decorrente da possibilidade de melhorias de condições de vida, podendo ser visualizado desde a década de 1960, quando muitas famílias se deslocaram para a cidade almejando ganhar dinheiro com o desenvolvimento urbano provocado pelo plantio e comercialização da Juta (CORDEIRO, 2017). Até meados dos anos 1960, a cidade de Parintins já estava dividida pelas áreas centrais, com ruas estruturadas, centro comerciais, igrejas, ou seja, o centro urbano estava formado e seus bairros adjacentes faziam parte da dinâmica urbana local.

Segundo Souza (2013), os bairros da década de 1970 são frutos da expansão demográfica do município por causa da enchente e da indústria: “a cidade então passou a receber os lavradores afugentados do campo, que vieram ganhar a vida de qualquer modo, havendo uma redefinição das relações cidade e campo” (SOUZA, 2013, p. 64).

O crescimento da cidade de Parintins intensificou-se devido ao processo migratório da população do campo para a cidade quando, em 1970, foi registrada a primeira ocupação de terra privada (SOUZA, 2013 e CORDEIRO, 2017) decorrente da elevação do rio Amazonas: “em 1975 acontece a segunda maior elevação do rio Amazonas, levando milhares de ribeirinhos a migrarem para a cidade, registrando a primeira explosão demográfica urbana” (SOUZA, 2013, p. 58). Mesmo depois da vazão do rio Amazonas, muitas famílias permaneceram na cidade, contexto em que surgiu a ocupação do bairro de Palmares.

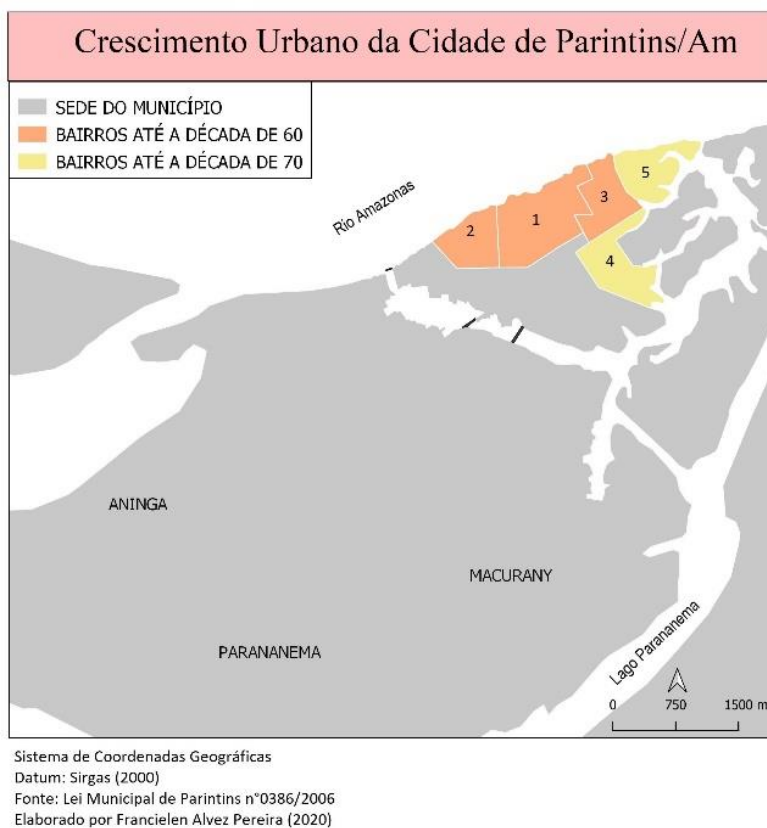
O bairro Palmares foi o primeiro que se consolidou através de ocupação de terra privada, sendo que as pessoas que moravam nessa região eram conhecidas como os que moravam “*pra lá da placa*” referente a um letreiro que demarcava o futuro bairro de Palmares. No entanto, a expressão se tornou um estigma (GOFFMAN, 1988) para quem morava na região, o bairro tinha altos índices de violência verificados nos seus primeiros anos.

---

<sup>10</sup> OLIVEIRA, José Aldemir de. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. **Ciência e Cultura**, v. 58, n. 3, p. 27-29, 2006.

A cidade na década de 1970 então cresceu demograficamente, contendo cinco bairros *centro* (1), *São Benedito* (2), *Francesa* (3), *Palmares* (4), *Santa Clara* (05), configurando os bairros do centro da cidade. A figura abaixo ilustra o crescimento urbano da cidade a partir de seus bairros, com o objetivo de compreender as dimensões urbanas até o momento das ocupações de terras trazidas nesta dissertação.

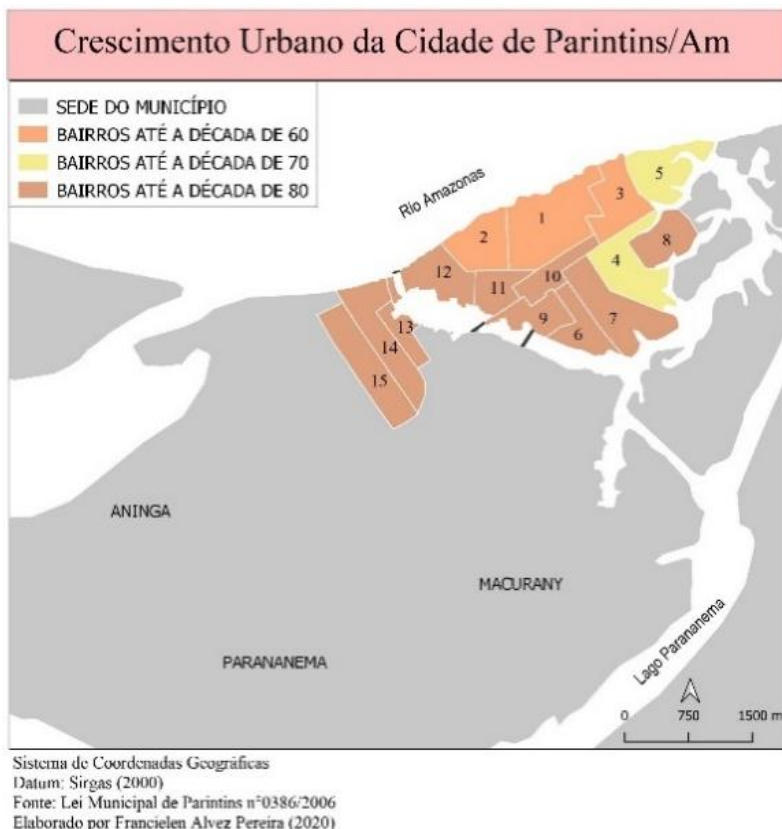
Figura 2 - Ilustração dos bairros da década de 1970



A década de 1980 marcou a inversão populacional e, pela primeira vez, a cidade passou a ter mais habitantes do que o campo (MARINHO e SCHOR, 2009). Segundo dados do IBGE, na década de 1970 a população urbana era de 16.747 habitantes e, em 1980, se elevou para 29.504 mil habitantes (MARINHO e SCHOR, 2009). Ainda na década de 1980, foram registrados dez novos bairros frutos de loteamento de terra de propriedade privada, alguns por seus proprietários, outros desapropriados pela prefeitura: São Vicente de Paula (06), Nossa Senhora de Nazaré (07), Santa Rita de Cássia (08), Emílio Moreira (09), Raimundo Muniz (10), Vitória Régia (11), São José (12), João Novo (13), Dejard Vieira (14), Distrito Industrial (15). Desta forma, a década de 1980 foi

marcada pela expansão da cidade. Na figura abaixo, podemos observar o crescimento urbano da cidade, com a criação de 10 novos bairros.

Figura 3 - Ilustração dos bairros da década de 1980



O ritmo de crescimento da cidade de Parintins, registrado pela inversão populacional, caracterizou-se pela intensa migração dos moradores do campo para a cidade devido a oportunidades de emprego e estudo para os filhos dos trabalhadores. Entretanto, a cidade se desenvolveu sem um planejamento adequado para aquela nova realidade, o que se agravou ainda mais com a crise econômica ocasionada pela falência da produção de juta, principal atividade econômica, deixando trabalhadores e trabalhadoras sem emprego, gerando ao município diversos problemas sociais, entre eles a questão da moradia.

Foi na década de 1990 que tiveram início os movimentos de moradia na cidade de Parintins com a ocupação da fazenda Itaúna, importante mobilização política de luta popular pela moradia em um contexto de profunda pobreza na cidade. E é sobre os movimentos de moradia surgidos desde a década de 1990 que tratarei no próximo tópico

com o objetivo de identificar como essas lutas e mobilizações ainda estão presentes nos novos movimentos de moradia através dos filhos e filhas de pessoas que os lideraram.

### **1.3 As ocupações de terra como movimento de luta por moradia na cidade de Parintins**

Trago para este subtópico, as discussões sobre os movimentos sociais urbanos, para adentrar no debate sobre os movimentos de luta por moradia na cidade de Parintins, averiguando que é neste campo que surge o engajamento de agentes sociais. Em destaque, as mulheres que os lideram, compreendendo os movimentos de ocupação urbana e suas mobilizações por moradia a partir de seu protagonismo.

Os estudos sobre movimentos sociais urbanos foram uma grande novidade para a produção da sociologia, sendo que durante os anos de 1960 temas como a marginalidade e a dependência marcaram o contexto intelectual internacional. Segundo a antropóloga Ruth Cardoso (2008), estes estudos enfatizaram as especificidades do desenvolvimento latino-americano e criaram um quadro teórico para analisar o processo da industrialização periférica. Os debates sobre o tema da marginalização propuseram que as sociedades estavam divididas entre os excluídos da sociedade e os integrados. Essa divisão indicava uma contradição estrutural, capaz de gerar um movimento transformador na periferia no mundo capitalista (CARDOSO, 2008).

Os sociólogos passaram sua atenção para os movimentos sociais urbanos e rurais, acompanhando as movimentações da sociedade civil, segundo Cardoso (2008). Os autores que colocavam em evidência as novas ‘contradições urbanas’ tinham como pano de fundo as manifestações libertárias que sacudiram as sociedades desenvolvidas durante a década de 1960, os negros, as mulheres, os estudantes em maio de 68 e as comunidades hippies, setores que se autodenominavam marginais à sociedade industrial por aspiravam novos modos de vida.

De acordo com Cardoso (2008), o interesse pelos movimentos sociais como objeto de estudo surgiu no contexto em que as sociedades latino-americanas (Peru, México, Brasil, Chile) viviam um processo de desenvolvimento industrial acelerado e nas quais o sistema político não apresentava características das democracias parlamentares. Apesar de enganadas e manipuladas pelos políticos e governo, as camadas populares foram capazes de obter novas formas de luta condizentes com seus interesses, um modo de expressar sua insatisfação. Os estudiosos da marginalidade esperavam uma transformação



por meio da luta de classes, no entanto, a classe popular lutava para que a sociedade política a reconhecesse (CARDOSO, 2008).

Poderíamos dizer que a expressão *classe popular* se refere, em geral, à presença de setores sociais que empobreceram com o modelo de desenvolvimento em curso e que estiveram excluídos das decisões políticas. “O seu uso é quase metafórico, pois sintetiza a ideia de grandes contingentes (massas) de baixa renda que, apesar de indefesos, guardam a capacidade de distinguir suas necessidades básicas e irromper de tempos em tempos, reclamando maior igualdade” (CARDOSO, 2009, p. 327).

De acordo com Gohn (1991), em seus estudos sobre movimentos sociais e luta pela moradia na cidade de São Paulo, os movimentos sociais urbanos devem ser qualificados por conterem uma problemática urbana, que tem a ver com o uso, a distribuição e a apropriação do espaço urbano. São movimentos sociais que se manifestam a respeito da habitação, do uso do solo, dos serviços e equipamentos coletivos de consumo. A autora ainda enfatiza que os movimentos sociais urbanos não são um todo homogêneo, pois não se restringem às camadas populares, embora seja significativo entre essas. Quanto ao próprio papel dos movimentos neste sentido e à sua dinâmica interna, em pontos que dizem respeito à articulação base-liderança, papel da liderança, das assessorias e das relações com o Estado, Igrejas, partidos e facções políticas e com o próprio movimento sindical, a autora observa que:

O Brasil registrou, a partir da década de 1970, como vários outros países da América Latina, o surgimento ou ressurgimento de um grande número de movimentos sociais, foram movimentos de classe: sindical, urbanos e rurais; movimentos com caráter de classe, a partir das camadas populares, em nível do local de moradia, lutando por bens de consumo coletivo, nos setores de infraestrutura urbana, saúde, educação, transportes, habitação etc.; e movimentos sociais com problemática específicas sem serem de classe, como o movimento feminista, ecológicos, dos negros, homossexuais (GOHN, 1991, p. 09).

Neste sentido, é de interesse da pesquisa focalizar nas questões que tangem os movimentos sociais urbanos de luta por moradia e terra, como observado por Gohn (1991), a respeito desse tema na cidade de São Paulo. De acordo com a autora, até a década de 70, havia um caráter episódico que se restringia às lutas e resistência dos favelados pela posse temporária do solo, a fim de não fossem desalojados, e à luta pelo acesso à terra através da compra e esforço coletivo familiar para o pagamento das prestações dos terrenos que, posteriormente, iam sendo autoconstruídos.

Com a superpopulação das favelas e a diminuição dos espaços disponíveis para serem ocupados, um novo campo se configura, a luta pela propriedade do solo no qual estavam assentados e pensavam que já fosse seu (GOHN, 1991). As favelas cresceram e começam a se organizar e se transformar em movimentos reivindicatórios, com o abastecimento de luz e água, o que, para Gohn (1991, p. 63) “gerou a urbanização das favelas”.<sup>11</sup>

Ainda tomando como exemplo a cidade de São Paulo, segundo os estudos de Gohn (1991), a partir das décadas de 1980, as invasões de terras foram as ações mais comuns entre os favelados. A falta de áreas livres para a instalação de novas favelas, o inchamento das existentes além dos limites suportáveis, as restrições impostas pelas novas leis dificultando a abertura de novos loteamentos, a valorização desmensurada do preço da terra impossibilitando a compra, aliados à crise econômica, inflação e desemprego, levaram à retomada da forma de luta pela moradia - invasões de áreas públicas e particulares e de conjuntos habitacionais desocupados à espera de compradores ou abandonados por inadimplência (GOHN, 1991).

De acordo com Gohn (1991), as ocupações deram um novo tipo de luta popular pela moradia, “sendo a terra um dos componentes de maior peso no custo da habitação, a luta pela posse da terra urbana é uma das mais abrangentes na luta popular pela moradia” (GOHN, 1991, p. 62). Para Gohn (1991), as invasões de terra geraram não apenas os projetos populares de produção de moradia ou as lutas de construção, elas fortaleceram a organização popular. Atualmente, as organizações de lutas pelo acesso à terra estão articulados em todo Brasil principalmente pelo Movimento Sem-terra (MST)<sup>12</sup>, e suas ramificações como Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).

Para Fernandes (2002) com o crescimento da luta e da organização, os trabalhadores rurais expropriados retomaram o cenário político através das lutas

---

<sup>11</sup> Segundo Gohn (1991), a organização das favelas levou a criação de movimentos como o Movimento Unificado de Favelas, cortiços, e moradores do Promar – apoiado por uma ala do Partido dos Trabalhadores e da Igreja; O Movimento do Conselho Coordenador das Favelas apoiado pelo PMDB, PC e PC do B; O Movimento de Defesa dos Favelados – apoiado pela Igreja e pela Frente Nacional do Trabalho e o Movimento Comunitário das Favelas – apoiado pelo PTB e PDS.

<sup>12</sup> Segundo Fernandes (2002), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, implantada durante o regime militar. Esse processo é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo. O MST é parte de um movimento histórico da luta camponesa do Brasil.

populares. Um dos movimentos sociais mais representativos que nasceu nesse processo foi o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.<sup>13</sup>

Desde sua fundação em 1984, o MST vem se apresentando como um dos movimentos sociais de maior visibilidade e organização no Brasil. O movimento toma por bandeiras principais a luta pela terra, pela reforma agrária e por uma sociedade mais igualitária. Para isso, o MST trabalha em diversas frentes, desenvolvendo projetos que visam à conscientização política dos trabalhadores rurais e a formação do sujeito militante. (COSTA E SCHWADE, 2012, p.277)

Para Fernandes (2001), as lutas sociais decorrentes da política econômica e fundiária do governo militar surgiram com uma realidade completamente nova no campo: “As experiências de luta, construídas a partir das CEBs, contribuíram para com o nascimento do MST, as comunidades tornaram-se lugares de discussão e conscientização para a construção de um espaço político de confronto na luta pela terra” (FERNANDES, 2001, p. 13).

Os movimentos sociais surgidos a partir da reabertura democrática no Brasil, no campo e na cidade, cresceram e conquistaram novos espaços. Neste novo momento da história do país, o MST, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Igreja Católica, diversos partidos políticos e inúmeras entidades pró-reforma agrária articularam-se para exigir do governo um projeto de reforma agrária (FERNANDES, 2001).

A presença das mulheres nos Movimento de luta pela terra e de moradia é dada a partir da participação ativa das famílias nucleares presentes nas atividades organizadas dentro dos movimentos. O reconhecimento sobre a participação das mulheres no movimento foi um processo complexo, no qual pouco se questionava sobre as chamadas questões de gênero. Segundo Ximenes (2011), foi com a atuação das mulheres do Partido dos Trabalhadores nas organizações das mulheres do campo que as questões de gênero foram inseridas dentro do movimento dos sem-terra. Entre as reivindicações, lutavam para que a titulação da terra fosse também para as mulheres de dentro do movimento.

Segundo Fernandes (2001) as mulheres compuseram a organização para formação da Comissão Nacional das Mulheres do MST, conquistaram o direito de receber

---

<sup>13</sup> As referências históricas sobre sua origem são as ocupações de terras realizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Das várias ocupações de terra em todo o Brasil e do crescimento das formas de organização, resultou a fundação do MST, em 1984, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, com a realização do Primeiro Encontro Nacional dos Sem-Terra (Fernandes, 2002, p. 13).

lotes na implantação dos assentamentos, sem a condição de serem dependentes de pais ou irmãos, organizaram encontros para reflexão e avaliação das formas de participação na luta.

As lutas das mulheres pelo direito à moradia foi parte do processo histórico das mobilizações e lutas sociais desde o final dos anos 1970 e na década de 1980, no contexto das lutas por terra, sendo que o movimento das mulheres do campo foi o precursor na luta por moradia. Delboni (2008) salienta que o movimento das mulheres do campo lutava por vias sindicais, reivindicando direitos trabalhistas e reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais, pois eram consideradas trabalhadoras do lar. Atuavam juntamente com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, utilizando da ocupação de terra como estratégia de luta pela concretização da reforma agrária.

As mobilizações das mulheres tiveram como consequência a conquista da mudança na legislação no que se refere à terra e à propriedade. O Estatuto da terra de 1964,<sup>14</sup> no seu Art. 24, concedia ao homem a chefia da família e, então, eles eram os beneficiários da reforma agrária:

Art. 24. As terras desapropriadas para os fins da Reforma Agrária que, a qualquer título, vierem a ser incorporadas ao patrimônio do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, respeitada a ocupação de terras devolutas federais manifestada em cultura efetiva e moradia habitual, só poderão ser distribuídas: IV - a agricultores cujos imóveis rurais sejam comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família.

Com a promulgação da Constituição de 1988, o Estatuto da Terra, no que se refere à distribuição de terra, foi substituído pelo Art. 189, o qual define:

Parágrafo único. O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.

Embora a titulação da terra tenha passado com significativas mudanças anexando as questões de gênero nas políticas de distribuição e titulação, o fato de não ter sido obrigatoriedade diminuiu sua eficácia (DELBONI, 2008). É o que aponta o estudo de Carmen Diana Deere (2004) sobre *os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais*

---

<sup>14</sup> LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. Acesse em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4504-30-novembro-1964-377628-norma-actualizada-pl.pdf>

*rurais na reforma agrária brasileira*, observando que até a metade da década de 1990 as mulheres foram somente 12,6% das beneficiárias no Brasil.

Em maio de 2001, foi criada a portaria nº121 por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a qual determinou que 30% dos recursos de crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF, seriam destinadas às mulheres, nascendo assim, o PRONAF-M.

Outra conquista do movimento de mulheres foi a alteração do Código Civil de 1916, que em seu Art. 233 concedia ao marido a chefia da família. A aprovação do novo Código Civil, em 2002, estabeleceu a chefia da família compartilhada entre homem e mulher. Desta forma, as mulheres conquistaram o direito de se cadastrar na Reforma Agrária, já que as/os candidatas/os ao lote precisavam ocupar função de chefe de família.

Em 2002 houve progresso quanto ao direito das mulheres à terra, com eventos em todo Brasil, como a Marcha Nacional de Mulheres, Celebração do dia Internacional da mulher em 8 de março e a Marcha das Margaridas. As demandas dessas campanhas, em especial a Marcha das Margaridas, reivindicava o direito das mulheres à terra da Reforma Agrária, bem como demandas sobre políticas públicas.

Tais mudanças implicaram uma ruptura com as tradições patriarcais, principalmente para as mulheres do campo, ainda vistas como subordinadas ao ambiente doméstico e o homem como provedor da família, como condizia as leis, privilegiando o acesso deste à propriedade da terra. Com as mobilizações das mulheres houve avanços e surgiram efeitos pertinentes para a criação de legislações relativas ao direito à terra e, por conseguinte, ao direito à propriedade.

Com as demandas e as reivindicações para as mulheres, em 2003, o INCRA aprovou a Portaria nº981 que retirou a titulação opcional no nome das mulheres no benefício de posse de terra, tornando obrigatório a titulação tanto no nome dos homens quanto no nome das mulheres nos casos de casamento ou união estável.

Como vimos, nos anos 1990, as mulheres representavam 12% das beneficiadas da Reforma Agrária, segundo o Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária – SIPRA. Já em 2003 o percentual era de 13%. Com as políticas e ações que estimularam a inserção feminina no domínio de aquisição do título de terra, essa porcentagem aumentou. De acordo com os dados divulgados em 2012 pelo SIPRA, as mulheres representam 48% das beneficiárias da reforma.

Assim como a exclusão das mulheres ao acesso à terra é de longa data e diversas origens, o principal deles é o patriarcado que sustenta as estruturas sociais de poder. A incorporação das questões de gênero nas políticas públicas exige compromissos na efetivação das ações (DELBONI, 2008).

A incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas nas últimas décadas se deu a partir das lutas dos movimentos de mulheres e dos movimentos feministas que conquistaram o reconhecimento do Estado no que tange à legislação sobre os direitos das mulheres. A partir da década de 1980 já foi possível ver as primeiras iniciativas de políticas públicas na perspectiva do gênero, como a delegacia da mulher, o Conselho Tutelar e a Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em 1985.

A trajetória dos movimentos sociais foi importante para a institucionalização da perspectiva do gênero nas políticas públicas dos governos. O Brasil experimentou a criação da Secretarias de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003, que teve como principal objetivo promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente.<sup>15</sup>

A SPM realizou a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM), em julho de 2004, promoveu intensos debates em plenárias municipais e regionais com o objetivo de propor um plano que assegurasse a perspectiva de gênero em políticas públicas e o enfrentamento das desigualdades sociais. A partir das discussões fundamentou-se o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).

O PNPM foi uma importante ferramenta para a criação de ações e estratégias em termos de políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades entre os gêneros, sendo que as ações do PNPM tiveram como principal objetivo:

A igualdade de gênero, raça e etnia; o cumprimento dos tratados, acordos e convenções internacionais firmados e ratificados pelo Governo Brasileiro, relativos aos direitos humanos das mulheres; o pleno exercício de todos os direitos e liberdades fundamentais para distintos grupos de mulheres; o equilíbrio de poder entre mulheres e homens, em termos de recursos econômicos, direitos legais, participação política e relações interpessoais; o reconhecimento da violência de gênero, raça e etnia como violência estrutural e histórica, que expressa a opressão das mulheres que precisa ser tratada como questão de segurança, justiça e saúde pública; etc. (PNPM, 2005).

---

<sup>15</sup> Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, acesse em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sobre/spm#:~:text=A%20Secretaria%20de%20Pol%C3%ADticas%20para,uma%20sociedade%20patriarcal%20e%20excludente.>

O Plano propôs mecanismos institucionais de defesa dos direitos das mulheres para serem criados ou fortalecidos em todo o país, para que todas fossem representadas - mulheres índias, negras, lésbicas, idosas, jovens mulheres, com deficiência, ciganas, profissionais do sexo, rurais, urbanas, entre outras. Constituiu-se como um instrumento de afirmação da cidadania das mulheres.

Desde a Conferência Mundial de Mulheres, ocorrida no México, no ano de 1975, foram formuladas propostas e recomendações para todos os países no enfrentamento as desigualdades, as quais serviram para que os debates e reivindicações fossem implementados em políticas públicas futuras de cada país.

Os debates que contemplavam as discussões de combate às desigualdades estenderam-se em escala mundial, como a Conferências aos Direitos Humanos das Mulheres, a Convenção para Eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher (1979), a Conferência Internacional sobre a Mulher em Nairobi (1985), e a Conferência de Beijing (1995). Esta última foi considerada um avanço, pois foi reconhecida a transversalidade de gênero enquanto estratégia a ser incorporada em todos os segmentos das políticas públicas e não apenas em um ministério ou secretaria específica voltada às mulheres (GONÇALVES e ABREU, 2018).

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres estava ancorado nos principais debates feministas das últimas décadas, com caminhada internacional de lutas, reivindicações e discussões feitas pelos movimentos de mulheres (GONÇALVES e ABREU, 2018). Desta forma, foram assumidos grandes desafios pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Estudos e pesquisas sobre a real situação social das mulheres demonstraram que a pobreza feminina é um dos grandes problemas enfrentados por elas.

A partir do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que se estendeu por três edições, 2004, 2008 e 2011, os debates sobre a inclusão de políticas públicas em todas as instâncias do governo, voltadas para atender as desigualdades de gênero, levantou olhares também sobre a questão da moradia para mulheres. Segundo Levy, Latendresse e Marsan (2013) foi a partir da I CNPM no Brasil que se recomendou a concessão do título de propriedade no nome das mulheres, bem como investir em programas de moradia popular para mulheres vítimas de violência e as mulheres chefes de família.

Desta forma, as políticas habitacionais direcionadas às mulheres começaram a ser uma das prioridades de inclusão para sanar as desigualdades de gênero. O engajamento

das mulheres dentro dos movimentos de moradia é um marcador importante para a inserção de políticas públicas de habitação direcionadas às questões de gênero.

#### **1.4 Heranças e rupturas: ocupações de terra como acesso a moradia em Parintins**

Busco identificar neste subtópico a formação das ocupações urbanas surgidas nas décadas de 1990 que deram origem a três novos bairros, com o objetivo de refletir, mais a frente, sobre a importância que tiveram para a formação das ocupações do Pascoa Alágio e Castanhal. As experiências construídas no passado, são consideradas como lutas de referências para as lideranças dentro dos movimentos de moradia atuais.

A pesquisadora Lucineli Menezes em sua dissertação *Ocupação, conflitos e conquistas: A luta pelo direito a terra para moradia e a formação do bairro de Itaúna I/Parintins-Amazonas (2017)*, descreveu o processo de disputa pela terra da fazenda Itaúna e a formação do bairro de mesmo nome a partir da organização política de um grupo de pessoas que atuaram na defesa do direito à moradia.

A ocupação da fazenda Itaúna na década de 1990 foi a primeira ocupação urbana organizada que se sucedeu para a formação do bairro Itaúna I, Itaúna II e Paulo Corrêa. Menezes (2017) afirma que a ideia de organizar um grupo de pessoas para reivindicar um pedaço de terra para morar foi de Dona Maria Santarém, apoiada por Maria do Desterro a partir de conversa com outras pessoas. Essa ideia foi sendo aceita e ganhando adeptos para se fazer uma “invasão” chamando as pessoas que moravam no fundo do quintal de parentes e aquelas que pagavam aluguel.

Segundo Menezes (2017), a maioria dos participantes eram mulheres que enfrentavam os seus esposos que não aceitavam e acreditavam que a ocupação não daria em nada. As mulheres constituíram um movimento organizado, com reuniões e comissões, utilizaram as rádios e pessoas que tinham visibilidade, criticando os políticos que faziam promessas de entrega da casa própria e não cumpriam.

O movimento começou com uma organização que reivindicava moradia, levando primeiramente ao legislativo o problema da falta de habitação. Sem respostas, o grupo procurou terras que tivessem o tamanho suficiente para o número de famílias que estavam reivindicando moradia. A área escolhida foi a fazenda Itaúna, um enorme latifúndio de propriedade de um empresário Paraense, sendo que no dia 24 de janeiro 1992 começou a ocupação dessa Fazenda. Após a ocupação, o então proprietário entrou na justiça com um



pedido de reintegração de posse, que foi atendido e ordenou a retirada dos ocupantes da área.

A população fez manifestações e, após muitas reivindicações e defesa pela permanência das famílias na área ocupada, o então prefeito negociou com o proprietário 1.200 lotes de terra, apenas em uma parte da área ocupada, originando o bairro *Itaúna I* (16). A presença da igreja católica foi muito importante para o movimento, “a Igreja Católica foi uma das primeiras instituições a envolver-se no movimento, primeiramente prestando assistência básica, arrecadando roupas, cobertores, alimentos e remédios” (MENEZES, 2017, p. 73).

Para as áreas que não foram cedidas, a justiça determinou que os ocupantes se retirassem e no dia final do prazo, a força policial entrou na ocupação para executar a ordem de despejo, derrubando os barracos e ateando fogo. Em 1995 houve uma segunda ocupação nas terras da fazenda Itaúna, resultando, posteriormente, no bairro *Itaúna II* (17). Diferente da primeira ocupação, esta não teve uma organização formada, em decorrência disso, Marinho e Schor (2009) afirmam que houve uma grande especulação por meio de promotores fundiários que adquiriam vários terrenos gratuitamente para vender em seguida.

A presença de migrantes vindos das áreas rurais, como de outras cidades, intensificou ainda mais o processo de ocupação dessa área. Dois anos depois, houve a terceira ocupação, ainda nas terras da fazenda Itaúna, originando o bairro Paulo Corrêa, com nome em homenagem ao Sr. Paulo Corrêa, então proprietário da fazenda Itaúna.

A sequência de três ocupações urbanas modificou visivelmente o panorama, não somente das áreas em questão, mas de todo o município de Parintins (MENEZES, 2017). Nos seus primeiros anos, os bairros sofriam pela falta de infraestruturas básicas, foi a partir dos anos 2000 que os programas de intervenção Estatal, modificaram essa realidade como instalação de água encanada, luz elétrica, asfaltamento das ruas e criação de postos de saúde e escolas (MARINHO e SCHOR, 2009).

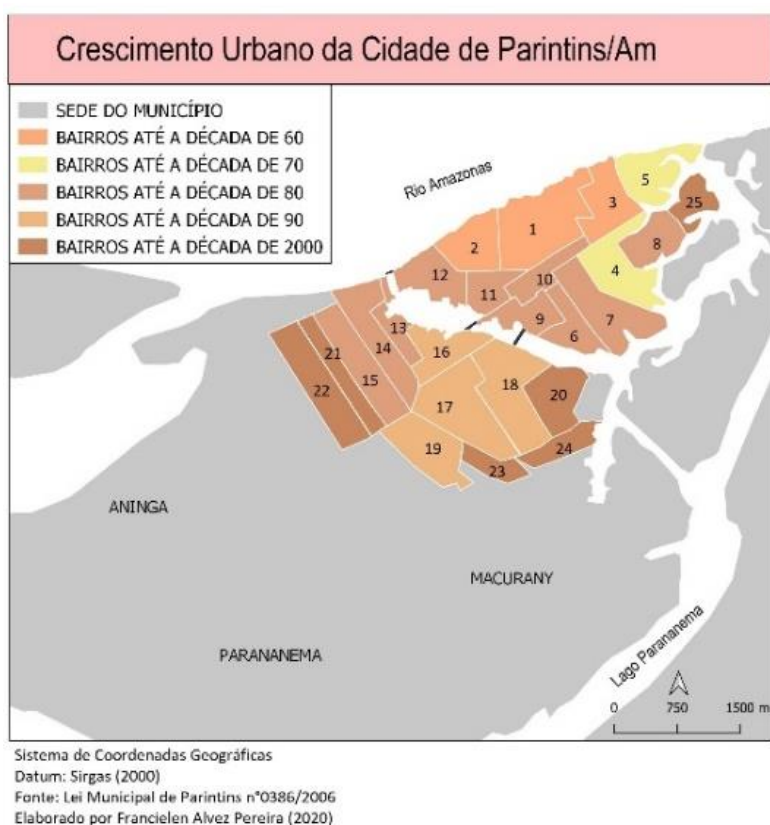
Os problemas sociais decorrentes do crescimento urbano,<sup>16</sup> atingiram principalmente as pessoas que se encontravam nessas regiões, que “apesar do melhoramento desses serviços, que afetam diretamente na qualidade de vida dos moradores, ainda existe uma grande população em graves condições de pobreza” (MARINHO e SCHOR, 2009, p. 85).

---

<sup>16</sup> O contingente populacional da cidade de Parintins até a década de 2000 era de 69.890 habitantes, segundo dados do IBGE.

No ano de 2009 ocorreu a quarta ocupação na propriedade da fazenda Itaúna, nascendo o bairro *União* (20). A partir das ocupações da fazenda Itaúna, alguns proprietários, temendo que novas ocupações acontecessem em suas propriedades, trataram de lotear suas terras para vender, formando novos bairros: como *Jacareacanga* (19), *Lady Laura* (21), *Pascoal Alágio* (22), *Tonzinho Saunier* (23), *Teixeirão* (24), e o *bairro do Castanheira* (25). Na figura abaixo podemos verificar que na década de 1990 aos anos 2000, a cidade se expandiu em decorrência da criação dos novos bairros.

Figura 4 - Ilustração dos bairros da década de 2000



Observando a trajetória da expansão da cidade a partir dos bairros frutos de ocupações, verifica-se que tais bairros se tornaram exemplos para as ocupações que se sucederam, visualizando através das trajetórias e das experiências daqueles que lideraram tais ocupações, até a consolidação como bairros. A partir dessas experiências as lideranças dos novos movimentos de ocupações se fortalecem enquanto movimento de luta por moradia.

Dentro deste contexto posso inferir que as novas ocupações também são resultado de um processo ineficiente dos projetos de moradia desenvolvidos no município. As novas ocupações, a partir de 2016, surgiram em um contexto em que as obras de dois projetos de habitação de casas populares que seriam destinados a mais de mil famílias estavam e ainda permanecem abandonados.

Tais projetos habitacionais viriam para amenizar o déficit habitacional, bem como para proporcionar o acesso à moradia digna e de qualidade para muitas famílias, como me disse a interlocutora Daniele Froiz “se funcionasse as políticas públicas de habitação, ninguém ia invadir terra de ninguém”. O déficit habitacional de Parintins, segundo dados da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SEMASTH, é de 12 mil moradias.

A moradia enquanto um direito humano universal e fundamental foi reconhecido em 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O Estado brasileiro, além de reconhecer constitucionalmente o direito à moradia, atribui-se a responsabilidade de garantir o direito à moradia através de programas de políticas públicas de habitação para erradicar o déficit habitacional que ainda atinge milhões de brasileiros.

É importante lembrar que ao longo de sua história, o Brasil desenvolveu dois grandes programas de habitação, o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O BNH desenvolvido durante a ditadura militar em 1964, iniciou como uma autarquia federal, vinculada ao ministério da fazenda. Em 1971 foi modificada pela Lei nº 5.762, como uma empresa pública, atuando por intermédio de bancos privados e públicos. Tinha como objetivo financiar empreendimentos imobiliários prioritariamente para famílias com renda de até 1 a 3 salários mínimos. No entanto, a iniciativa para esta população fracassou, pois, as prestações eram elevadas e seguiam as normas do crédito bancário privado. Neste período foram construídas 4 milhões de moradias, utilizando do Fundo de Garantias por Tempo de Serviço (FGTS), administrado pelo BNH (MARGUTI, 2018).

Segundo Marguti (2018)<sup>17</sup>, a produção habitacional promovida pelo BNH<sup>18</sup> estava em geral implementada nas periferias das grandes cidades, distantes da infraestrutura

---

<sup>17</sup> MARGUTI, Bárbara Oliveira. Políticas de Habitação. In: COSTA, Marcos Aurélio; MAGALHÃES, Marcos T. Q; Favarão, Cesar B (org). A nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação. Brasília: Ipea, 2018, p. 119-133.

<sup>18</sup> Segundo Souza (2018) a produção de moradia social na cidade de Parintins teve início no ano de 1969 com a implementação dos primeiros conjuntos habitacionais populares financiado pelo Sistema Financeiro de Habitação, por meio do BNH, executado pela COAHB-AM.

urbana implantada, reforçando a desigualdade social por meio da exclusão territorial e do cerceamento do direito à cidade. Após 22 anos de existência, o BNH foi extinto, e os problemas habitacionais permanecerem sendo um agravante. As funções do BNH foram repassadas para a Caixa Econômica Federal.

Foi no contexto da redemocratização do país, que os movimentos sociais por terra e moradia e outros movimentos afloraram no país. Ainda que alguns programas tenham sido criados, a primeira metade da década de 1990 foi marcada pela falta de uma estratégia nacional para o enfrentamento da questão habitacional, lacuna que passou a ser preenchida de forma descentralizada e fragmentada por estados e municípios empenhados em minimizar a enorme dívida social e urbana (MARGUTI, 2018). Cerca de 5 milhões de casas foram financiadas pelo BNH, apenas 25 % foram destinadas a famílias com renda menor que 5 salários-mínimos, ou seja, o BNH financiou casas para a classe média e não para os trabalhadores.

No ano de 2009 foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) no governo do Partido dos Trabalhadores (PT), com o objetivo de viabilizar o financiamento para a construção de moradias populares. O PMCMV promovido pela Lei nº11.977 de 0 de junho de 2009 estabeleceu as seguintes medidas:

Art. 1º O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV compreende: I - o Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU; II - o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR; III - a autorização para a União transferir recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR e ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS; IV - a autorização para a União conceder subvenção econômica tendo em vista a implementação do PMCMV em Municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes; Art. 2º O PMCMV tem como finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal de até 10 (dez) salários mínimos, que residam em qualquer dos Municípios brasileiros. Art. 3º Para a definição dos beneficiários do PMCMV, devem ser respeitadas, além das faixas de renda, as políticas estaduais e municipais de atendimento habitacional, priorizando-se, entre os critérios adotados, o tempo de residência ou de trabalho do candidato no Município e a adequação ambiental e urbanística dos projetos apresentados (BRASIL, 2009).

De acordo com Souza (2018), quando o PMCMV foi criado, já se encontrava em curso um projeto sobre o desenho e a estruturação da nova PNH, que se baseava no Projeto Moradia, estruturado após a aprovação do Estatuto das Cidades, em 2001. Com a criação do Ministério das Cidades, em 2003, a nova PNH incorporou componentes que

seriam bases para o PMCMV, como a inserção urbana de assentamentos precários, a regularização fundiária, a produção de habitação de interesse social e a integração da política habitação à política de desenvolvimento urbano (SOUZA, 2018, p. 71).

É importante lembrar o momento de crise que o setor de mercado de construção estava passando no Brasil em decorrência da crise econômica do mercado imobiliário dos Estados Unidos. Com a crise, o mercado da construção civil desabou no mundo todo, os bancos deixaram de oferecer crédito, e sem crédito os empreiteiros não produziam, nem os trabalhadores compravam, ou seja, prejuízos e poucos lucros. Dessa forma, o programa MCMV foi desenvolvido com o objetivo central de salvar o capital imobiliário (BOULOS, 2018) <sup>19</sup>.

Neste contexto, as demandas dos movimentos de moradia e dos movimentos sem-terra conquistaram espaço dentro do programa, incluindo as comodidades voltadas para a construção por associações e cooperativas autogeridas e para pequenos produtores da agricultura familiar (MARGUTI, 2018). O PMCMV nas suas duas primeiras fases contratou mais de 3,75 milhões de moradias até o ano de 2014, e na sua 3ª. fase contratou um total de 3 milhões de habitações.

No mesmo ano da criação do Programa Minha Casa Minha vida, em 2009 Parintins recebeu o início da construção do Residencial Vila Cristina,<sup>20</sup> com 500 unidades habitacionais, entregue no ano de 2013. No mesmo ano se iniciou a construção do segundo conjunto, Residencial Parintins,<sup>21</sup> através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), financiado pela Caixa Econômica Federal. Para a construção de 890 moradias, os beneficiários contemplados assinaram o contrato com a Caixa Econômica Federal. A entrega do Residencial Parintins estava prevista para o ano de 2014, no entanto, as obras do projeto foram interrompidas, deixando muitas casas inacabadas.

Com o intuito de obter respostas sobre o projeto inacabado e pela demora da entrega, os contemplados se uniram e organizaram-se para ocupar o Residencial Parintins no dia 1 de junho de 2019, tendo como organizadores desde movimento os próprios contemplados. No decorrer da ocupação pelos contemplados, iniciou também a entrada de populares na ocupação, tornando-se uma grande ocupação sem controle por parte dos

---

<sup>19</sup> BOULOS, Guilherme. Por que ocupamos? uma Introdução à Luta dos Sem-teto. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

<sup>20</sup> O Residencial Vila Cristina, com mais de mil unidades habitacionais localizado na estrada do Macurany, distância de 08 km do centro urbano.

<sup>21</sup> Segundo Souza (2018) o Residencial Parintins se enquadra na modalidade do Programa Minha Casa Minha Vida que é financiada pelo Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, em parceria com o Poder Público (Federal e Municipal) e a iniciativa privada, e atende famílias na faixa de 0 a 3 salários mínimos

organizadores, o que dividiu a ocupação em ocupantes e invasores. Ocupantes seriam os contemplados pelo projeto e invasores, os populares.

O primeiro projeto habitacional abandonado e ocupado por populares foi fruto do convênio entre a Prefeitura Municipal e o Ministério das Cidades, com financiamento pela Caixa Econômica Federal, que previa a construção de 264 casas populares, iniciada sua construção em 2010. O projeto foi paralisado em 2012, sendo que apenas 45 unidades foram construídas, entre as quais muitas não foram finalizadas. No segundo capítulo apresento como este foi ocupado a partir de uma mobilização política por parte de ocupantes do Castanhal.

Para Souza (2018), a proposta dos projetos habitacionais na cidade seria para atender famílias em condições insalubres de moradia ou residentes em áreas de riscos e em áreas inundadas. No entanto, o autor afirma que as políticas públicas de nível federal executadas na cidade de Parintins não vieram com o intuito de solucionar o déficit de moradia, mas para atender o funcionalismo público e as pessoas com empregos formais.

Como vimos, a ineficácia das políticas de habitação para a cidade de Parintins nos últimos 12 anos acentuou a problemática de moradia, bem como elevou as manifestações populares surgindo assim as ocupações de terra. Considerando que, na década de 2000 o contingente populacional de Parintins era de 69.890 mil habitantes, atualmente, segundo dados do IBGE (2021), a população de Parintins é de 115.465 habitantes.

As ocupações hoje estão unidas como um movimento que atua na defesa do direito à moradia e busca, através da organização coletiva, a legalidade da propriedade. A partir de minhas observações, iniciadas no ano de 2017, percebi que as ocupações de luta por moradia tornaram-se também espaços de organização política onde as mulheres engajaram-se na luta por melhores condições de vida, a qual será melhor descrita no próximo capítulo.

## Capítulo 2

### 2.1 Despejos, aluguéis e coabitação: a vida antes de entrar nas ocupações de moradia

É nas ocupações de moradia de Castanhal e Pascoal Alágio, situadas na cidade de Parintins, ambas iniciadas em 2016 que minhas interlocutoras Maísa, Mônica, dona Gisele e Daniele são lideranças na luta por moradia. As experiências de minhas interlocutoras antes de adentrarem a ocupação são marcadas pela moradia de aluguel, despejos e pela coabitação, onde moravam em casa de parentes.

Maisa, antes de entrar na ocupação do Castanhal, morava com seu marido, João Paulo, e suas duas filhas na casa de sua mãe. Antes de morar com sua mãe, morou de aluguel. Ocorre que a situação financeira da família era delicada, pois somente o seu marido trabalhava e o sustento da casa era da responsabilidade dele. O aluguel para Maísa deixou de ser viável quando o valor comprometeu a renda da família, assim sua opção foi o retorno para a casa da mãe. O retorno para a casa de parentes mais próximos, como mãe, avós, é comum entre famílias de classe populares, convivendo com até mais de duas famílias.

A trajetória de Mônica e sua família também é atravessada pelos problemas de coabitação, pois moravam na casa de seu sogro antes de entrarem para a ocupação. Mônica me disse que o casal jovem não tem condições de comprar uma casa, ainda mais porque ela estava fazendo faculdade na época, no ano de 2016, no início da ocupação. Nessa época, ela tinha 21 anos e já havia morado três anos na casa do sogro, sendo que a situação de coabitação com mais de duas famílias a impulsionou, apoiada pelo seu marido, a buscar a ocupação como possibilidade para obter uma casa própria.

A história de Daniele também segue o mesmo contexto das demais interlocutoras. Antes de buscar pela ocupação do Pascoal Alágio, Daniele morou na casa do padrão do seu companheiro, que foi cedida para morarem enquanto estavam em Manaus. Antes de morarem nesta casa, eles moravam de aluguel, mas sua família foi despejada da casa. Daniele não quis explicar muito sobre a situação vivida durante o despejo, mas não perdeu tempo para buscar uma solução por meio da ocupação do Pascoal Alágio. Em suas palavras, essa experiência fez com que não cogitasse outra opção que não fosse a moradia dentro da ocupação.

A vida de dona Gisele também é marcada pelas dificuldades em relação à moradia pois saiu da cidade de Manaus onde morava em casa alugada com seu marido e seus

filhos, apesar de ter sido beneficiada com um apartamento do programa Viver Melhor. Dona Gisele contou que não conseguia pagar o preço das parcelas, o que a fez retornar para Parintins, a fim de buscar um terreno para morar na ocupação do Pascoal Alágio. A busca pela ocupação de moradia significou, para minhas interlocutoras, ter a possibilidade de obter casa, sair do aluguel e *ter um lugarzinho para viver* conforme relatou dona Gisele.

A Fundação João Pinheiro,<sup>22</sup> a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua PnadC - pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentou análises dos dados sobre o déficit habitacional do ano de 2019 no Brasil. Tal levantamento é avaliado a partir de três elementos, o ônus excessivo com o aluguel urbano, habitação precária e coabitação. Em 2019, o déficit habitacional estimado para o Brasil foi de 5, 876 milhões de domicílios (FJP, 2021). O alto custo do aluguel urbano do Brasil compromete, segundo dados da Fundação João Pinheiro (2021), 30% do salário dos domicílios cuja renda é inferior a três salários mínimos, o que representa 51,7 % do total do déficit do país. A habitação precária corresponde a 25,2% do déficit habitacional e, por último, a coabitação que representa 23, 1 % do déficit habitacional.

Entre aluguéis, coabitação e despejos, as vivências de minhas interlocutoras são marcadas pela dificuldade de acesso à moradia, uma realidade que afeta muitas mulheres no Brasil. Segundo o Instituto João Pinheiro (2021), 60% do déficit habitacional do Brasil é prevalente aos domicílios onde a mulher é a pessoa de referência, ou seja, em números, as mulheres são as que mais comprometem sua renda com o pagamento do aluguel, são as que mais vivem em habitações precárias e as que mais estão em situação de coabitação. A busca pela ocupação como possibilidade de moradia evidencia as desigualdades referentes ao acesso a moradia para as mulheres. Os dados do IBGE (2015), do IPEA (2017) e do Instituto João Pinheiro (2021) demonstram que as mulheres, principalmente as negras, indígenas e chefes de família, são as mais expostas ao problema de habitação.

Os perfis de minhas interlocutoras indicam que são as que estão entre as estatísticas de maior vulnerabilidade habitacional, pois são mulheres negras, pobres e mães. Observar o problema de moradia pela perspectiva do gênero, da classe e de raça contribui para entendermos as desigualdades históricas que afetam as vidas de mulheres não só na moradia, mas na saúde, na educação e no autocuidado.

---

<sup>22</sup> FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional no Brasil - 2016-2019. Belo Horizonte: FJP, 2021.



## 2.2 Quando uma ocupação surge: a busca por um terreno

Quando surge uma ocupação de moradia, a cidade se movimenta, os populares se aproximam sob a luz dos burburinhos que qualificam a ação como “*invasão*”, como um ato de vandalismo de desocupados e aproveitadores. As emissoras de rádios locais denunciam a ação disseminando a notícia para toda a cidade e para as comunidades e cidades vizinhas até onde a frequência do rádio chega, fazendo com que muitas famílias de outras cidades e comunidades próximas se deslocam para também conseguirem um terreno para ocupar.

Mas antes de se tornar uma notícia midiática, o pequeno grupo que iniciou a ocupação estende à notícia para seus parentes, vizinhos e conhecidos próximos. As redes de relações nesse momento são acionadas para atender àqueles mais próximos que necessitam de um lugar para morar, foi assim que Maísa soube da ocupação através de uma ligação de um primo que estava na área e avisou que ela deveria ir até lá, pois já havia um terreno vago. Maisa, então, se dirigiu para o local com seu marido e seus filhos, na expectativa de também conseguirem um terreno, como Maísa relatou:

Eu soube por um primo meu, que já tinha ocupado um espaço lá, né, como eu morava com a minha mãe no tempo, ele disse “mana, lá do lado onde eu ocupei tem um terreno vago. Ainda construímos uma casinha lá, ficamos uma questão de um mês ainda lá (Maísa, 2020).

Essa rede de relações torna-se importante para que a notícia se espalhe e se propague com mais rapidez, antes dos meios de comunicação e, em poucas horas, a ocupação está repleta de famílias. A primeira ocupação foi feita em um terreno atrás de uma unidade básica de saúde no bairro da União, o que para ela foi o ponta pé para iniciar outras ocupações.

Assim como Maisa, Mônica também influenciada pela irmã foi para a área que estava sendo ocupada para conseguir um terreno. Dentro dessa primeira ocupação, Mônica e Maisa ficaram pouco menos de um mês. O terreno era pequeno, pouco menos de 30 famílias estavam ali, mas já havia uma movimentação para que outro lugar fosse ocupado, pois ainda havia muitas famílias que não tinham conseguido um terreno. Como contou Maísa:

“Em 2016, a ocupação começou lá atrás do posto Tussolini, sem liderança, sem nada, feita pelos próprios moradores, foi quando um total de moradores se reuniu e lembrou que tinha a parte de trás que fazia parte da prefeitura, os moradores decidiram invadir”.

Maisa utiliza os termos *ocupação* e *invasão* nas narrativas acima. Na semântica dos termos utilizados em sua fala, percebo que há uma alteração do termo quando se refere ao passado, considerando invasão quando a ocupação ainda não é vista como uma organização política<sup>23</sup>. Esclareço que no decorrer deste trabalho utilizo o termo ocupação, pois hoje se compreende as ocupações com uma organização política definidas e referenciada pelas interlocutoras.

Essa primeira ocupação se localizava no final do bairro da União e bem próximo dali, há menos de 300 metros, havia uma grande área de mata pertencente à prefeitura, que se estendia até uma área de preservação ambiental de castanheiras (*bertholletia excelsa*).

A procura por outras terras com potencial para uma ocupação que agregue mais famílias são estratégias de espacialização, tal como descrito por Fernandes (2001), em seu estudo sobre *a ocupação como forma de acesso à moradia*<sup>24</sup>. Segundo o autor, a espacialização é um espaço ocupado de forma permanente ou provisória que nasce da própria necessidade de habitação, é nesse processo que a espacialização que outras áreas são visadas para serem ocupadas com o objetivo de assentar todas as famílias (Fernandes, 2001).

Desse modo, a ocupação detrás do posto foi provisória e provocou debates sobre outras áreas que tinham potencial para serem ocupadas, como a área da prefeitura. Para eles, isso se tornaria mais fácil para conseguir a terra em definitivo. Maisa soube que a área da prefeitura já tinha sido ocupada:

“Eu soube por uma amiga minha que já tinha ocupado, tinha um espaço vago, começou no dia 25 de maio, no dia 26 de maio eu ocupei aqui, eu, meu marido e minhas 2 filhas” (Maisa).

É importante considerar que a primeira ocupação feita atrás do posto de saúde foi o início para as ocupações massivas que surgiram na cidade de Parintins naquele ano de

<sup>23</sup> Tal questão poderá ser melhor compreendida no capítulo III subtópico 4 *É hora de se unir e lutar: O engajamento das mulheres na ocupação*.

<sup>24</sup> FERNANDES, Bernardo Mançano. *A ocupação como forma de acesso à terra*. 8º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2001

2016, o que reverberou numa grande problemática de moradia nos anos seguintes, com as ocupações do Castanhal e Pascoal Alágio naquele mesmo ano.

Quando a amiga de Maísa ligou para avisá-la que já tinham ocupado a área da prefeitura, foi a oportunidade de Maísa e Mônica saírem da ocupação localizada atrás do posto, pois Maísa já visualizava que aquela ocupação logo seria interferida pela polícia. A ocupação que se formava na área da prefeitura atraiu muitas famílias que queriam conseguir um terreno, inclusive as famílias de Mônica e Maisa que foram para a nova área garantir um terreno naquele primeiro instante. Mônica me contou que antes da ocupação na área da prefeitura havia uma placa envelhecida com o tempo que indicava que aquela área estava destinada a um projeto da prefeitura. Entretanto, o projeto nunca saiu do papel e assim formou-se a ocupação do Castanhal.

### **2.3 Aqui era só um mato: a ocupação do Castanhal**

A área da prefeitura era um local que tinha sido destinado a um projeto que, como Mônica disse, nunca saiu do papel, era um terreno baldio tomado pela mata usado como lixeira viciada pelos moradores próximos. Quando entrevistei Maisa e Mônica as duas me relataram a grande dificuldade de se estabelecer dentro da ocupação do Castanhal nos primeiros dias.

“Aqui na área era só um mato, os primeiros dias foram bem ruins, na frente da ocupação era só lixo, porque se tornou uma lixeira viciada, a noite dava bastante mosquito, a gente tinha que buscar água lá na Igreja da sagrada família, tinha só uma torneirinha, tinha que enfrentar uma fila enorme, ela tinha que fornecer água para todas as famílias da ocupação”  
(Maisa, 2020)

Quando entraram na ocupação, o trabalho a ser feito era limpar o seu pedaço de terra, fazer a capina do terreno e a *coivara*, atividade de queima do mato para depois tirar os restos dos troncos das árvores que já estavam grandes. Esse é um dos primeiros trabalhos desenvolvido pela família dentro da ocupação - limpar os seus terrenos para dar início ao barraco de lona improvisado.

A primeira vez que fui à ocupação em 2017 muitas casas ainda eram barracos improvisados com paredes de lona e madeira velha, cobertas de palha. Quando retornei em 2020 para fazer o campo, a paisagem já tinha mudado, muitas casas estavam

construídas com madeiras novas, com as bases de tijolos no chão para sustentação, outras ainda permaneciam como barracos improvisados.

Quando Maisa relembrou sua casa no início da ocupação, falou-me que na atualidade as coisas estavam melhores. Ela narrou que:

“A barraquinha era de madeira tirada da mata, por exemplo, os esteios era do mato mesmo, o teto era forrado por plástico, palha, a parede era de sacola, pvc, tnt, tudo se aproveitava” (Maisa, 2020).

Construir logo o barraco foi uma estratégia de se estabelecer na ocupação. De forma improvisada, o pequeno barraco determinava que ali havia uma casa e, por conseguinte, possuía um dono. Desta forma, percebi que é no início da busca por um terreno para a construção de um barraco de lona que se constrói o sentido de luta pela moradia. Como disse Maisa, seu barraco era feito de madeiras e palha retiradas da mata próxima e materiais industrializados, como plásticos variados e lona acessíveis para uso, como podemos observar nas fotos abaixo:

Foto 1 - Barracos cobertos de palha.



Crédito: ConCidade, 2020.

Foto 2 - Barracos cobertos de palha e telhas



Crédito: ConCidade, 2020.

Nestas fotos observamos os barracos cobertos de palha, outros de telhas reutilizadas, também é possível observar que um dos barracos tem um sofá que, suponho, tenha sido utilizado também como cama. Desta forma, os barracos vão dando sentido ao espaço de moradia. Entre conversas informais que tive com os moradores ouvi a expressão *ter um pedaço de terra pra morar e pra morrer*, fazendo uma observação que o ser humano, até após a morte, precisa de um pedaço de terra para ser enterrado. Com isso, podemos presumir a importância da terra para aqueles moradores, para além da moradia, como um lugar onde poderiam viver até a velhice e até a morte.

Voltando à organização do espaço da ocupação, no primeiro momento foi feita a demarcação dos terrenos e sua divisão por cada família de ocupante, de forma justa em termos de dimensões. Na frente de cada terreno foi colocada uma placa com o nome do dono e passaram a cuidar e vigiar o local. Mônica contou que passar o dia dentro da ocupação ia acompanhada de seu filho para fazer o trabalho de limpeza do terreno, um trabalho que é diário no início do processo de ocupação.

“Vinha de manhã cedo, passava o dia aqui, dá o jeito de arrumar uma barraquinha de lona, colocava 4 paus, esticava a lona, passava o dia inteiro, olhando e limpando pra não entrar ninguém. Vinha eu e o bebê, o Pietro” (Mônica, 2020).

Percebi que a tarefa de limpeza, capina e permanência dentro do seu terreno para que não fosse ocupado por outra pessoa recaiu sobre as mulheres, tanto Mônica e Maisa

tinham que passar o dia dentro da ocupação para garantir terreno, enquanto seus maridos saíam para trabalhar. Permanecer dentro do terreno durante os dias no primeiro mês também era uma estratégia de fazer a ocupação ir para frente, como me contou Maísa:

“Só não dormia aqui porque quando dava 19 horas dava muito carapanã, a gente só dormia pra lá (casa da mãe) quando era 6, 7 horas da manhã voltava de novo” (Maísa, 2020).

Mônica e Maísa tinham a casa da mãe no bairro próximo da ocupação, o que facilitava na sua rotina, pois faziam comida em sua residência e retornavam para a ocupação. Ter uma rede de apoio nesse momento foi fundamental para a permanência das mulheres na ocupação, como me narrou Mônica:

“A minha mãe mora no bairro da União, a gente ia lá, preparava alguma coisa e depois voltava pra cá. Ou então fazia aqui mesmo, fazia o fogo, trazia panela, se juntava com os vizinhos, era aquele alvoroço” (Mônica, 2020).

O dia a dia nesse início de ocupação foi difícil, sem água e sem luz, o que fazia com que elas não se estabelecessem em definitivo na área. O retorno para a casa da mãe no final da tarde, depois de um dia dentro da ocupação, no caso de Maísa e Mônica, foi necessário para o descanso e para retornar na manhã seguinte. Algumas famílias, entretanto, já viviam dentro da ocupação, mesmo sem energia e luz, pois haviam se deslocado dos interiores próximos e não tinham parentes na cidade.

Ainda nos primeiros meses da ocupação do Castanhal, em 2016, houve um pedido de reintegração de posse. Na época, Maísa contou que já havia uma liderança dentro da ocupação, mas, segundo ela, não se constituía com comprometimento com a ocupação, até que o primeiro pedido de reintegração de posse veio. Maísa contou que naquele dia houve uma grande mobilização feita pelas mulheres para barrar a entrada violenta da polícia na ocupação, como relatou:

“O primeiro pedido de reintegração de posse foi parado pelas mulheradas, o tal líder sumiu no dia, ele só veio para assinar o documento, ligaram pra ele que só iria sair a tropa depois de ele assinar, e foi aí que apareceu. A gente reuniu todas as mulheres no campo, desde a noite passada que a gente já sabia da reintegração de posse, uma defensora pública que ligou avisando que a reintegração de posse viria no outro dia. A gente fez cartaz, fez planejamento, fizemos barricada de pneu justamente pra barrar a entrada, protestamos, fizemos tudo isso nesse dia, fizemos uma corrente de mulheres, tinha

mulher grávida, tinha mulher com filho no colo, tinha mulher solteira, mulher que não era mulher, que se vestia de mulher. Tinha todos os tipos de mulheres, uma representação de mulher, porque se fosse só os homens a violência ia ser maior, né, e sendo mulher não, como a tropa (polícia) era só de homens e tinha só duas mulheres, assim não ia ter uma violência a mais que era o que estava proposto no dia, se a gente não saísse, eles iam fazer na violência, aí o que a gente fez, então vamos a mulherada pra frente faz a corrente, cobriu toda essa ocupação desde a igreja até aqui, pra não entrar” (Maisa, 2020).

“Na hora que a gente fez a corrente de mulheres, eles acharam outra saída que foi chamar o Conselho Tutelar porque tinha criança, na hora chegou à defensoria pública pedindo que as mulheres grávidas se afastassem, mas ninguém desistiu, só tiraram as crianças mesmo. Quando foi 13:30 da tarde foi quando o Antonio<sup>25</sup> chegou pra assinar o documento, isso porque a macharada prendeu pra cá, e só saiu porque ele falou para os homens que não ia assinar o documento. Ele disse que não ia assinar o documento de despejo, quando ele chegou na frente do oficial de justiça não sei o que ele falou lá que ele se tremeu e assinou, aí tivemos que tirar tudo, aí que ele assinou o documento de despejo” (Maisa, 2020).

O relato de Maisa sobre a presença das mulheres e a utilização de seus corpos como forma de protesto para que a polícia não entrasse de forma violenta é umas das mobilizações mais acentuadas dentro do movimento de moradia, observadas neste episódio e em manifestações de ruas onde as mulheres são as que mais participam.

Depois desse despejo, Maisa me contou que um grupo de homens sugeriu, em reunião, que outro terreno fosse ocupado. A pessoa que liderou o movimento se chamava Zico e foi informado da existência de um terreno que pertencia a prefeitura que ficava próximo ao loteamento do Pascoal Alágio. No mesmo dia em que a ocupação do Castanhal foi tomada pela polícia, Zico e mais dez homens foram para o terreno da prefeitura fazer a nova ocupação, sendo que primeiro fizeram a demarcação dos terrenos para depois os distribuírem às famílias que estavam migrando para a nova área.

O terreno em questão que julgavam ser da “prefeitura”, na verdade era uma propriedade particular. Por conta de boatos que circulavam na cidade sobre a negociação das terras pela prefeitura com o dono, julgaram que a área estava disponível. Depois ficaram sabendo que o terreno era de um empresário e que a prefeitura não tinha a posse daquelas terras. Durante a pesquisa de campo na ocupação do Pascoal Alágio, conheci seu Zico e tive a oportunidade de conversar com ele e tirar muitas dúvidas sobre esse

---

<sup>25</sup> Nome Fictício dado a pessoa, pois declarou não querer seu nome mencionado nas questões da ocupação.

começo da ocupação do Pascoal Alágio. Quando a ocupação do Castanhal foi despejada pela polícia, muitas famílias não tinham para onde ir, pois já moravam nessa área.

Sobre o episódio do despejo, Maisa lembrou deste dia me indicando o lugar onde muitas famílias ficaram sem ter para onde ir.

“Não tem ali área do canecão? conseguimos para umas famílias que não tinha onde morar e não tinham dinheiro para o aluguel ficaram lá na casa de show canecão, no *Companhia* deixaram o pessoal ficarem também” (Maisa, 2020).

Canecão, mencionado por Maisa, era uma casa de show próximo da ocupação, no bairro da União, que abrigou algumas famílias. A *Companhia* também foi um bar que permitiu que algumas famílias ficassem. Após serem retirados da ocupação do Castanhal, Maisa e Mônica foram também pegar um terreno na nova ocupação. Mônica contou que:

“Lá no Pascoal Alágio a gente também foi pra lá, eu a minha irmã, ele (marido), mais um grupo de pessoas que foi pra lá, porque a polícia se instalou aqui, foi na primeira. A gente tentou lá, cercamos, foi a partir daí que o pessoal foi todo pra lá. Ai a gente resolveu voltar, porque lá é muito extenso, quando a gente viu que tinha muita gente lá, e já tinham entrado no nosso lá, quando fomos no outro dia, aí a gente voltou pra cá, fizemos as barraquinhas, aí que foi que o pessoal resolveu fazer casa, pra mostrar pra que veio mesmo” (Mônica, 2020).

A passagem pela nova ocupação que estava surgindo foi breve para as irmãs Maisa e Mônica, elas tinham o desejo de permanecer na ocupação do Castanhal pela proximidade com o bairro da mãe e ficava mais próximo das centralidades da cidade em comparação a outra ocupação:

Lá no Pascoal Alágio, o pessoal da ocupação do castanhal voltou, os que ficaram foram novos e não teve mais controle. Depois a gente voltou, com três dias depois saíram os seguranças, desde o começo o nosso intuito era ficar aqui, porque aqui é mais perto, todos da ocupação do castanhal veio e os que ficaram já eram novas pessoas, entrou muitos novos, e depois não teve mais controle. A gente voltou para os nossos terrenos que era, no caso era pra cá, daí a gente “vamos montar a nossa casinha”, aí já foi melhorando, já não era mais com pau, que já tinham ai, era esteio de segunda mão, mas com as mesmas coisas, de palha, de tnt e pvc (Maisa, 2020).



Quando Maísa, Mônica e os outros ocupantes voltaram para a ocupação do Castanhal decidiram construir casa e ao dizerem “*mostrar para o que veio*”, expressaram que dali em diante as pessoas iriam permanecer na ocupação e lutar por ela. Nesse momento muitas coisas foram acontecendo ao mesmo tempo, a retomada da ocupação do Castanhal, o surgimento do Pascoal Alágio, o que foi como um efeito domino de ocupações de moradia na cidade.

#### **2.4 Buscando uma outra terra: a Ocupação do Pascoal Alágio**

Quando fiz meu campo em 2020 procurei buscar pelas histórias das ocupações do Castanhal e Pascoal Alágio e, aos poucos fui entendendo os processos e motivos que levaram as massificações das ocupações em tão curto período. É importante salientar que minhas interlocutoras não foram as principais organizadoras, não foram as pessoas que encabeçaram a ação, mas elas foram para as ocupações no auge nas mobilizações a partir de suas necessidades e possibilidades para buscar uma moradia.

A ocupação do Pascoal Alágio nasceu de um levante popular organizado, de um processo de espacialização da luta pela terra, sendo que no início foi pensada para que as famílias que foram despejadas da ocupação do Castanhal tivessem outra terra para ocupar. Quando conheci Zico na ocupação do Pascoal Alágio, ele me contou como foi ocupar aquela área, ele era genro da então liderança da ocupação do Castanhal. Durante a ordem de despejo me relatou que ficou responsável para liderar uma nova ocupação no terreno que seria da prefeitura, próximo ao loteamento do Pascoal Alágio.

No primeiro dia Zico me contou que já tinham 70 famílias cadastradas para entrar na ocupação e que, de forma organizada, dividiu os lotes de terra com linhas de pescar medindo cada terreno 7 metros de frente, os quais atenderiam as famílias que foram despejadas do Castanhal. No decorrer da medição, Zico já foi colocando as famílias nos lotes de terra.

Como já ressaltado no item anterior, as terras pertenciam a um empresário local e faziam parte do seu loteamento chamado Lady Laura. Então, para título de entendimento, a ocupação do Pascoal Alágio iniciou com a ocupação de moradia do loteamento Lady Laura. Seu Zico me contou que no terceiro dia de ocupação um parente do dono das terras foi até a área e falou para as famílias que eles só iam deixar aquela área limpa para o dono, o que causou revolta nos ocupantes. Isso levou as famílias a ocuparem as casas de

um projeto de habitação que estava abandonados há muitos anos, próximo dali. Tal informação me trouxe o questionamento do porquê as casas do projeto de habitação que estavam abandonadas não foram ocupadas primeiro. Mais tarde descobri que no ano de 2013 houve uma tentativa de ocupar aquelas casas por populares, no entanto, foram fortemente coagidos pela força policial. Compreendi, então, que havia um certo medo em ocupar as casas daquele projeto habitacional abandonado.

Houve muitas questões judiciais que envolveram o projeto habitacional e a prefeitura, primeiro pelas terras onde ele foi construído, pois pertenciam ao (falecido) empresário Manuel Esteves, fazendo parte do Loteamento Pascoal Alágio. Era uma área de expansão urbana, caracterizada pela venda legal de lotes de terra, parte dessas terras foram negociadas com a prefeitura para a construção das casas do projeto, conforme Seu Zico informou. Ele também me relatou que a população carente, sabendo da grande ocupação que estava se formando e que muitas famílias saíram do interior e de cidades vizinhas para conseguir uma moradia naquela local, fez com que uma outra área de terra do loteamento Pascoal Alágio fosse ocupada.

Nesse trabalho, o que se entende por Ocupação do Pascoal Alágio é a junção de três áreas ocupadas, primeiro as terras do loteamento Lady Laura, segundo as casas em construção inacabadas do projeto habitacional da prefeitura e, em terceiro, as terras do loteamento do Pascoal Alágio.

Foto 3 - Casas do projeto habitacional da prefeitura.



Crédito: ConCidade, 2020.

Nessa foto podemos observar as casas do projeto habitacional com a construção inacabada, cobertas de palha pelos ocupantes, ainda no início da ocupação dessa área. Após seis anos de ocupação, essas casas estavam com estruturas melhoradas.

## 2.5 Daniele e dona Gisele na ocupação do Pascoal Alágio

É na ocupação do Pascoal Alágio que se apresentam as minhas interlocutoras Daniele Froiz e dona Gisele Brasil, duas mulheres que são lideranças do movimento luta pela moradia. Quando busquei pelas mulheres que faziam parte da liderança da ocupação do Pascoal Alágio não encontrei as referências que havia conhecido em 2017, no entanto, nomes como de Daniele Froiz, Gisele Brasil, dona Claudia e Maria representavam a associação de moradores naquele ano de 2020. O objetivo era conversar e estabelecer contato com todas as lideranças mulheres das ocupações para a construção da pesquisa, no entanto, com o atravessamento da pandemia, não foi possível entrevistar dona Claudia e Maria, sendo possível só entrevistar Daniele Froiz e dona Gisele.

Quando conheci Daniele Froiz, tivemos uma conversa muito amigável, de forma muito direta, me contou que buscou a ocupação porque estava sendo despejada de onde morava, e quando soube da Ocupação do Pascoal Alágio, já estava consolidada, como me disse:

“Eu vim aqui da primeira vez o responsável da época disse que não tinha terreno disponível, e falaram que era pra eu vir na semana seguinte, eu fui e voltei na semana seguinte e eles já me deram esse terreno aqui” (Daniele, 2020).

Daniele me contou que na cidade só falavam das *invasões*, que era o assunto do momento, tanto a ocupação do Castanhal como a do Pascoal Alágio. Muitas famílias, assim como Daniele, procuravam a ocupação como opção para moradia, principalmente quando não tinham mais condições de pagar um aluguel. Dona Gisele, quando soube da ocupação, viu uma alternativa para conseguir uma casa. Como nos narra:

“Eu soube através de uma cunhada minha, que estava aqui nessa época, aí ela falou que estavam invadindo aqui, e se eu quisesse ter a oportunidade de ter uma casa, que ela tinha um cantinho aqui, que ela ia ceder pra mim”. [...] No dia que eu vim pra ocupação, já ficamos, fizemos uma cabaninha, ficamos embaixo, ficamos até ficar, ficava na casa da minha

mãe, fiquei um tempo na casa da minha mãe, a casa dos outros não é a nossa casa. Aqui só era mato, fiz uma cabaninha de palha e do lado tnt, eu fiz o teto de palha, e a parede de tnt, fiz com madeira aí do mato, fui construindo devagarzinho (Gisele, 2020).

As narrativas de Daniele e dona Gisele reafirmaram a ocupação para as mulheres como um lugar para ter a “*oportunidade de ter uma casa*”, “*um cantinho*, um lugar de acolhimento e proteção para a sua família. Quando entrevistei dona Gisele, estávamos no período da pandemia, no mês de agosto, a conheci no evento do dia dos pais organizado pela associação de moradores para falar sobre questões problemáticas da ocupação. Foi a primeira reunião que participei dentro da ocupação do Pascoal Alágio, lá conheci dona Gisele, me apresentei a ela, marcamos um encontro em sua casa. É necessário dizer o quão difícil foi retornar para o campo desde quando decretaram quarentena, então aquela oportunidade de conhecer dona Gisele foi importante para prosseguir com a pesquisa.

Assim como na ocupação do Castanhal, as mulheres da ocupação do Pascoal Alágio viveram as fases do trabalho de base, de limpeza, capina permanência no barraco para não perder o terreno. Daniele Froiz reafirmou que eram as mulheres que permaneciam nos terrenos durante o dia:

Na época, principalmente nós, as mulheres, que geralmente eram as mulheres que ficavam no início para segurar o terreno, durante o dia. Nós tínhamos que ir atrás de água, fazer fogo a lenha, muitas mulheres aqui, até hoje elas fazem fogo na lenha, porque não tem condições e é um meio mais prático pra economizar. O primeiro dia foi muito difícil porque não tinha luz, não tinha água, não tinha nada, e como não podíamos sair e como meu namorado trabalha durante o dia e voltava pra cá a noite (Daniele Froiz).

Éramos vistos como bandidos, principalmente as mulheres que eram chamadas de barraqueira e gostava de fazer barraco, porque geralmente quem ia invadir o terreno dos outros não era os homens, incrível, era as mulheres, as mulheres que iam pra defender o terreno da amiga, da vizinha, então não era o homem, o homem não se metia (Daniele, 2020).

Como eram as mulheres que permaneciam durante o dia nos barracos no começo da ocupação, elas protegiam a área quando outras mulheres tentavam pegar os terrenos já ocupados. As confusões que as mulheres faziam para defender os terrenos, perpetuava ainda mais os estigmas que lhes eram colocados como invasoras, barraqueiras e bandidas, presentes também nos discursos dos vizinhos hostis. A permanência dentro dos terrenos, como já falado, foi uma estratégia para não o perder para outra pessoa, foi também uma

forma de resistência para a constituição de uma ocupação, como disse Maísa. Era uma forma de mostrarem para “o que vieram” dentro das ocupações, o que se sucederia para uma luta por moradia organizada.

Ainda sobre aquele início, para dona Gisele foi difícil viver na ocupação, pois não havia luz e nem água, o que exigia muitos sacrifícios para elas e ocasionava conflitos:

Foi muito sofredor, muito porque não tinha luz, não tinha água, as ruas já estavam divididas, mas tinha muito mato, muita lama quando eu vim pra cá. A gente brigou muito com o Pascoal Alágio por causa de água, eles brigavam com a gente porque eles não queriam, porque a gente é bandido e outras coisas. Um dia a gente tinha água e no outro dia tiravam, a polícia vinha aqui, a gente sofre muito, só deu uma trégua porque tá nessa situação aí, a justiça, com defensoria lá disseram que a polícia não ia mais desligar as luzes da gente, não ia deixar porque estava vendo que seria um descaso com a gente, queriam ver o que o poder legislativo iam fazer com a gente em questão de água e luz, apesar de as famílias estarem aqui de forma irregular, no que não era seu, então eles não tinham o poder de botar nem água e nem luz aqui pra dentro, eles falavam assim, que a gente estava passando por isso que a gente procurou, e a que não era direito deles fazer, e a gente entente, mas aí, fazer o que não tem pra onde ir, como muitas famílias não tem pra onde ir (Gisele, 2020).

O conflito com o loteamento legalizado Pascoal Alágio, motivado pelo consumo ilegal da energia elétrica e da água pelos ocupantes, levou a reclamações e denúncias na delegacia de polícia, gerando muito preconceito, pois chamavam os ocupantes de bandidos e invasores. Por conta da pandemia, algumas ações dentro das ocupações foram feitas pela prefeitura, como a regularização da água e o melhoramento do acesso às redes de energia através dos postes do loteamento para que tivessem condições técnicas de levar energia à área sem haver constantes quedas no seu fornecimento.

## **2.6 A morada e a família paras mulheres: um lugar para viver**

As ocupações em Parintins ocorreram para fins de moradia e consistiam em conseguir um terreno para ocupar, erguer o barraco de lona ou de palha que, com o passar do tempo, vão construindo e melhorando, como já relatei. Por fim, a formação de uma associação de moradores para o fortalecimento das ocupações constitui-se como um passo essencial para consolidar o movimento e o engajamento de seus participantes.

Sair do aluguel e da casa de parentes era o desejo de minhas interlocutoras, as ocupações de moradia significaram para essas mulheres a oportunidade de construir seu próprio lar junto com suas famílias. Neste tópico descrevo a relação e o sentido de ocupar para minhas interlocutoras à medida que suas narrativas demonstraram que suas motivações estavam relacionadas à necessidade de moradia para a família e para os filhos e é através dessas combinações que as relações de gênero e agências se desenvolvem.

Maísa, dona da fala “*ocupamos mesmo por uma questão de moradia, para ter um lugarzinho para viver*”, quando entrevistada fez questão de me mostrar como sua casa tinha melhorado, não era mais coberta por palhas, tinha se estruturado melhor, com madeiras novas, coberta de telhas resistentes, com quintal para as crianças brincarem, delimitada por cercas. Percebi, naquele momento, sua satisfação por ter melhorado sua casa e por estar tendo mais conforto com a moradia para si e sua família.

Foi após uma ordem de despejo que Maisa e sua irmã Mônica retornaram para a ocupação do Castanhal com o objetivo de construir uma casa, como já abordado. As irmãs decidiram que iriam ficar no local “de vez” para se estabelecerem como uma ocupação que ganharia força, como me contou Maisa:

Nós viemos morar de vez depois de um mês, todo dia a gente vinha no triciclo da vovó, né, paloma, aí a gente vinha, trazia o que comer, fazia na lenha, se juntava com os outros vizinhos, a gente fazia e dividia, foram poucos que vieram ocupar e que moraram logo (Maisa, 2020).

Durante a entrevista com Maisa, suas filhas e outras crianças estavam próximas brincando enquanto conversávamos. Sua segunda filha, Paloma, acompanhava a fala da mãe, prestando atenção em tudo que dizia. Maisa a olhava quando falava sobre o dia a dia na ocupação, buscando sua aprovação sobre as experiências vividas no início da moradia no local. Senti, no olhar das duas, a satisfação de estar ali.

Se mudar para a ocupação era importante para demarcá-la como uma ocupação organizada. Permanecer durante a noite, mesmo sem energia e sem água não era fácil para as mulheres, ainda mais com crianças pequenas, mas era necessário para o fortalecimento da ocupação. As relações parentais influenciaram também para a permanência na área, pois as irmãs Mônica e Maisa e suas respectivas famílias permaneceram juntas na ocupação do Castanhal, morando uma próxima da outra:

O meu principal intuito de vir pra ocupação é conseguir algo pra gente, como casal novo sem fundo financeiro, já estava

com filho, morando na casa de sogro, estava bem complicado, não morava só nos enquanto família, morava 3 famílias na mesma casa, já estava insustentável a situação. Em busca de ter algo que é nosso, ter um cantinho pra gente, pra criar os nossos filhos do jeito da gente, sem um fundo financeiro, se eu tivesse condições de comprar uma casa, um terreno, jamais invadiria (Mônica, 2020).

A fala de Mônica sobre seu intuito de conseguir uma moradia, a partir de sua experiência ao dividir uma casa com mais de três famílias, trouxe algumas questões visíveis para essa reflexão. Quando Mônica relatou que foi em “*busca de ter algo que é nosso*” e “*ter um cantinho pra gente, pra criar os nossos filhos*”, a narrativa expressiu o desejo de realizar o sonho da casa própria para criar seus filhos, tal desejo também é recorrente na fala de muitas mulheres das ocupações que colocaram a família como motivação de busca por uma casa.

A família, enquanto uma das motivações para ocupar, pode ser pensada a partir da reflexão da antropóloga Cláudia Fonseca no seu estudo “*Olhares Antropológicos sobre a família contemporânea* (2002) na qual utiliza a etnografia para pensar a especificidade de valores e práticas familiares em bairros periféricos. A autora afirma que “falar de família é evocar um conjunto de valores que denota os indivíduos de uma identidade e a vida de um sentido. Além dessa função simbólica, a noção de família está ligada à organização da vida cotidiana” (FONSECA, 2002, p. 05).

Esclareço que não reforço o estereótipo de um modelo familiar hegemônico heterossexual, apoiada no argumento de Fonseca (2002) que para a compreensão da complexa realidade que enfrentamos no Brasil contemporâneo, a noção da família patriarcal, tal como foi descrita por Gilberto Freyre, é vista como sendo de relevância limitada. Desta forma, quando falo de famílias dentro das ocupações estou descrevendo a partir de uma categoria atribuída pelas próprias interlocutoras quando se referem às suas experiências e expectativas.

Quando Mônica buscou pela ocupação como forma de acesso à moradia, “para ter um cantinho para criar os filhos”, denotou que a casa tem um significado, mostrando que “o espaço da casa se eleva a uma importância muito maior, isto é, para elas, a moradia significa muito mais que um abrigo, é um espaço essencial de proteção de si e de manutenção daqueles dependentes de seus cuidados” (HELENE, 2019, p, 957). Aqui percebi que tal definição de casa pode ser utilizada como reflexão para a importância desse lugar na vida das interlocutoras.

A antropóloga Raquel Wiggers em seu trabalho com os moradores e frequentadores de Caieira da Barra Sul, bairro da cidade de Florianópolis - SC, relata que a noção de casa tem sentido de pertencimento e que a casa constrói a pessoa. Assim, o sentido de *casa* apresentado pela autora é formado e vivenciado pelos moradores na Caieira da Barra do Sul na seguinte forma:

O convívio na casa é o elaborador das relações de parentesco. No entanto, não é apenas esse convívio que cria parentesco aleatoriamente, uma vez que o resultado é mediado por formas coletivas de organização social, compartilhadas pelos moradores da Caieira da Barra do Sul. Se essa organização fosse aleatória, cada família teria uma organização familiar diferente. E não é isso que acontece, a casa tem um padrão – uma estrutura –, que orienta a forma de organização compartilhada pelos moradores “daqui” da Caieira. (WIGGERS, 2013, p. 159).

A noção de casa apresentada pela autora no contexto estudado revelou que uma casa para os moradores da Caieira da Barra do Sul engloba um conjunto de habitações, que contam com duas ou mais unidades e o terreno em que elas foram construídas são os limites de uma casa, afirmando que “uma casa da Caieira é um conjunto composto por várias residências” (WIGGERS, 2013, p. 160).

Podemos perceber que tal definição no contexto apresentado pela autora é vivenciada de forma diferente nas experiências de Maisa e Mônica ao morarem na casa de parentes, como na casa da mãe de Maísa e do sogro de Mônica. Como citado por Mônica, ela e seu companheiro eram um casal jovem e não tinham condições de comprar um imóvel ou alugar, recorrendo a casa do seu sogro para morar, dividindo o espaço de vivência com mais famílias. Estabelecerem-se na casa de um parente próximo, pai, mãe ou avós para morarem é uma situação comum entre casais de classe populares que ainda não tem poder aquisitivo para comprar uma casa e se configura como uma solução transitória, pois a falta de infraestrutura que acomode a todos os filhos e filhas, ou seja, a precariedade de condições de moradia não permitiria dividir espaços restritos com outros parentes. Ao contrário da situação apresentada por Wiggers (2013), provavelmente os terrenos não comportariam a construção de casas independentes, apenas a coabitação.

Ainda sobre o intuito de buscar a ocupação como forma de acesso à moradia, apesar de seu marido estar presente no dia da entrevista, Mônica falou por si, pois quando disse “meu intuito”, não se referiu a *nós*, não incluiu seu companheiro no desejo de estar na ocupação, o que denota a responsabilidade que recaía sobre ela. Mesmo que inconsciente, falou enquanto responsável pela sua família. Como observei, a moradia e a



família, principalmente os filhos, estão conectados nas falas de minhas interlocutoras como situações que as motivaram a buscar um lugar para moradia.

A antropóloga Cynthia Sarti em seu trabalho etnográfico com famílias nos bairros da periferia de São Paulo, focalizou o conceito de família pelos moradores desses locais da cidade onde vive a população mais pobre em relação aos valores sociais da riqueza, do prestígio e do poder, em que família configura um valor (SARTI, 2004). Segundo esta autora, tal trabalho revelou “a família como uma referência simbólica fundamental para a população pobre, que ordena o lugar dos indivíduos no mundo social como um todo, dentro e fora da família” (SARTI, 2004, p. 13).

É neste sentido que a “a família torna-se um campo privilegiado para se pensar a relação entre o individual e o coletivo, portanto, entre mim e o outro” (SARTI, 2004, p. 13). No contexto das ocupações de moradias, vimos que as mulheres adentraram para a ocupação pensando em suas famílias, revelando uma referência simbólica. Sarti (2004) enfatiza que:

Cada família constrói sua própria história, ou seu próprio mito, entendido como uma formulação discursiva em que se expressam o significado e a explicação da realidade vivida, com base nos elementos objetiva e subjetivamente acessíveis aos indivíduos na cultura em que vivem. Os mitos familiares, expressos nas histórias contadas, cumprem a função de imprimir a marca da família, herança a ser perpetuada (SARTI, 2004, p. 13-14).

Neste sentido, elas carregam a responsabilidade do cuidado e da manutenção dos filhos, num modelo de construção de relações heteronormativas com famílias nucleares, como a de Mônica e de Maísa em que ambas vivem com seus maridos e filhos. Ainda sobre o porquê de elas ocuparem, Dona Gisele também falou que era movida pela sua família e pelo seu filho:

A mulher tem o objetivo de buscar algo assim que ela quer pra ela, mas pra sua família, mais que o homem, eu sou uma, que eu vim sozinha, o meu garotinho de 8 anos, ele tinha 5 anos quando eu vim pra cá, e vinha só eu e ele, dormíamos sozinha eu e ele, a minha vizinha aqui também, a gente dava força uma pra outra (Gisele, 2020).

A narrativa de dona Gisele também se referiu à busca por boas condições de vida para sua família. A partir de sua experiência, observou que as mulheres em relação aos homens são as que mais se preocupam com a família, pois seu marido ficou em Manaus quando ela viajou para Parintins para conseguir um terreno. Sua afirmativa vai ao

encontro da experiência pessoal de responsabilidade com seu filho que, na época, tinha apenas cinco anos e era levado para a ocupação como forma de garantir seu terreno, tendo apoio das vizinhas, relações importantes dentro das ocupações.

A posição de responsável pelo lar e pela busca de moradia nos mostra que as mulheres interlocutoras carregam para si essas demandas. Considero que as articulações entre a família e a responsabilidade materna as levou a buscarem alternativas, como o exemplo de Daniele Froiz que, quando foi despejada, buscou a ocupação para conseguir um terreno para fazer sua casa. Daniele contou que:

No inicio meu namorado foi contra, porque ele não queria, eu disse 'não, bora lá, bora, foi eu que puxei ele pra cá, porque a mulher quando ela casa, ela quer o que é dela, esses foi um dos principais conflitos (Daniele, 2020).

A fala de Daniele sobre a falta de apoio do namorado para ir para a ocupação é um dos conflitos familiares mais recorrentes nessa situação. Desta forma, percebi que são as mulheres que tomam a iniciativa de ocupar para conseguir um terreno, enquanto seus companheiros não concordaram e acreditaram que *invadir* não valeria de nada.

Ainda sobre família, é importante considerar, segundo Fonseca (2002), a diversidade de formas familiares constatadas hoje em dia e, certamente, a imagem da família nuclear (aquela com um casal heterossexual, unidos pelo casamento, criando seus filhos biológicos) já foi amplamente desmistificada. Assim, os diferentes arranjos familiares, como de dona Gisele, representando uma família monoparental também fazem parte do universo da pesquisa.

A situação de Daniele também se configura como mãe solo e, enquanto liderança, seu objetivo foi viabilizar condições mínimas de infraestrutura para a ocupação, segundo observou:

Meu principal objetivo aqui é que isso possa valer, que eu possa dar um futuro melhor pra minha filha. Não é à toa que estou fazendo faculdade, para que ela possa morar em um ambiente agradável e propicio, porque precisamos de saneamento, uma boa luz, água potável, e isso a gente não vê aqui (Daniele, 2020).

Para Daniele, foi através de uma moradia que poderá proporcionar uma criação e um futuro melhor para sua filha, somada a sua faculdade e sua carreira. Mônica já pensou em desistir de morar na ocupação pelas dificuldades enfrentadas, mas ao pensar em seus

filhos motivava-se a continuar na ocupação. Pensar nos filhos é uma forma de resistência para as mulheres na luta pela moradia, como narrou Mônica:

Eu pensava muito nos meus filhos, poxa, se eu desistir assim eu não vou ter uma história pra contar, eu sempre coloquei isso na minha cabeça. Já deu vontade de largar tudo, às vezes até mesmo de sair daqui, chegou um tempo que ficou muito perigoso essa área, agora já está bem mais tranquilo, graças a deus (Mônica, 2020).

Pensar nos filhos foi uma das questões mais levantadas pelas interlocutoras. Aqui podemos pensar em uma maternidade militante a partir da leitura de Bonetti (2007). Segundo a autora, a expressão maternidade militante foi cunhada por Sonia Alarez (1988)<sup>26</sup> ao identificar a grande presença de mulheres das camadas urbanas de baixa renda nos movimentos sociais.

Segundo Bonetti (2007), foi no contexto da abertura democrática no Brasil e em países da América Latina, a partir dos anos 1970, que os estudos sobre movimentos sociais visualizaram novos personagens na cena pública e política, principalmente as mulheres aparecem como protagonistas desse momento. A autora chama atenção para a disposição analítica sobre a experiência das mulheres na participação política feminina surgidas e identificadas a um modelo explicativo que associa a participação política à maternidade (BONETTI, 2007).

A maternidade militante foi tomada como uma matriz explicativa do ativismo das mulheres das camadas urbanas de baixa renda, no entanto, é importante ressaltar que “embora tenha esses aspectos positivos, a politização da maternidade não é considerada emancipatória e transformadora das normas de gênero vigentes” (BONETTI, 2007, p. 86). O que se compreende, a partir de Bonetti, é que a questão da maternidade militante definida como uma matriz explicativa para o engajamento político de mulheres de classe popular não é suficiente, o que poderá ser mais bem visualizado no capítulo seguinte.

Uma das preocupações das mulheres ao decorrer dos anos dentro das ocupações, foi melhorar a casa para acolher sua família. Assim como Maísa, no começo do texto, narrou a satisfação de ter melhorado a sua casa, dona Gisele me contou que também o fez em sua casa na expectativa de que a ocupação fosse validada, fazendo reformas possíveis para viver, com maior qualidade, gerando mais conforto e proteção para a família “hoje

---

<sup>26</sup> Bonetti (2007) cita o trabalho de Sonia Alvarez intitulado *Politicando as relações de gênero e engendrando a democracia*, na qual utiliza para explicar a experiência de ativismo de mulheres pobres e das classes trabalhadoras brasileiras.

*eu tenho um cantinho onde eu posso ficar, onde eu posso descansar a minha cabeça, posso ficar despreocupada com o aluguel, que eu vivi de aluguel lá em Manaus” (Gisele).*

## Capítulo 3

### 3.1 É hora de se unir: o engajamento das mulheres nas ocupações de moradia de Parintins

Descrevi, no capítulo anterior, as experiências das interlocutoras quando se estabeleciam nas ocupações e suas motivações para buscá-las como forma de acesso à moradia. Neste capítulo descrevo como essas mulheres permaneceram nas ocupações e se engajaram dentro dos movimentos, tornando-se lideranças e se autoconstituindo como um movimento organizado de luta por moradia.

Nesse contexto elas desenvolveram e acionaram suas agências, quando se percebem dentro de um emaranhado de situações relativas a sua experiência enquanto mulheres ocupantes de um movimento social. Sobre agência, Sherry Ortner (2006) enfoca os agentes sociais encarando-os como estando sempre envolvidos na multiplicidade de relações sociais em que estão enredados e jamais podendo agir fora dela. Assim sendo, assume-se que “todos os atores sociais têm agência” (ORTNER, 2006, p. 47).

Quando as irmãs Mônica e Maísa entraram para a ocupação do Castanhal, ambas não se envolviam diretamente nas questões políticas da ocupação. No entanto, Maísa percebeu um certo comodismo por parte das lideranças que não atuavam de forma organizada. Para ela, a ocupação não progredia porque surgiram pessoas se autointitulando conhecedores de leis, dizendo ser advogados, pedindo dinheiro para resolver os problemas da ocupação com a justiça, mas nada era feito efetivamente, o que causava muito descontentamento nas irmãs Maísa e Mônica.

A ocupação do Castanhal passou por algumas lideranças que não trouxeram resultados, como relatam as interlocutoras. Segundo Maísa, entre as pessoas que se mostravam corretas para tratar da ocupação, o sr. Kildson, na época com 23 anos, foi procurado pelos próprios moradores para ser o representante, gerando a expectativa de ser uma boa liderança na luta pela moradia. Isso porque sua mãe, Maria do Desterro, foi uma das principais lideranças do movimento de ocupação de moradia na década de 1990 na cidade, sendo uma pessoa de referência para os moradores.

Sobre pessoa de referência, Fernandes (2001) observa que a experiência de ocupação é um aprendizado, pois é na construção de conhecimento nas realidades dos grupos de famílias e nos movimentos de referência que aprendem a fazer as suas lutas. Tanto Maísa quando Mônica também tinham suas pessoas e lutas de referência, pois

quando menina, aos 14 anos, no ano de 2009, Maísa e sua mãe saíram de Manaus para retornar a Parintins, sua cidade natal, com o intuito de restabelecer moradia no município novamente.

Ao retornarem para a cidade, ficaram abrigadas na casa de uma amiga de sua mãe localizada no bairro do Paulo Corrêa enquanto seu pai e sua irmã Mônica permaneceram em Manaus. Em Parintins estava tendo a ocupação da União que surgiu em meados de 2008 e hoje é bairro. Maisa contou-me que moravam em uma casa com muita gente e foram informadas, assim que chegaram em Parintins, sobre a ocupação da União. A mãe de Maisa viu naquela ocupação a oportunidade de sair da casa onde estavam abrigadas e conseguirem um terreno para a construção de sua casa própria.

Neste período, a ocupação da União já estava organizada, havia lideranças que faziam cadastro para colocar famílias dentro da área. E Maisa narrou que sua mãe conseguiu um terreno mediante um cadastro:

*Minha mãe conseguiu fazer o cadastro, a minha mãe se empolgou, juntou dinheiro para comprar as madeiras para fazer a casinha, gastou tudo o que a gente tinha, e pediu para que o vizinho vigiasse que no próximo dia ela já ia conseguir alguém pra montar a nossa casinha. Quando a gente chegou no outro dia não tinha mais nada, ele já tinha vendido. Nesse dia eu só queria ir embora para minha casa (em Manaus). Cheguei de lá preta, de tanto andar no sol, queria voltar para Manaus, eu tinha 14 anos, eu estava quase para completar 15 anos (Maísa, 2020).*

Maisa observou o quão duro foi trabalhar com sua mãe para conseguir levar as madeiras para a ocupação da União novamente, pois os esteios e as telhas que seriam utilizados para a construção da casa foram roubados. A mãe de Maisa, resiliente de que dariam um jeito, convenceu a filha a ficar e construir uma casa naquela ocupação:

*Minha mãe já queria ficar aqui mesmo, porque lá em Manaus a vida é muito agoniada. Minha mãe conseguiu minha transferência, com dois dias o rapaz ligou pra minha mãe "senhora, eu consegui um terreno mais aqui na frente, fomos lá ver, olha o matagal, o mato passava a gente. No mesmo dia que a gente entrou e limpou, capinamos tudinho e já ficamos lá, pau de arvore, plástico, lá a gente ficou, nos duas e um rapaz filho da amiga da mamãe (Maísa, 2020).*

Maisa e sua mãe vivenciaram agressivas tentativas de reintegração de posse enquanto estavam sozinhas, pois somente em 2011 seu pai e sua irmã Mônica retornaram para Parintins. Segundo Maisa, a ocupação foi regularizada tornando-se o bairro da União depois de muitas manifestações. Sua vivência quando menina na ocupação da União se

repetiu com a vivência de uma Maisa adulta, mãe e liderança dentro da ocupação do Castanhal. Para Maisa, a experiência de ser liderança foi impulsionada pela sua história com sua mãe na ocupação de moradia do bairro da União.

Deste modo, Fernandes (2001) enfatiza que o começo de uma luta tem como referência outras lutas e conquistas, assim, ao consumarem suas conquistas, vão construindo suas histórias, suas existências. Pensar sobre a atuação das lideranças Maísa e Mônica a partir das experiências vividas em família, e também sobre as experiências de Kildson dentro da Ocupação do Castanhal é trazer à tona que as pessoas de referência das atuais lideranças na luta pela moradia foram mulheres e mães, tornando-se importantes inspirações para a geração que viria a lutar pela moradia em novos movimentos sociais.

Enquanto representante, Kildson assumiu a responsabilidade de buscar mais pessoas para a organização geral da ocupação. Nesse sentido, podemos pensar as ocupações como espaço de socialização e interação política, onde a formação dos representantes é pensada nas reuniões e os moradores começam a perceber que está se formando uma organização para a luta coletiva (FERNANDES, 2001).

As ocupações se tornaram espaços de interação e socialização política para as mulheres porque foi no seu interior que começaram a participar das reuniões e dos encontros, das rodas de conversas, trocando experiência com outras mulheres. Ao pensarem na coletividade e nas trocas de experiências, elas acionaram suas agências que, segundo Ortner (2006), em um campo de significados, tem a ver com intencionalidades e com o fato de perseguir projetos, com poder para agir em contextos de relações de desigualdades e de forças sociais assimétricas.

Observei que a participação ativa das mulheres nas mobilizações das ocupações foi de maior predominância, havendo satisfação por parte delas em participar das reuniões, encontros e mobilizações, como podemos ver no relato de dona Gisele:

*Sempre participei das reuniões, eu sentia uma felicidade imensa, porque a gente está lutando por uma coisa que é pra gente, mas quando se volta, se volta triste porque não tem resposta (Gisele, 2020).*

O sentido de luta para Dona Gisele está relacionado com sua participação nas mobilizações dentro da ocupação. Sua felicidade em participar das reuniões a coloca em um lugar de quem também está lutando para conseguir a moradia. Para ela, a participação das mulheres dentro das reuniões da ocupação é muito mais ativa do que a dos homens:

As mulheres atuam mais que os homens, a gente tira pelas reuniões, as mulheres são mais pé quentes do que os homens, pra manifestação essas coisas, a gente conta mais com elas do que com os homens. Por isso, a meu ver, as mulheres lutavam mais que os homens, na luta, pensamento em pensar coisas positivas, pra ir pra frente, quando a gente ver que a dificuldade vai lá mete o pé, na briga por terra (Gisele, 2020).

A luta desempenhada pelas mulheres, a partir do relato de dona Gisele, pode ser observada neste contexto, no sentido de luta analisada por Comerford (1999) a respeito de mobilizações e conflitos de trabalhadores camponeses. O autor observa que lutar tinha várias concepções e significados, como experiência cotidiana, como dimensão de trabalho, e associado a noção de sofrimento, engendradas a partir de mobilizações de luta pela vida e pela terra. Assim, compreendo que a noção de luta neste trabalho varia conforme as próprias interlocutoras vão desenvolvendo e acionando suas agências, inclusive, ao assumirem-se como lideranças, elas vão desenvolvendo formas de lutar para além das suas questões pessoais e desejos próprios, como veremos no decorrer do texto.

Para dona Gisele, a atuação das mulheres dentro dos movimentos foi mais forte do que a atuação dos homens. Tal entendimento é visualizado através das reuniões e encontros, a *mulher-pé-quente*, como descrita, é entendida como a mulher que não tem medo, que participa das manifestações, que promove mobilizações e que tem mais atitude em fazer a *luta* juntamente com as outras mulheres.

É quando as irmãs Mônica e Maisa começaram a se interessar pelas reuniões, como contou-me Maisa:

“Foi quando a gente começou a fazer parte, eu e a Mônica começamos a fazer parte não só como moradoras, mas sim sendo alguém querendo uma solução de exato, porque a gente sabia que se continuasse sem representante a gente nunca ia pra frente. Ai a gente se reuniu, e nessa conversa ele (Kildson) selecionou, ele pensou em quem poderia seguir com ele, a caminhada de liderança nessa nova etapa. Aí foi quando ele reuniu nós todos, eu, a Mônica, meu marido, a Roseane, ele formou todinha a associação, ao ver dele ele já queria mesmo a associação, a mãe dele, a dona Desterro, é de luta de ocupação, Maria da Fé, orientaram ele, que a nossa ocupação só ia pra frente se a gente tivesse uma entidade de direito. Daí que veio a ideia de associação, através dele” (Maisa, 2020).

Em seu relato, Maisa observou que para a ocupação ir para frente teria que ter uma organização e representantes. A entidade de fato e de direito que Maisa falou referia-se a uma associação de moradores com iniciativa de organização e mobilização política que



serviria para reivindicar o direito à moradia. Ela contou que a liderança que se formou foi orientada pela Maria do Desterro e pela dona Maria da Fé, mulheres conhecidas pelos seus ativismos nos movimentos de moradia na cidade. Ao buscarem organizar a associação, observei a importância das pessoas e das lutas de referência através das trajetórias de quem já passou por essa experiência. Essas pessoas são acionadas, contribuindo para a organização da ocupação enquanto uma associação e um movimento de moradia na cidade de Parintins.

Ainda sobre a formação da associação e o engajamento das mulheres nas reuniões, Mônica relatou que:

No dia teve uma reunião, aí ele convidou, fez o convite, chamou eu, a minha irmã, mais uma senhora lá de cima, a dona Rosiane. Inclusive, essa associação é mais formada por mulheres mesmo, aí no dia dessa reunião à noite ele perguntou se a gente toparia levar a frente porque ninguém queria mesmo não. Ninguém estava querendo topiar a briga porque foi dor de cabeça, bem cruel no começo, aí eu tomei como secretária. Eu não tinha muito conhecimento, mas já conseguia fazer um textozinho que dava pra levar pra alguém aí de fora. A minha irmã topou como vice-presidente, a dona Rosiane topou como tesoureira, depois dessa reunião foi feita uma reunião pra comunidade, pra apresentar e perguntar se as pessoas iam aceitar, inclusive, ele voltou a perguntar se mais alguém queria participar, aí ninguém se posicionava pra nada, aí eu disse, então vamos lá (Mônica, 2020).

A narrativa de Mônica mostrou que as pessoas que se interessaram para compor a associação foram as mulheres, quando disse “*inclusive, essa associação é mais formada por mulheres mesmo*”. Nesse caso, as mulheres demonstraram maior interesse em participar na diretoria da associação e realizar as atividades necessárias para o bom êxito da luta. A fala “então vamos lá” expressa que Mônica estava disposta a se engajar e a lutar pelo movimento.

O desinteresse dos moradores estava ligado à falta de expectativa de que aquela ocupação iria para frente enquanto um movimento organizado. A existência das lideranças a frente da associação era importante para legitimá-la enquanto tal e não como uma invasão. Além disso, ter uma liderança geraria mais confiança para continuarem lutando por moradia, gerando mobilizações por parte dos moradores. Sobre a formação da Associação, Mônica narrou que:

A associação foi fundada através de muitas idas a defensoria pública, através da orientação dos defensores. Essa parte jurídica a gente nunca estava muito a par, era mais o rapaz

que era presidente (Kildson). Era ele que sempre ia pra defensoria, através de orientações dos defensores que estavam no caso, foi orientado que formasse a associação, ficaria um pouco mais difícil que jogassem a gente sem era e nem beira, e foi realmente o que aconteceu, aí como a gente não tinha o conhecimento jurídico porque precisa fazer um monte de coisas, faz ata, faz isso e faz aquilo (Mônica, 2020).

É interessante notar que quando mencionou sobre “*essa parte jurídica a gente nunca esteve muito a par*”, suponho que Mônica estivesse falando de sua irmã e das demais lideranças mulheres que não tinham conhecimento da parte jurídica da associação e das responsabilidades burocráticas exigidas. No entanto, foi nas ações coletivas dentro da ocupação que elas se engajaram mais, como no momento em que mobilizaram as pessoas, ainda no início do processo, para angariar recursos para financiar a abertura da associação, segundo Mônica:

A gente aqui fazia a nossa parte porque precisava do dinheiro para legalizar né, pra poder ir para o cartório legalizar tudo, aí, a gente formava um torneio, fazia feijoada, tudo a gente fez pra arrecadar dinheiro pra associação. Fizemos vários torneios que deram muito certo, assim a gente conseguiu arrecadar dinheiro, arrecadamos parece 3 mil reais (Mônica, 2020).

Para Daniele Froiz, liderança da ocupação do Pascoal Alágio, a formação de uma associação foi importante para que não fossem mais vistos como invasores. Daniele entrou na associação quando ainda era uma recém-chegada no local, havendo muitos conflitos internos. Ela contou que teve que se afastar da liderança, mas logo retornou:

Eu cheguei a entrar no início da associação, mas como eu não tinha muito tempo, tive que me afastar. Aí entrou outras pessoas, (...) e depois de um ano, depois do convite do presidente, o Leandro na época, e pelo vice o senhor Edinei, aí sim, fui entender a perspectiva de se ter uma associação, porque na época era uma invasão e com a associação, se tornou uma ocupação (Daniele, 2020).

Observei que, para Daniele, ter uma associação de moradores legitimaria a ocupação enquanto um movimento organizado, deixando de ser vista como uma invasão. Tal descrição corresponde àquilo que Lourenço (2014) define como: “Invasão se associa a um ato ilegítimo, hostil, que toma à força um espaço utilizado por outros, desrespeitando não só a lei, mas até as regras tácitas de convívio humano. Já ocupação significa dar

utilidade a algo, tornar útil um espaço que está sem uso, que não cumpre a sua função social” (LOURENÇO, 2014, p. 31)<sup>27</sup>.

Ter uma associação foi uma das estratégias dos moradores das ocupações para serem vistos como uma organização coletiva, fazendo com que não se sentissem como invasores, mas como pertencentes a uma luta social. Hoje, a prefeitura reconhece as ocupações como organizações de luta por moradia, levando a ações sociais. Ainda em 2020 colocaram água potável e melhoraram as redes de energia elétrica, assim como foram feitas, no processo eleitoral de 2020, promessas para a legalização e transformação da ocupação em bairro.

### **3.2 A atuação das lideranças: trabalho e conflitos**

Com a formação da associação de moradores, as mulheres assumiram posições de liderança dentro das ocupações - Maisa ficou como vice-presidente e Mônica como secretária da associação de moradores do Castanhal. Dona Gisele e Daniele Froiz assumiram a secretaria na ocupação do Pascoal Alágio. Deste modo, observei que a ocupação se tornou um espaço de engajamento político para as mulheres, o que trouxe benefícios para elas em termos de ampliar sua participação e visibilidade. Helene (2019) enfatiza que a conquista dos espaços de poder a partir da participação em um movimento reivindicatório de direitos, transforma substancialmente a autonomia das mulheres.

A busca por projetos, a partir de suas agências, impulsionou tais mulheres a se envolverem cada vez mais na organização política das ocupações. Segundo Ortner (2006), a noção de agência de projetos, enquanto desejos e intenções vêm para primeiro plano, muitos projetos envolvem sujeitos posicionados que perseguem metas culturais dentro de uma matriz de desigualdade locais e diferenciais de poder. Tal definição demonstra que os desejos de fazer a luta valer e o projeto de ter uma casa fez com que minhas interlocutoras desenvolvessem agências que emergiram desde o *invadir*, até a formação política nas ocupações.

Quando entrevistei Maisa, estávamos em período eleitoral e no período pandêmico, ela tinha assumido a presidência da associação porque o Sr. Kildson se afastou do cargo para concorrer a vereador nas eleições municipais de 2020. Perguntei de

---

<sup>27</sup> LOURENÇO. Tiago Castelo. Cidade ocupada. Dissertação (Mestrado) – Curso de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9QRGL5>. Acesso em 09 ma. 2022.

Maisa o que tinha mudado na sua vida ao se tornar uma liderança na ocupação e sua resposta foi:

A responsabilidade aumentou mais ainda, porque a gente tem que estar todo tempo disponível{...}, tem que ter disposição, com vizinhos, com morador, como mãe, a minha mãe me ajudou muito porque quase eu não tinha tempo pra eles (os filhos), eu tinha que me dividir em dobro (Maisa, 2020).

A narrativa de Maisa mostrou que ao se tornar presidente da associação sua responsabilidade aumentou ainda mais, exigindo conciliar o cuidado de casa e dos filhos com o trabalho de liderança dentro da ocupação. Observei que nas primeiras vezes que tentei conversar com Maisa ela estava muito ocupada em casa, quando marcava comigo numa tarde, não conseguia me atender para que pudéssemos conversar, tendo remarcado por diversas vezes.

Quando consegui entrevistar Maisa, ela estava no seu *box de venda*. Aconteceu que quando comecei a entrevistá-la, seus clientes chegaram, fazendo com que tivéssemos que parar a entrevista. Ao perceber que sozinha no seu box de vendas não conseguiria finalizar a conversa, mandou a filha chamar sua irmã para que pudesse ajudá-la no ponto de venda para se dedicar à entrevista.

Ainda sobre as mudanças nas vidas das mulheres ao se tornarem lideranças Mônica observou que:

Eu digo assim, como eles sempre falam pra gente, a gente entrou não sabendo exatamente nada dos conceitos jurídicos, de política, de jogada política até isso tivemos que aprender, sobre as leis que tem pra habitação. Inclusive aqui em Parintins nada é colocado em prática, o dinheiro que vem pra essas leis e que não são usados. Então, pra mim enquanto mulher, enquanto mãe, foi uma mudança radical, porque a princípio ninguém sabia, a gente parece que está vivendo e não busca saber, e quando chega um dia, é um tapa, a gente vai aprendendo e mudando a vida da gente mesmo, esses conhecimentos jurídicos, e fui aprendendo, mas foi pra um lado bom, foi muito bom ter aprendido, nesse sentido de ter participado e ainda estar participando. Estar vivendo isso que a gente vive é cansativo, mas a gente viu a satisfação de poder estar fazendo alguma coisa por nós e por quem está morando aqui (Monica, 2020).

Podemos observar neste relato algumas discussões que serão melhor pontuadas abaixo:

1 – “*A gente vai aprendendo e mudando a vida da gente mesmo*”, o aprendizado dentro dos movimentos de moradia e a construção de conhecimentos jurídicos,

possibilitam a reivindicação perante o estado por direitos sociais. O aprendizado dos “conceitos jurídicos”, “jogadas políticas”, “leis de habitação” ocorre por meio da prática política na organização social do movimento de luta por moradia.

Para Mônica, o conhecimento sobre noções jurídicas, principalmente sobre os direitos sociais à moradia, artigo 6º<sup>28</sup> da Constituição brasileira, é utilizado como argumento de permanência na luta pela terra. Mônica me disse que aprendeu que a propriedade tem que ter função social. Então, para ela, aquelas terras estavam tendo função social, pois abrigaram muitas famílias que não possuíam moradia.

É interessante notar que, para Mônica, foi uma mudança radical em sua vida participar da ocupação, como mãe e como mulher. Elas começaram a se enxergar como agentes políticos, o que possibilitou a transformação de si, na sua autonomia e na satisfação pessoal por estar numa luta coletiva. Percebi que o engajamento das mulheres dentro dos movimentos de ocupação e no convívio com temáticas políticas possibilitaram a consciência sobre direitos sociais, geraram consciência política e intelectual e aprendizado individual e coletivo.

2 – *“Poder estar fazendo alguma coisa por nós, e por quem está morando aqui”*, lutar pela ocupação não é mais apenas por uma questão pessoal, como vimos nos tópicos anteriores nas narrativas que mostram como motivações seus filhos e famílias. Ao se engajarem nas questões políticas da ocupação, ela se transforma em uma luta coletiva e os sentidos dessa luta se transformam no espaço político, em um conhecimento construído a partir da organização coletiva das ocupações. Ainda sobre Maísa ser presidente da ocupação ela narrou que:

Agora eu tô com uma carga maior ainda, que eu assumi a presidência, pra mim ficou mais difícil, peguei a liderança sem esperar, sabia do meu companheiro (Kildson), ficaria três meses afastado. Todo dia eu tenho que resolver problemas daqui, tenho que me dividir aqui na minha casa porque olha, esses dias eu estava resolvendo problemas de vizinhos.

Para descrever sobre a participação política das mulheres nos espaços de liderança dentro das ocupações tenho que levar em consideração as relações de gênero no cotidiano das vivências e experiências das interlocutoras. Os obstáculos e desafios enfrentados pelas mulheres nos espaços de liderança, a partir de suas narrativas, remetem às relações

---

<sup>28</sup> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

de gênero, ao cuidado, a família e à maternidade. Tais questões as limitam, mas não as impede de desenvolverem e exercerem sua agência para atuarem dentro das suas dificuldades.

Na narrativa acima, podemos observar que Máisa começou a perceber as desigualdades, os conflitos e as dificuldades relacionadas a ser uma liderança mulher estando em um cargo de presidência, com maior responsabilidade e a necessidade de dividir seu tempo com as questões pessoais de sua casa, seus filhos, seu trabalho e seu casamento, Máisa narrou, de forma incisiva, as desigualdades de gênero nos espaços de atuação política dentro da ocupação e no espaço de casa, como segue:

Meu marido fica o dia todo fora de casa, só vem almoçar, chega 17 horas já está tudo pronto, então é assim, como eu disse para o Kildson, “mano você é homem, você tinha facilidade pra andar, porque quem fica com os filhos é a mãe, a tua esposa ficava com teus filhos, fazia o almoço, quando chegava, o almoço já estava pronto, pra você é mais fácil, e pra ela não, porque vamos supor que ela era a presidente igual como eu, eu não tenho disponibilidade de andar, por isso que eu nunca quis ter cargos de estar andando de um lado para o outro, você morava na prefeitura, ele tinha facilidade de ir pra lá passava o dia, chegava e já estava tudo pronto, como meu marido faz, vai pro trabalho chega e está tudo pronto, a casa já está arrumada, só já cuida da janta pra dormir. Então para o homem é assim, e ainda não tem essa visão que é mais difícil pra mulher, ainda chega e pergunta ‘por que você está cansada?’ sabe, dá vontade de dar um soco, ele fala, mas porque você está cansada, e eu ‘digo por que eu estou cansada? ram, se tu soubesse. Quando eu não tinha tirado o meu filho do peito, era mais trabalho ainda, porque tinha vezes que eu estava atendendo aqui e ele queria estar grudado no meu peito, ele ficava igual um macaco, ou eu estava fazendo comida e ele estava grudado na minha perna, aí ele ainda chega e pergunta, ‘porque tu tá cansada? Mano, é a gota d’água, eu já falei pra ele esquecer essa palavra, senão eu vou esquecer que ele é meu marido e pai dos meus filhos (Máisa, 2020).

A citação acima nos mostra como essas relações de entrelaçamento político e vida pessoal das mulheres são desiguais em relação a dos homens. Podemos observar com esse relato de Maisa algumas questões que pontuo para melhor reflexão.

1 – “*Mano, você é homem*”, “*quem fica com os filhos é a mãe*”, a narrativa de Máisa demonstrou que o trabalho desenvolvido por ela em relação ao trabalho de Kildson acarreta extremas desigualdades de gênero. Para os homens, no ponto de vista de Maisa, não são exigidas as responsabilidades paternas diárias com os filhos e, no caso de Kildson,

sua esposa cuidava dos filhos deles. No caso dos homens, denota que seu gênero os reserva o direito à vida pública, e tem mais facilidade para estar nos espaços de poder.

Maisa, em sua narrativa, de forma clara observou como é o desempenho de homens que tem filhos e de mulheres que são mães numa mesma situação, demonstrando não ter disponibilidade de andar como seu companheiro de liderança fazia, porque ela estaria em casa, cuidando dos filhos. Ela ainda ressaltou que nunca quis ter cargo “de estar andando por aí”, ou seja, cargo que exigisse que tivesse que sair das fronteiras da ocupação para desenvolver trabalhos de liderança.

Podemos observar que tais concepções tradicionais dos papéis de gênero impactam no acesso de mulheres aos cargos de liderança nas ocupações, como na frase de Maísa “*quem fica com os filhos é a mãe*”. A pesquisadora Flavia Biroli em seu livro sobre gênero e desigualdade (2019) enfatiza que a maternidade, em diferentes contextos, sobrecarrega as mulheres, restringindo sua participação em outras esferas da vida, enquanto libera os homens das responsabilidades e do trabalho envolvidos no cuidado das crianças e, por isso, se transforma em fator de vulnerabilidade para as mulheres.

Entende-se como cuidado o trabalho de alguém que cozinha, mantém a casa limpa, lava roupa, cuida dos filhos, a pessoa responsável por alimentá-las e levá-las à escola, tais tarefas regulares do cotidiano são trabalhos desenvolvidos pelas mulheres. Compreendendo também que as mulheres estão distribuídas de maneiras distintas, dependendo de sua classe e raça, por exemplo, mulheres que são provedoras do cuidado e mulheres que provém o cuidado para outras, ou seja, que trabalham para outras mulheres que detém privilégios de classe e raça. É importante também considerar que as assimetrias entre mulheres, está na subalternação dada a partir das intersecções de classe e raça, onde mulheres negras historicamente são tidas como cuidadoras das crianças das mulheres brancas.

De tal forma, observamos a interseccionalidade como perspectiva teórico-metodológica que investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais cotidianas. Assim, narrativas das interlocutoras demonstraram a importância da interseccionalidade para compreender os enfrentamentos realizados pelas mulheres como, por exemplo: “Há, de fato, um tipo de exploração que se efetiva porque o trabalho doméstico é realizado pelas mulheres, mas isso não significa que seja realizado nas mesmas condições por mulheres brancas e negras, pelas mais ricas e pelas mais pobres ou por mulheres de diferentes partes do mundo” (BIROLI, 2018, p. 35-36).

Corroboro com os argumentos de Biroli (2018) que a responsabilização diferenciada produz custos diferentes para mulheres e homens e, sobretudo, para as mulheres negras situadas nas camadas mais pobres da população, constituindo circuitos de vulnerabilidade e alimentando as desigualdades existentes. Biroli (2018, p. 28) ainda enfatiza que “o trabalho que as mulheres fornecem sem remuneração, como aquele que está implicado na criação dos filhos e no cotidiano das atividades domésticas, deixa os homens livres para se engajar no trabalho remunerado”. A autora segue dizendo que:

Essa dedicação desigual de tempo e energia desdobra-se em maiores dificuldades para elas no exercício do trabalho remunerado. Implica também restrições no envolvimento com outras dimensões da vida pública, como a política. Desse modo, dada a forma como é definida a responsabilidade pela criação das crianças, a maternidade é um fator que reduz a autonomia relativa, individual e coletiva das mulheres (BIROLI, 2018, p. 107).

As tensões entre família, maternidade e responsabilidade doméstica, somadas à vida política das mulheres nas ocupações de moradia demonstraram que tal responsabilidade não é vivida da mesma forma pelas mulheres. Compreende-se que o peso da parentalidade é desigual para homens e mulheres, mesmo entre as camadas populares. Segundo Biroli:

“Entre as camadas mais pobres da população, a maternidade não costuma ser uma atividade em tempo integral e, quando o é, traz as marcas do desemprego e da precariedade. As escolhas das mulheres podem ser analisadas como respostas às dificuldades de conciliar o exercício do trabalho remunerado e o cuidado com as crianças, em contextos nos quais as famílias se transformaram, as relações de trabalho não atendem a uma lógica que incorpore a dependência de outras pessoas em relação às trabalhadoras, os equipamentos públicos são insuficientes e os recursos para a compra de serviços no mercado são escassos” (BIROLI, 2018, p. 107).

Este ponto elucidado por Biroli (2018) nos ajuda a compreender que o trabalho das interlocutoras enquanto mães e cuidadoras as restringem de uma vida política plena dentro das ocupações, assim como estavam em posição de desvantagem em relação a condições para atuarem como lideranças políticas. No entanto, veremos mais para frente que ao descreverem as barreiras para a atuação política dentro das ocupações, as mulheres utilizam de suas agências para desenvolverem estratégias para resistir.

2 – “*Por que você está cansada?*” Maísa assumiu a responsabilidade doméstica e o cuidado com os filhos, seu trabalho diário foi invisibilizado pelo seu marido que não o



reconhecia e ainda a questionava sobre o seu cansaço, o que causou indignação a Maísa. Além do trabalho doméstico e o cuidado e responsabilidade com os filhos, ela também exercia, no espaço de casa, seu trabalho como liderança da ocupação e seu trabalho no box de venda.

Assim, considero que Maisa exerceu múltiplas jornadas de trabalho, o que Biroli (2018) chamou de desigualdade de responsabilização, trazendo mais implicações para a participação das mulheres na sociedade, sobretudo das mais pobres. Para a autora:

Pode-se ressaltar que: 1) cuidar exige tempo e energia, retirados do exercício de outros tipos de trabalho, assim como do descanso e do lazer; 2) a grade de valorização (simbólica e material) das ocupações é determinante na precarização do trabalho de quem cuida e na vulnerabilidade de quem precisa de cuidado; e 3) os padrões de organização e (des)regulação das relações de trabalho incidem diretamente sobre as relações de cuidado, podendo favorecer ou dificultar a tarefa de cuidarmos uns/umas dos/as outros/as (BIROLI, 2018, p. 57).

O trabalho doméstico, somado com as demandas do cuidado e responsabilidade com os filhos, as sobrecarrega, pois, “mulheres cuidam e são afetadas em suas trajetórias por estarem posicionadas como cuidadoras, cuidam em condições diversas, dependendo de sua posição de classe, em relações conformadas pelo racismo estrutural e institucional” (Biroli, 2018, p. 56).

Há fronteiras entre a casa e a vida política dentro da ocupação, pois mesmo que elas atuem nas questões de liderança, por estarem em casa são interrompidas por complexos fatores ligados às questões de gênero. Para Biroli (2018), a posição desigual das mulheres na esfera doméstica e na esfera pública devem ser compreendidas a partir da reflexão de que elas são orientadas a assumir responsabilidades num conjunto de funções no cotidiano. Para Biroli (2018, p. 65):

Apesar das transformações na posição relativa das mulheres no exercício de trabalho remunerado fora da casa, elas continuam a dedicar muito mais tempo que os homens às tarefas domésticas e, por outro lado, a ter rendimentos bem menores que os deles na esfera pública. Há conexões entre um e outro desses problemas: a dedicação às tarefas domésticas se faz ao longo da vida, desde a infância. O tempo a elas dedicado se reverte em competências necessárias à reprodução da vida, mas pouco valorizadas na dinâmica de mercado.

Talvez isso responda ao questionamento do porquê nas duas ocupações as mulheres receberem cargos secundários e os homens a presidência. Enquanto os homens se encarregam de assuntos de caráter político, as mulheres ficavam nas ocupações responsáveis pelo trabalho de resolver as convivências, como os problemas de vizinhos

mencionados por Maísa. Elas desenvolviam, prioritariamente, uma política de assistência e do cuidado dentro das ocupações.

Na ocupação do Pascoal Alágio, Daniele Froiz assumiu a secretaria da associação, designada para trabalhar na parte social, como conta:

Me designaram da seguinte forma, você vai ser secretaria da ocupação da associação, você vai ajudar a trazer palestras, cursos, políticas públicas voltados para as mulheres, e eu tento colocar as mulheres daqui muitas já foram capacitadas pelo Ifam, pelo Senac, eu tento intermediar, quando tem programas sociais da secretaria para o presidente (Daniele, 2020).

Daniele desenvolveu um trabalho importante dentro da ocupação, sendo responsável por intermediar propostas de cursos para as mulheres junto com a secretaria de assistência social da prefeitura, cursos profissionalizantes como manicure, bordado, cabelereira, doces e salgados. Segundo ela, os cursos dariam oportunidade para as mulheres terem sua renda financeira ao colocarem, por exemplo, bancas de venda, atividade que visualizei ser bastante comum dentro das ocupações.

O trabalho de Dona Gisele foi sobre as convivências e conflitos internos, como a venda de terra, um dos pontos mais comentados por ela naquele momento porque estava resolvendo uma situação dessas com um morador. Dona Gisele e Daniele atuaram juntas para buscar projetos e ações sociais que beneficiassem as mulheres, o que pude observar no período da pandemia através das redes sociais.

### **3.3 Mobilizações, conflitos e despejo**

“Pedimos ao Governo e à Justiça para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas decretar nossa morte coletiva e enterrar nós todos aqui”

É importante também ressaltar a atuação das mulheres em momentos críticos, como em 2017, em que um pedido de reintegração de posse para as ocupações de moradia Pascoal Alágio e Castanhal foi determinado pela justiça. A ordem do despejo estava prevista para o dia 21 de outubro e, para o cumprimento da ação, foram acionados o Batalhão de Choque da Polícia Militar de Manaus, com mais de 120 policiais, nove viaturas e três micro-ônibus. A movimentação na cidade com a presença dos policiais era de muita instabilidade, eles chegaram uma semana antes da data prevista, fizeram ronda

nas ocupações, causando terror aos moradores. Havia medo e insegurança por parte da população pelos potenciais conflitos, algo que ainda não se tinha presenciado na cidade.

Na semana que se seguiu para a ordem de despejo, havia constantes movimentações dentro das ocupações, observei as pessoas destelhando e removendo as paredes de suas casas, e colocando os materiais em triciclos para sair da área. As famílias temiam um despejo violento por parte da polícia, pois com crianças e idosos era mais prudente se retirar, sendo que a prefeitura forneceu caminhões para as famílias, fazendo a “mudança”. Como narrou dona Gisele que teve que retirar sua casa:

*Na reintegração de 2017 eu quebrei foi tudo, chorei porque foi quebrada no dia, no outro dia foi anulada a liminar, tive que vir de novo, minha mãe me deu umas madeiras, e fiz tudo de novo, e a gente gasta o que a gente não tem, tudo isso é sofrimento pra gente (Gisele, 2020).*

O choro de dona Gisele por ter que retirar sua casa, que significava tanto para ela e para sua família, foi o choro de muitas famílias dentro das ocupações. Durante minhas andanças neste tempo, observei muitas famílias desoladas com a situação de não ter para onde ir, tendo que derrubar suas casas. O cenário dentro das ocupações era muito lamentável, como também relatou Daniele:

*Eu vi mulheres queimando suas casas para não deixar nada, eu vi homens desesperados, eu vi meu namorado e meu sogro agoniados sem saber pra onde ir, eu com uma criança, muitas pessoas sem saber pra onde ir, porque não tinha pra onde ir, muitos queriam enfrentar a polícia, então foi um desespero, e espero não passar mais por isso, porque é uma situação lamentável, e muito triste (Daniele, 2020).*

As lideranças fizeram resistência até um dia antes da data prevista para o despejo, eles ainda tentaram buscar soluções e alianças para que pudessem barrar a liminar. E foi através de dona Graça Guedes e Maria da Fé, importantes alianças das ocupações que conheci Maisa, Mônica e Kildson na ocupação do Castanhal. Participei de uma reunião dentro da ocupação com as lideranças antes da anulação da reintegração de posse, comentei com Maísa que estive presente juntamente com as demais lideranças, Maisa me contou melhor como foi este dia:

*Em 2017 veio a reintegração de posse, a tropa veio fazer o perímetro, já estavam em posição para entrar, quando foi um dia antes, a gente fez um laço com o deputado Zé Ricardo (PT), como ele trabalha com os direitos humanos, ele atendeu a gente como isso, então ele veio. A gente já conhecia ele pelo contato com a dona Maria da Fé, ele veio e decidiu*

conhecer a área, quando chegou aqui a gente pensou até em não atender ele, porque a gente estava naquela agonia, mas antes disso a gente já tinha conhecido o nosso defensor público, que agora é vice-governador, só que ele já tinha feito duas barradas (dois pedidos de anulação), todos os dois foram ignorados, aí ele deu entrada na terceira no último dia, que foi o último dia que o deputado Zé Ricardo veio aqui (Maisa, 2020).

Maisa narrou as sucessivas tentativas de pedidos de anulação da ordem de despejos, até sexta-feira, dia 20, um dia antes da entrada para a ordem de despejo, com o terceiro pedido de anulação realizado, a justiça deferiu pela sua suspensão, decisão tomada pelo Tribunal de Justiça do Amazonas – TJAM. As ocupações tiveram importantes alianças durante esse processo, nomes como Maria da Fé e o Deputado Estadual José Ricardo Wendling (PT)<sup>29</sup> atuaram em favor dos movimentos de moradia e tiveram grande contribuição para a anulação da ordem de despejo.

Para Maisa, o empenho do deputado José Riccardo foi importante para a anulação do pedido:

o Zé Ricardo veio fazer a visita na tarde aí a gente conversou com ele, falamos toda a situação pra ele, que o defensor público conseguiu barrar a segunda, e já entrou com pedido da terceira, e se nada der certo, amanhã vem a reintegração de posse pra cá, aí ele falou "só aguarde um momento", e falou que ia fazer um ligação, e que era pra gente aguardar um momentinho, ele foi para o Pascoal Alágio (ocupação), e fomos com ele, fomos acompanhar ele aqui, estava a Maria da Fé, daqui estava eu a Mônica, o Kildson, seu Leoncio o João, a Roseane, lá no Pascoal Alágio era o Hulk, a Maria, Leandro, a Rafaela, todo aquele povo, o pessoal de lá estava também naquela agonia, porque ia acontecer primeiro a reintegração de posse lá. Ele não tinha dado esperança pra ninguém, ele ligou pra lá, ele disse "eu já consegui falar com o juiz, só faltava ele enviar o documento", ele deu total positivo que não ia acontecer a reintegração. Passamos a noite toda velando, esse povo todo reunido aqui, foi quando o defensor público ligou, que baixaram a reintegração de posse, esse pessoal chorava, fizemos uma festa (Maisa, 2020).

No início do mês de outubro, no dia 04, as ocupações organizaram uma grande manifestação nas ruas da cidade, pedindo uma resposta do prefeito, exigiram que a prefeitura doasse terrenos para atender as famílias das ocupações que não teriam para onde ir. Segundo dados da Polícia Militar, a mobilização reuniu mais de 1.500 pessoas, e

---

<sup>29</sup> O deputado José Ricardo é conhecido popularmente como Zé Ricardo, seu trabalho é reconhecido dentro das ocupações por defender as ocupações de moradia e os movimentos sociais do Amazonas.

utilizando caixas de som, cartazes, palavras de ordem, cobraram a presença do prefeito para que ele apresentasse uma solução para o problema de moradia.

Foto 4 - Moradores da ocupação em Manifestação.



Crédito da foto: Ocimar Lima. <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/ocupantes-comecam-a-deixar-areas-invadidas-em-parintins-no-am.ghtml>.

Nesta foto podemos observar a mobilização dos moradores da ocupação do Castanhal saindo da área em direção às regiões centrais da cidade. Durante a Manifestação foi também utilizado uma churrasqueira que colocaram no meio da principal avenida para assar comida e demonstrar que estavam dispostos a permanecer ali. Assim, no mês de outubro ocorreram sucessivas manifestações e tentativa de diálogo com o poder público para que não houvesse o despejo. Sobre as manifestações Daniele observou o seguinte:

A manifestação fez com que a sociedade olhasse de uma forma diferente pra gente, não é à toa que muitos projetos sociais vieram pra cá, porque há uma necessidade e através dessa manifestação que a sociedade começou a olhar de outras formas pra ocupação. No entanto, na época, éramos vistos como bandidos, não temos políticas públicas de habitação, então o povo quer isso, e isso não temos, não é à toa que estamos aqui e viemos ocupar, queremos uma terra, um lar (Daniele, 2020).

Em sua fala, Daniele mencionou que não há políticas públicas de habitação, no entanto, é importante considerar que existem projetos habitacionais não concluídos e

muito menos entregues, como já mencionado. As lideranças buscaram pessoas que tinham certa militância e influência política para que pudessem contribuir com o movimento naquele momento em que havia uma ordem de despejo, como Maisa e Daniele. Dona Gisele mencionou o apoio do deputado José Riccardo e de dona Maria da Fé. Interessante notar que durante as falas, minhas interlocutoras não mencionaram outras pessoas da cidade, como políticos e a Igreja Católica, por exemplo:

*Tivemos o apoio do deputado Zé Ricardo, ele nos ajudou muito no tempo da reintegração de posse, [...] (Daniele Froiz, 2020).*

*A Maria da Fé é uma das que está com a gente nisso aqui, ela é uma pessoa importante, foi ela que estendeu a mão quando a gente mais precisou, ela e o deputado Zé Riccardo, são essas pessoas que vieram aqui e estenderam a mão quando ninguém mais estendeu (dona Gisele, 2020).*

*A Dona Maria da Fé que é representante do Con-Cidade, ela que nos ajudou muito, antes da pandemia tivemos uma reunião para ver como a gente podia fazer com a prefeitura, nós temos essa parceria com o Con-Cidade, nós temos essa parceria porque eles também lutam pela gente. O interesse do Con-Cidade é pela Dona Maria da Fé, porque se tivesse interesse municipal, porque ela quer ajudar e mostrar os meios pra gente chegar lá (Daniele, 2020).*

Dona Maria da Fé foi uma pessoa importante para a construção das mulheres enquanto lideranças, pois militou nos movimentos de luta por moradia na cidade de Parintins e sua presença é constantemente mencionada na pesquisa pela atuação dentro das ocupações. Sua experiência em movimentos sociais deu-se quando participou da Teologia da Libertação<sup>30</sup> na sua juventude. Ela foi uma das integrantes do primeiro Movimento das Mulheres na década de 1980 que se constituiu como uma associação que prestava assistência jurídica e acolhimento para as mulheres vítimas de violência na cidade (GONÇALVES, 2017).

Maria da Fé, como mencionado por Daniele e dona Gisele, atuou no ConCidade que é o Conselho Municipal da cidade de Parintins, um dos principais conselhos de instrumento de gestão<sup>31</sup>. Através do Conselho, Maria da Fé conseguiu promover ações e

---

<sup>30</sup> A Teologia da Libertação é uma corrente teológica cristã, que surgiu na América Latina após o Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, e contribui com as discussões sociais dentro das igrejas durante o regime militar.

<sup>31</sup> Segundo Seu Regimento Interno no Cap. I, Art. 2º O ConCidade/PIN tem por finalidade fiscalizar, assessorar, formular, estudar, propor e aprovar diretrizes para a implementação da política municipal de desenvolvimento urbano, e no que couber, com participação social e integração das políticas de Planejamento Territorial e Gestão do Solo Urbano, de Habitação.

diálogos entre a prefeitura e as lideranças das ocupações, assim como a formação política para os participantes.

Eu já conhecia dona Maria da Fé desde 2017, ela foi uma das minhas principais interlocutoras na pesquisa de conclusão de curso da graduação e foi através desse trabalho junto às mulheres do primeiro Movimento de Mulheres que cheguei até as mulheres das ocupações. Nesse momento, percebi que suas participações dentro dos movimentos de moradia eram extensões de sua militância e atuação política desenvolvida desde o movimento de mulheres. Ao longo dos anos mantive contato com dona Maria da Fé e quando retornei para Parintins em 2020 restabelecemos contato. Ela ajudou em minha inserção nos assuntos das ocupações e foi através dela que participei de uma reunião dentro do Pascoal Alágio no período pandêmico, a qual descrevo nos próximos subtópicos.

Dona Gisele contou que as lideranças buscavam constantemente o prefeito da cidade durante o processo de reintegração de posse. No entanto, segundo ela, o prefeito se absteve da responsabilidade administrativa quando falou: “ah eu não posso fazer nada, a única coisa que eu posso dizer pra vocês é que se vocês conseguirem eu vou aplaudir vocês”. Dona Gisele ressaltou que com muita luta junto com os moradores, amigos e apoiadores, como dona Maria da Fé e o deputado José Ricardo, conseguiram anular o pedido de reintegração de posse.

Na ocupação do Castanhal, Maísa contou que as associações buscaram apoio da igreja católica, no entanto, foram ignoradas:

Na igreja a gente só pegava água quando o pároco não estava, até a igreja se fechou pra gente, ele fechou a torneira, ele mandou vetar, por causa de umas situações. Tanto é que quando a gente foi procurar a igreja na outra liderança a gente conseguiu um padre que tinha acabado de chegar em Parintins. Ele ainda não estava por dentro do assunto, ele só veio pra fazer uma missão por três meses aqui, a partir dele que a gente conseguiu entrar na catedral para conversar com senhor bispo, e foi lamentável. Ele chamou a gente de tanta coisa, tudo que a sociedade chamava com olhares ele fez questão de chamar, ele chamou a gente de comunista, falou que ocupação só trazia desgraça, marido brigando com mulher, mulher traindo marido. Ele quis dizer que aqui era o inferno, a gente chegou a falar com uma irmã, que no tempo estava fazendo uma missão aqui, ela chamou a gente e falou que aqui morava gente igual porco no chiqueiro, porque é o que eles pensam ne, não tem energia, não tem água, não tem infraestrutura, 'como é que vocês vivem lá', porque a pessoa não conhece a realidade, né, e fica deduzindo que a gente viva aqui numa porquice (Maísa, 2020).

É interessante observar a não atuação da igreja católica nas atuais ocupações de moradia em Parintins, visto que nas ocupações de moradia da década de 1990, segundo Menezes (2018)<sup>32</sup>, a igreja católica teve importante relevância na articulação e nas negociações realizadas à época. Segundo a autora, durante a ocupação do hoje bairro Itaúna, a Igreja Católica se posicionou em favor dos ocupantes, principalmente em ação da Comissão Pastoral da Terra – CPT, quando esta vivia seu apogeu de lutas reivindicatórias do direito à terra em todo o território brasileiro e, em Parintins, intermediou as negociações entre os ocupantes e o poder público:

“A Igreja Católica foi uma das primeiras instituições a envolver-se no movimento, primeiramente prestando assistência básica, arrecadando roupas, cobertores, alimentos e remédios. Em seguida envolveu-se diretamente nas diversas manifestações de defesa do direito à moradia para os ocupantes nos meios de comunicação. Padre Gino Malvestio, pároco da paróquia de São José, onde estava localizada a área do Itaúna, tornou-se um dos membros da comissão de negociação para a efetivação das famílias na terra da antiga “fazenda Itaúna” (MENEZES, 2018, p. 11).

Nas ocupações que ainda seguem lutando pelo direito efetivo da terra como propriedade, a Igreja Católica não as apoia. Mônica me contou que no início das ocupações, as lideranças tiveram uma reunião com o bispo buscando o apoio da Igreja, mas ele disse que não era a favor das ocupações. O apoio da igreja católica seria importante porque, como mencionado por Menezes (2018), a igreja lutou junto com os movimentos de moradia daquela época. E o que se esperava era o mesmo apoio para que os movimentos atuais estivessem mais fortalecidos principalmente nas demandas sociais.

Ainda sobre o pedido de reintegração de posse, acompanhei as lideranças no dia em que a ordem de despejo seria efetivada, como já descrito anteriormente. No momento após o anúncio oficial, por meio das rádios locais, sobre a anulação da ordem que estava prevista para acontecer no dia 22 de outubro de 2017, as lideranças e moradores se reuniram debaixo de uma castanheira para comemorar a decisão. Mônica, vice-presidente da ocupação, ainda emocionada, mas com a voz forte, subiu em uma cadeira para explicar sobre a decisão da justiça para os moradores. Após esse discurso, de forma eloquente e com os braços erguidos, Maísa levantou palmas para dona Joana e para dona Clodilde, declarando que ambas eram símbolo da luta pela moradia e representavam a resistência

---

<sup>32</sup> MENEZES, Lucineli de Souza. **Ocupação de terra urbana em Parintins: formação do bairro de Itaúna I**. In: III Seminário Internacional em Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia - Manaus, 2018. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/iisiscultura/trabalho/80384>>. Acesso em: 29/07/2022 às 11:05.



por estarem participando desde o início da luta e por serem mulheres idosas. A foto abaixo complementa as narrativas e análises a que me propus até aqui:

Foto 5 - Dona Clodilde, Maisa e dona Joana.



Crédito: Ianna Gonçalves, 2017.

### 3. 4 A pandemia para as mulheres no Brasil e na Amazônia

O marcador temporal nessa pesquisa, especificamente em 2020, nas ocupações de moradia Castanhal e Pascoal Alágio, foi a pandemia da Covid-19. A covid-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV2, primeiramente identificado em Wuhan, na China, no final de 2019. O covid-19 foi declarado pela Organização Mundial da Saúde como uma Emergência Sanitária em janeiro de 2020.<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> “Ministério da Saúde define como uma emergência em saúde pública caracterizada por um cenário que demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública em situações que podem ser epidemiológicas, de desastres ou de desassistência à população. (MARQUIS; SILVEIR; PIMENTA, 2020, p. 239).

Segundo Calil (2021)<sup>34</sup> o Brasil está entre os piores indicadores relativos a óbitos e contaminação, situação que seria resultado da falta de estratégia coerente e sistemática por parte do governo brasileiro. O autor segue dizendo que:

Orientando-se pela perspectiva de atingir rapidamente a imunização coletiva (ou “imunidade de rebanho”), se utilizou de distintos instrumentos para estimular a intensificação da contaminação, recorrendo para tanto à disseminação de dados incorretos ou mesmo inteiramente falsos e à demonstração exemplar de comportamentos propícios à contaminação. Nesta perspectiva, entendemos que integram essa estratégia a desqualificação da pandemia (“histeria”, “história mal contada”, “gripezinha”, “neurose”), o estímulo a atitudes que induzem à aceleração do ritmo de contaminação (aglomeração, uso incorreto da máscara, defesa da abertura de academias, salões de beleza e escolas) e a propagação de falsas soluções, em especial com anúncio enganoso de medicamentos comprovadamente ineficazes (CALIL, 2021, p. 31).

Diante de uma calamidade mundial de saúde, observei o impacto da pandemia sobre as vidas das mulheres nos aspectos sociais, econômicos, de saúde, assim como as condições de trabalho e suas relações afetivas, pois acredito que a pandemia da covid-19 afetou mulheres e homens de maneiras diferentes e descortinou desigualdades marcadas por gênero, classe, gênero e raça. Compreendendo que “a pandemia de COVID-19 não traz apenas repercussões de ordem biomédica e epidemiológica, mas de efeitos e transformações sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos, epidemias mudam o mundo” (MARQUS; SILVEIR; PIMENTA, 2020).

No Brasil, o Ministério da Saúde registrou o primeiro óbito vítima de covid-19 no dia 12 de março de 2020, a morte da empregada doméstica Rosana Urbano, de 57 anos. Assim como Rosana, mulher negra e empregada doméstica, muitas outras mulheres foram impactadas pela pandemia, considerando que o impacto da covid-19 não se deu de forma igual para os grupos sociais, de diferentes lugares do país.

A pandemia desencadeou profundos debates e análises sobre o impacto na vida das mulheres, mães, trabalhadoras, negras e indígenas. Alinho-me à antropóloga Denise Pimenta (2020), pesquisadora sobre a epidemia do Ebola em Serra Leoa ao afirmar que a pandemia é coisa de mulher. Em sua pesquisa, Denise fez uma pergunta a uma interlocutora – “Por que morreram mais mulheres do que homens durante a epidemia do

---

<sup>34</sup> CALIL. Gilberto Grassi. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 30-47, jan./abr. 2021

ebola na Serra Leoa?” a resposta foi “... porque mulher não abandona o marido e os filhos, mesmo sabendo que eles estão doentes” (Pimenta, 2019, p. 11).

Pimenta (2019) afirma que a epidemia do ebola matou mais mulheres do que homens e concluiu que a mortalidade das mulheres estava relacionada ao trabalho do cuidado a seus familiares e amigos. Para a autora, a epidemia do ebola era generificada, colocando as mulheres em risco por conta da pesada responsabilização perante a trama de parentesco e afetos:

“Durante a epidemia do ebola, não foi diferente. Ao contrário, a sobrecarga do cuidado doméstico se intensificou, tornando a casa um lugar de extremado risco para as mulheres. Além do usual fardo de sempre, a casa passa a ser também perigosa. Dessa maneira, várias mulheres foram contaminadas enquanto cuidavam de seus maridos, filhos, pais e também de seus vizinhos e, de certa forma, também elas viraram o vetor de transmissão do vírus do ebola. Portanto, o mesmo amor que cuidava, colocava estas mulheres e meninas em situações de vulnerabilidade e risco. Adoecendo, muitas destas mulheres também eram cuidadas por outras muitas mulheres, que também teciam a trama de cuidado doméstico que, por sua vez, era a mesma rede de risco e transmissão da doença. O mesmo cuidado que salvava, também matava” (PIMENTA, 2019, p. 11).

Partindo dessa perspectiva, em seu trabalho sobre a pandemia da covid-19, Pimenta (2020)<sup>35</sup> afirma que uma pandemia tem rosto de mulher:

“Geralmente, epidemias e pandemias afetam muito mais mulheres do que homens, visto que estas são as responsáveis pelo cuidado com doentes e com a gestão dos recursos domésticos, o que as sobrecarregam fisicamente e psicologicamente. Sabendo que toda pandemia é generificada, racializada e tem classe social, pode-se dizer que a crise do novo coronavírus no Brasil tem cara de mulher preta e periférica e, muitas vezes, deficiente. Ou seja, a pandemia afeta, mesmo que não mate, a base da pirâmide social brasileira” (DENISE, 2020, p. 17).

O enfrentamento da crise de saúde pública nos hospitais e em casa, como bem mencionado por Pimenta (2019, 2020), é marcado pelo intenso e sobrecarregado cuidado das mulheres, pois elas ainda são a maioria na linha de frente do combate a covid<sup>36</sup>. Concordo que, com a pandemia da covid-19, as mulheres tiveram maior sobrecarga em função de aspectos decorrentes das medidas de isolamento social, como o fechamento de escolas e creches, demissões, trabalhos em modo remoto.

---

<sup>35</sup> PIMENTA, Denise. Pandemia é coisa de mulher: Breve ensaio sobre o enfrentamento de uma doença a partir das vozes e silenciamentos femininos dentro das casas, hospitais e na produção acadêmica. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, v. 8, n. 1, p. 8-19, 2020.

<sup>36</sup> Segundo o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS, as mulheres representam 65% dos mais de seis milhões de profissionais atuantes no setor público e privado de saúde. Segundo dados baseados no Censo do IBGE, em algumas carreiras, como Fonoaudiologia, Nutrição e Serviço Social, elas alcançam quase a totalidade, ultrapassando 90% de participação. Em outras, como Enfermagem e Psicologia, estão com percentuais acima de 80%.

A responsabilidade do cuidado com pessoas dependentes recai sobre as mulheres a partir da lógica do cuidado como uma dinâmica heteronormativa da família. A diversidade de experiência de mulheres dentro da pandemia também pode ser visualizada a partir das intersecções que as cercam, há mulheres que foram obrigadas a deixar seus empregos, tiveram seus salários diminuídos, outras fecharam a porta de seus estabelecimentos.

As mulheres negras são as mais vulneráveis à precarização, tendo em vista que o trabalho informal, um dos mais afetados na pandemia, tem mais presença delas, considerando também que são a maioria como chefes de famílias, sendo responsáveis pelo cuidado e pela econômica das famílias, como enfatiza Pimenta (2020) o território mais atingido pela pandemia é o periférico e que o grupo mais afetado é o da população negra, principalmente, as mulheres negras responsáveis pelo trabalho do cuidado.

Segundo Bianquini (2020)<sup>37</sup>, a perda de empregos decorrente da crise afetou especialmente mulheres que se concentram no setor de serviços, o mais afetado pela crise. No Brasil, mulheres são mais sujeitas à informalidade do que homens, mais de 90% dos trabalhadores domésticos vulneráveis economicamente são mulheres, e mais de 70% são mulheres negras, indicando a maior precariedade do emprego da mulher negra (BIANQUINI, 2020).

As mulheres pobres durante a pandemia vivenciaram maior vulnerabilidade social, convivendo com a insegurança alimentar e moradia, e com contas a pagar, sem emprego, vivendo em regiões que não tem saneamento básico, sem condições de realizar os cuidados básicos. Lavar as mãos com falta de água, usar álcool em gel, não ter distanciamento social são realidades que atravessam as mulheres periféricas e que colocam em questão as medidas da prevenção à covid-19.

O *home office*, mesmo que para uma parcela privilegia, ainda assim balançou as estruturas da dinâmica familiar. As mulheres que seguiram trabalhando durante a pandemia em atividades remotas para a manutenção dos seus salários, imbricadas às atividades domésticas e de cuidado, as sobrecarregou e exigiu que construíssem dinâmicas para atender suas demandas, sendo que as mulheres são as primeiras a ceder em função dos cuidados.

---

<sup>37</sup> BIANQUINI, H. Combate à violência doméstica em tempos de pandemia: o papel do Direito. ConJur, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-24/direito-pos-graduacao-combate-violencia-domestica-tempos-pandemia>. Acesso em: 31 junho 2022.

O auxílio emergencial como proposta de benefício de renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável, durante a pandemia da Covid-19, foi uma medida para sanar a crise para os trabalhadores e as trabalhadoras que tiveram suas atividades econômicas afetadas. O auxílio emergencial foi resultado da luta dos movimentos sociais e da bancada feminista juntamente com os partidos de esquerda dentro do Congresso Nacional.<sup>38</sup>

Pensando neste cenário pandêmico para as mulheres, com o isolamento social, a casa tornou-se um ambiente inseguro para muitas mulheres e meninas, quando se trata de violências nas suas múltiplas manifestações, como agressão física, violência verbal, moral, sexual, psicológica e o feminicídio. O confinamento restritivo com o autor de violências resultou na dificuldade de fazer a denúncia por conviverem no mesmo espaço, assim como a vigilância sobre os aparelhos celulares e acesso à internet torna as mulheres reféns do ciclo de violências. A atuação das organizações de redes, movimentos sociais, movimentos feministas, e coletivos foram fundamentais para o amparo das mulheres vítimas com atendimento psicológico e jurídico, e no acolhimento de mulheres, assim como na efetivação e criação de direitos.

Os primeiros casos de covid-19 no Amazonas foram registrados ainda no mês de março e, no segundo semestre de 2020, já havia indícios de que em Manaus haveria um colapso na rede pública hospitalar pela fragilidade da rede de saúde básica da capital e dos municípios vizinhos (ORELLANA et al, 2020). A crise do oxigênio no Amazonas, como ficou conhecida, foi deflagrada em 14 de janeiro de 2021, quando faltou cilindro de oxigênio nos hospitais do sistema de saúde público, com unidades hospitalares superlotadas e sem leitos nas UTIs. Isso marcou o colapso sanitário em Manaus, inclusive com recorrência a transferências de avião para outros estados do Brasil.

Para Silva et al (2022), a explosão da mortalidade geral em Manaus e a elevada proporção de óbitos em domicílio/via pública expôs a gravidade da epidemia em contextos de grande desigualdade social e fraca efetividade de ações governamentais, em especial aquelas voltadas ao enfrentamento das desigualdades sociais e para a garantia e fortalecimento do Sistema Único de Saúde. A ameaça da doença ascendeu à experiência do choque: a saturação dos serviços de saúde, a solidão dos moribundos, a morte sem

---

<sup>38</sup> Sendo importante mencionar (para não esquecer) que o valor inicialmente proposto pelo governo federal era de 200 reais para a categoria autônomos, desempregados e trabalhadores informais, a proposta foi derrubada pela bancada feminista no congresso, aumentado para 600 reais e 1.200 para mães e pais que recebem bolsa família.

ritos e sem despedidas, as covas coletivas, pois a pandemia chegou como uma onda, invadindo tudo, como tsunami, tomou a vida em um golpe (MARQUIS; SILVEIR; PIMENTA, 2020).

### **3. 5 Cotidiano nas ocupações e o atravessamento da pandemia do covid-19**

Durante minhas andanças pelas ocupações antes das medidas de isolamento social por conta da pandemia da covid-19, fiz algumas observações pontuais sobre as dinâmicas cotidianas, principalmente das mulheres. Observei mães que levavam seus filhos para a escola utilizando triciclos, bicicletas e motos para o deslocamento, observei a dificuldade de sair e entrar na ocupação por conta das ruas esburacadas e cheias de lama, dificultando a passagem das crianças, em especial nos dias chuvosos. Nos horários da manhã observei que mulheres desenvolviam atividades econômicas na frente das suas casas com os *boxes* de vendas e algumas casas vendiam comida para o almoço, com churrasqueira na frente. No final da tarde, colocavam banca de vendas de bolos, doces, salgados, pipoca.

Minhas interlocutoras da ocupação do Castanhal, Maísa e Mônica, tinham os seus *boxes* de venda e fui atendida nesses espaços. Uma das maiores dificuldades que tive foi encontrá-las disponíveis para conversar, pois estavam ocupadas com afazeres domésticos e ao mesmo tempo dando conta de suas vendas ou, ainda, resolvendo problemas da ocupação. Antes de decretar a quarentena da pandemia da covid-19, havia um processo de reintegração de posse em aberto e as lideranças estavam trabalhando em cima disso. Mônica me falou que estavam fazendo um levantamento das famílias da ocupação, de casa em casa, para registrar os moradores. Com a pandemia, o processo foi suspenso, o que amenizou a situação para as lideranças.

Como já mencionei anteriormente, antes da pandemia eu tinha conseguido marcar uma reunião com Maísa e as demais lideranças na ocupação do Castanhal, mas na semana em que iríamos fazer o encontro, foi decretada a quarentena, inviabilizando a pesquisa naquele momento. É importante dizer que não consegui observar muito o cotidiano das mulheres por conta das medidas de isolamento social. No entanto, durante esse período continuei observando e acompanhando as ocupações pelas redes sociais oficiais das ocupações e através dos perfis de minhas interlocutoras.

Observar as lideranças dentro da rede social *Facebook*, era uma forma de eu estar próxima e saber sobre as ações que aconteciam dentro das ocupações. Segui as páginas das associações pela minha rede social pessoal, acompanhei as postagens de muitas ações

sociais de entrega de alimentos e cestas básicas que foram promovidas pela Secretaria de Assistência Social do município de Parintins - SEMAST com as lideranças das associações. Como podemos ver nas fotos abaixo:

Foto 6 - Mônica entregando sacolas de alimentos para moradoras.



Crédito: Facebook da Ocupação do Castanhal.

Foto 7 - Maísa e Mônica e demais moradores posando com as frutas doadas pela SEMAST.



Crédito: Facebook da Ocupação do Castanhal.

Foto 8 - Moradora cortando mandioca.



Crédito: Facebook da Ocupação do Castanhal.

Os alimentos entregues pela prefeitura foram produtos regionais, como mandioca, banana, vindo de produtores rurais das comunidades próximas que também por conta da pandemia foram prejudicados em suas vendas. Observei também a entrega de peixes, jerimum e cestas básicas que, com certeza, ajudaram muito as famílias dentro das ocupações no período pandêmico. A rede social *facebook* foi uma ferramenta crucial para acompanhar as ocupações, observei que ela é uma importante ferramenta de mobilização, pois é através dela que as lideranças divulgam as ações que ocorrem, e utilizam como divulgação de informes, os perfis das ocupações mostram sempre a bandeira da luta pela moradia.

Maisa me contou que antes de estar na ocupação ela estudava, trabalhava e vendia produtos Avon para ter o seu dinheiro, e quando foi morar na ocupação só ficou centrada na casa e no cuidado dos filhos. Acostumada com a vida ativa e autônoma que tinha antes, Maisa buscou ter uma fonte de renda e montou sua venda para trabalhar em casa a fim de dar conta dos cuidados de casa e dos filhos e conciliar com o trabalho da ocupação.

A venda para Maisa e Mônica significou ter autonomia dentro de casa, pois não podendo trabalhar fora, elas utilizaram o espaço doméstico para desenvolver atividades que contribuíssem para a renda familiar.



[...] Aqui tem muita mulher que faz manicure, faz bordado em guardanapo, que mexe com comida, guloseima, isso aqui dentro, a gente ver que o trabalho é dobrado, não é porque o homem trabalha fora de casa que é pedreiro que pintor, que ele trabalha mais, porque mulher sempre busca uma forma de ganhar dinheiro e não depender muito do homem, daí que surgiu o meu negócio, porque quando ele trabalhava era um salário, a gente dividia pras as nossas continhas e nunca sobrava nada, mulher tem suas necessidades e eu vou lá pedir dele, e ele perguntava 'pra que que tu quer', tu trabalha igual uma égua velha e ainda quando pede um tanto pra comprar um sutiã ainda tem que pedir pra comprar um sutiã. Desde daí, ah não, eu nunca dependi da minha mãe, sempre trabalhei, nunca dependi dela, então pra mim foi mais difícil ainda, eu fiquei um tempão dependendo dele (Maisa, 2020).

A narrativa de Maisa indica que é no cotidiano das ocupações que as mulheres buscam formas de trabalho como “*manicure, bordado em guardanapo, com comida e guloseimas*”, atividades econômicas rentáveis e realizadas dentro de casa, como os *boxes* de venda que são espaços de oferta de produtos da cesta básica, como açúcar, café, arroz, óleo, farinha e etc.

Foi a partir da flexibilização das medidas de segurança na pandemia por causa das eleições municipais que voltei às ocupações. Voltar ao campo naquele momento era uma atividade de olhar, ouvir e escrever (DE OLIVEIRA, 1996)<sup>39</sup>. Fiz um trabalho de andar pelas ruas durante esse período, uma forma de me aproximar de algumas mulheres que tinham boxes de venda, foi quando conheci dona Sandra que estava organizando seu *box* de vendas quando me aproximei dela. Dona Sandra me contou que durante aquele período em que estava ganhando o auxílio emergencial conseguiu juntar dinheiro para montar seu pequeno comércio, o abastecendo com compras nos grandes supermercados, como pacotes de arroz, feijão, açúcar, leite, macarrão. Sua estratégia era dividir em pequenas porções para vender no valor de 1 a 2 reais, pois a maioria das pessoas da ocupação, segundo ela, não tinham condições de comprar um pacote de arroz inteiro ou um litro de óleo de soja. A venda de produtos fracionada ou *a granel* são práticas comuns em lugares periféricos e na região interiorana de cidades pequenas do Amazonas.

Para dona Sandra, foi uma forma de ganhar dinheiro ficando em casa com seu filho pequeno, enquanto seu marido saía para fazer uns bicos como trabalhador em construção civil. Abaixo podemos ver como os boxes de venda se configuram:

---

<sup>39</sup> DE OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. Revista de antropologia, p. 13-37, 1996.

Foto 9 - Box de venda de Mônica.



Crédito da Foto: Cristian Siccu.

Foto 10 - Box de venda da Coruja.



Crédito: Cristian Siccu.

Observei, enquanto entrevistava Maísa, mulheres que iam até o seu *box* para comprar alguma coisa, pegavam a revista da Avon e a folheavam observando os produtos à venda. Nesse momento, aproveitavam para perguntar sobre o andamento do processo de reintegração de posse que tinha sido paralisado por conta da pandemia. Observei, portanto, que os pontos de vendas se tornaram locais de encontro entre as mulheres, como

vi na casa de Maísa, e potencializavam a rede de relações entre elas dentro das ocupações. No período em que fiz a observação, não identifiquei a presença de homens.

Para as mulheres das ocupações que tinham *boxes* de venda e que botavam banca, permanecer em casa com um trabalho de renda autônomo possibilitou obter seu próprio dinheiro e desenvolver as atividades domésticas, como o cuidado dos filhos, além dos trabalhos de liderança.

### **3.6 Reuniões: Dia dos Pais e a III ocupação**

Durante o mês de agosto de 2020, quando iniciou as campanhas eleitoras para as eleições municipais, as normas de combate à pandemia foram flexibilizadas, como o *lockdown* que permitiu o trânsito nas ruas e aglomeração até às 15h. Foi nesse período que retornei ao campo para fazer a pesquisa, como já mencionei anteriormente.

Uma reunião foi marcada para o dia 8 daquele mês, o que me pareceu uma boa oportunidade de participar e observar o movimento. Havia verbalizado a dona Maria da Fé meu desejo de participar de encontros e reuniões promovidas pelas ocupações, então ela convidou-me para a acompanhar. Dona Maria da Fé foi convidada porque era uma das representantes do Con-Cidade, e devido ao seu prestígio como militante pela luta por moradia dentro da ocupação desde a sua formação e organização, sendo uma pessoa de referência para os que estavam ali (FERNANDES, 2001).

A reunião estava marcada para as 16 horas da tarde, cheguei um pouco mais cedo juntamente com dona Maria da Fé, e mais um colega que me ajudaria a tirar fotos. A intenção foi chegar cedo, acompanhar a organização do espaço e observar a chegada dos moradores. As lideranças da ocupação, como o senhor Edney, dona Cláudia, dona Gisele, já estavam no local escolhido, era uma área limpa, de pouco movimento dentro da ocupação, onde uma árvore de canto da rua jogava sua sombra sobre as pessoas presentes na reunião.

Sobre a organização do espaço para reuniões, Comerford (1990) reflete que “a organização espacial dos participantes da reunião e a montagem de seu “cenário” são relativamente simples, porém significativas. Variável organizadora básica nesse aspecto é o grau de distanciamento e separação entre o lugar onde ficam a coordenação e as pessoas de destaque (como os convidados) – que é a mesa – e os demais participantes” (COMERFORD, 1999, p. 51). A organização das cadeiras se deu de forma enfileirada

com um metro de distância, por conta das normas da pandemia. As mesas onde sentariam as lideranças e convidados foram arrumadas de frente para as cadeiras. Como cheguei cedo, ajudei na organização, seu Ednei me disse que deveríamos ter a preocupação com o distanciamento para que as pessoas de fora vissem que não estavam se aglomerando. O receio da crítica por parte de seu Ednei era legítimo, já que as pessoas de fora olhavam a ocupação com preconceito.

Foto 11 - Visão geral do lugar da reunião



Crédito: Cristian Sicsú.

Foto 12 - Moradores chegando na reunião.



Crédito: Cristian Sicsú.

Foto 13 - Moradores na reunião.



Crédito: Cristian Sicsú.

Durante o momento de arrumação, as lideranças conversaram sobre as pautas da reunião, numa tentativa de acordo antes de seu início. Percebi que existia um conflito entre as lideranças sobre uma pauta específica. Se aproximando das 16 horas, as lideranças que estavam organizando o espaço foram para suas casas se arrumarem com a preocupação de estarem bem-vestidos para aquele momento.

A informação sobre a reunião circulou principalmente nos grupos de *WhatsApp* da ocupação, além da boca a boca, os moradores foram chegando à medida em que se aproximava do horário marcado. Podemos observar na Foto 11 que as primeiras pessoas que chegaram na reunião foram as mulheres com seus filhos e elas ocuparam a maioria das cadeiras, o que reforça o argumento de que são a maioria dentro das reuniões, mesmo sendo uma atividade que contemplava o dia dos pais.

Para reforçar o chamado para a reunião foram utilizados foguetes, prática bastante comum em reuniões nas comunidades interioranas do Amazonas. Observei que antes do início da reunião, houve reencontros entre os moradores, numa certa dinâmica correspondente às diferentes áreas contempladas pela ocupação do outro Pascoal Alágio. Os moradores das casas do projeto habitacional, por exemplo, estavam mais distantes dos moradores das demais áreas, os moradores da área da Lady Laura estavam mais próximos da área dos moradores do Pascoal Alágio. Essas observações foram feitas a partir de suas próprias falas ao se identificarem como sendo de tal área quando intervinham dizendo “sou morador da área das casinhas”, por exemplo.

Os encontros que as reuniões propiciam, como nos diz Comerford (1999), momentos fundamentais no sentido de estabelecer, atualizar e consolidar laços que compõem as redes de sociabilidade que atravessam as organizações formalmente estabelecidas e que são fundamentais para a sua existência de fato. Desta forma “as reuniões se tornam pontos de passagem obrigatórios para a legitimação das lideranças e de suas ações, bem como focos de ordenação das ações de mediação empreendidas pela organização de trabalhadores” (COMERFORD, 1999, p. 70).

A abertura da reunião se deu com a fala do seu Edney, chamando as lideranças e a convidada, dona Maria da Fé a comporem a mesa. Nesse momento, seu Edney sinalizou que estava presente naquela reunião eu, Ianna, como universitária que estaria fazendo uma pesquisa na ocupação, e o Sr, Kildson, presidente da ocupação do Castanhal. Alguns momentos da reunião podem ser visualizados com as fotos abaixo.

Foto 14 - Lideranças e convidados na ocupação do Pascoal Alágio.



Crédito: Cristian Sicsú.

Foto 15 - Dona Claudia mostrando o levantamento dos moradores.



Crédito: Cristian Siccu.

Foto 16 - Seu Ednei erguendo a carta de afastamento de Leandro.



Crédito: Cristian Sicsú.

A reunião tinha pautas já definidas e depois seria aberta para os moradores tirarem suas dúvidas. Iniciou com seu Ednei fazendo a leitura da carta de Leandro, presidente afastado da associação que estaria deixando o cargo por problemas de saúde, sendo que a leitura da carta sinalizava que seu Ednei assumiria a presidência. Depois, seu Ednei relembrou a situação jurídica da ocupação, mencionando que tinha um pedido de

reintegração de posse paralisado por conta da pandemia, e que constantemente buscava saber sobre a situação junto à defensoria.

Os moradores ouviram a fala de seu Ednei atentos, pois ele possuía experiência e falava bem, conseguindo captar sua atenção. A reunião, com efeito informativo, também despertou o interesse para ficarem a par da situação jurídica da ocupação. Dona Maria da Fé, como representante do Con-cidade e presença já conhecida na área, também teve seu momento de fala, sendo que em seu discurso preferiu falar de sua atuação no Con-Cidade e sobre os trabalhos desenvolvido dentro das ocupações.

Depois, Daniele Froiz como secretária da associação, falou sobre o levantamento geral que estavam realizando para averiguar o número de moradores e algumas questões sobre quem havia deixado a ocupação, quem tinha repassado a casa, a fim de que houvesse um controle. Naquele momento, estava tendo um grande problema sobre denúncias de vendas de terras dentro da ocupação, prática proibida e tal levantamento seria para coibir esse tipo de problema.

Foto 17 - Daniele Froiz



Crédito: Cristian Sicsú.

Foi nesse momento da apresentação do levantamento que percebi uma tensão entre as lideranças e os moradores, porque já havia um segundo levantamento feito por parte de outra liderança, o que se tornou problemático entre elas. Em suma, não consegui



acompanhar o desfecho dessa situação. Somente dona Maria da Fé, Daniele e dona Claudia tiveram seu momento de fala nesse ponto.

O período eleitoral se aproximava, então, membros da associação tinham suas posições partidárias, o que percebi como uma das questões dos conflitos entre as lideranças. Seu Ednei retornou a comandar a reunião chamando o convidado, senhor Kildson, então liderança da ocupação do Castanhal para falar algumas palavras. Em seu discurso, sr. Kildson enunciou sobre o problema das ocupações mediante os novos processos de reintegração de posse e sobre a necessária união entre as ocupações enquanto movimento de luta por moradia para enfrentar os problemas. Além disso, discursou sobre cobrar respostas dos políticos sobre a situação da ocupação.

Seu discurso, já em tom de campanha política como pré-candidato nas eleições municipais, chamava atenção dos moradores, persuasivo, conseguia captar sua atenção. Senhor Kildson demonstrou que sua experiência na luta no movimento de moradia seria o foco principal de sua campanha política, seu desejo de se eleger politicamente como vereador era para que as ocupações tivessem um representante na câmara dos vereadores.

Percebi que sr. Kildson e sr. Ednei tinham alianças bem fortalecidas e, posteriormente, durante a campanha eleitoral, o sr. Ednei o acompanhava em sua campanha, atuando juntos no discurso de luta pela moradia. O sentido de luta, neste contexto, dizia respeito a um projeto político que atenderia as demandas das ocupações.

Os questionamentos realizados pelos moradores durante seu momento de fala, versaram sobre denúncias e insatisfação sobre algumas regras. Uma delas foi a “proibição de melhorar a casa”. Lembro de ouvir de um morador sobre como ele trabalhava para melhorar sua vida nos cinco anos em que estava dentro da ocupação, mas não podia melhorar sua casa. Sua fala me remeteu a um momento em que uma das lideranças ressaltou que dentro da ocupação não deveria ter casas de alvenaria, porque isso passava a imagem de pessoas que estão bem financeiramente, sendo que a ocupação deveria ter uma imagem de pessoas que precisam de moradia e não de que tem condições de ter uma casa bonita, pelo menos até a ocupação não virar um bairro legalizado.

Foto 18 - Entrega dos prêmios pelas lideranças da associação do Pascoal Alágio na reunião do dia dos Pais



Crédito: Cristian Sicsú.

Quase ao final da reunião, começou o sorteio de prêmios para os dias dos pais, seu Ednei falou que aqueles prêmios foram doados pelos próprios moradores, eram bolos, refrigerantes, brindes surpresa, cestas básicas. Trago as fotos acima para evidenciar a presença das mulheres dentro das reuniões enquanto representantes de suas famílias. Os brindes do Dia dos Pais foram dados a partir de uma dinâmica do sorteio, sendo que cada família, na ausência do pai, foi representada pelas mulheres que receberam os prêmios.

Procurei descrever a partir das minhas observações e anotações no caderno de campo a reunião dos moradores da ocupação do Pascoal Alágio organizada pelas lideranças da associação no dia nos pais, 08 de agosto de 2020. Percebendo as dinâmicas e interesses, as reuniões dos moradores são elementos importantes nos espaços de organização política, pois aparecem como fundamentais para o caráter democrático, igualitário e participativo das organizações sociais (COMERFORD, 1999).

## **Considerações finais**

Descrever e documentar as vivências e experiências de mulheres que ocuparam posição de lideranças nas ocupações de terra Pascoal Alágio e Castanhal na cidade de Parintins foi um processo que me possibilitou compreender melhor a construção dessas mulheres como agentes políticas das mobilizações de luta por moradia.

Observei que Parintins, em decorrência de seu crescimento urbano desde a década de 1960, vivenciou uma crescente inversão populacional com o deslocamento de muitas pessoas para a área urbana. Essa situação ocasionou recorrentes problemas sociais, em específico a falta de moradia na cidade.

As mobilizações populares iniciaram na década de 1990, com os movimentos de luta por moradia e nelas observei o protagonismo de mulheres que tornaram as mobilizações organizadas enquanto lutas de referências para os movimentos de ocupação de moradia que surgiram nos anos seguintes. Como observei ao longo do texto, entendo a ocupação como um ato político, segundo Schwade (1995). No caso de Parintins chama atenção pela falta de moradia e pelos projetos de habitação inacabados.

As lutas de moradia na cidade também podem ser visualizadas como protestos e reivindicações sobre os projetos de habitações iniciados e não finalizados. Com isso, as problemáticas de moradia, causando massivas mobilizações, como as ocupações iniciadas nos anos de 2016, formaram as ocupações posteriores do Pascoal Alágio e do Castanhal.

Averigui que, nos contextos apresentados desta dissertação, a participação efetiva das mulheres em tais mobilizações são postas a partir de suas experiências com o problema de moradia, pois o aluguel, a coabitação familiar e a ordem de despejo marcaram suas vivências. As narrativas das interlocutoras evidenciaram que a dificuldade de acesso à moradia é uma realidade que afeta principalmente as mulheres, sobretudo, as mulheres, negras, mães e periféricas. Desta forma, a perspectiva de gênero, classe e raça de forma interseccional possibilitou um olhar mais atento às desigualdades que afetam as mulheres, em especial em relação à moradia.

A busca pela ocupação por inúmeras famílias como possibilidade de conseguir um terreno para a construção de uma casa se destaca pela intensa participação das mulheres. O espaço de uma ocupação se constitui como um espaço interativo para elas, no qual permanecem e fortalecem o sentido de luta ao estarem presentes ao longo do dia no início do movimento, marcando sua posição.

As narrativas esclarecem que nesses espaços são elas que participam das reuniões, rodas de conversas e que demonstram maior engajamento nas atividades internas. Isso faz com que as ocupações se tornem espaços de interação política para as mulheres, empenhadas em fazer a luta acontecer. O engajamento das interlocutoras, evidenciado por suas narrativas, evocou motivações familiares, sendo elas que carregam a responsabilidade do cuidado e da manutenção dos filhos. O desejo da casa própria, e a busca de ter algo que é seu, exprime reflexões ligadas às questões de gênero.

No entanto, observei que a participação política das mulheres dentro dos movimentos de ocupação não é limitante às questões familiares, pois ao decorrer de suas vivências desenvolvem e acionam suas agências quando se percebem pertencentes a uma luta coletiva. As ocupações, como espaço de interação e mobilização política, transformam a vida das mulheres. São nesses espaços que elas começam a se enxergarem como agentes políticos, o que possibilita a transformação de si, na sua autonomia e na satisfação pessoal de estarem em uma luta coletiva.

Para Schwade (1995) a participação na luta pela terra resulta na elaboração de um projeto de vida que engendra a militância. Desta forma, a luta pela moradia ganha sentido coletivo, e a partir de suas agências elas vão desenvolvendo formas de lutar para além das questões pessoais e desejos próprios. Assim, elas adentram em cargos dentro das organizações das ocupações, assumindo-se como lideranças e mobilizando-se de forma efetiva no movimento de moradia.

A atuação das lideranças mulheres dentro da organização política das ocupações demonstra que sua participação nos espaços de poder ainda é marcada pelas desigualdades de gênero, visualizadas a partir das narrativas das interlocutoras que evocam suas experiências nestas posições.

Os obstáculos e desafios adquiridos ao ingressar na vida política das ocupações podem ser visualizados no cotidiano, nas relações familiares e principalmente nas responsabilidades e cuidados com seus dependentes. O que contrasta nas atividades desempenhadas por elas em relação as atividades desempenhadas por seus companheiros de luta. Podemos considerar que o trabalho feito pelas mulheres nos espaços políticos das ocupações demonstram que elas, apesar das dificuldades, desempenham um trabalho de cuidado e convivência dentro das áreas estudadas.

As múltiplas jornadas de trabalho das mulheres ainda colidiram com as formas de renda extra que buscaram obter no espaço de suas casas. Observei que nesses espaços acionaram suas agências e desenvolveram outros trabalhos de sobrevivência, como

pontos de vendas que contribuíram para sua autonomia financeira, visualizados a partir das observações etnográficas.

As observações feitas no ano de 2020, durante o primeiro ano da pandemia da Covid-19, mostraram que as mulheres, confinadas dentro de suas casas nas ocupações, buscaram formas de trabalho que podiam ser desempenhadas em seus lares, especialmente com a venda de produtos de cestas básicas, sendo que tal atividade, além de representar ganhos financeiros, ainda ajudou aqueles que não tinham poder de compra melhores.

À vista disso, as ocupações na cidade de Parintins tornaram-se espaços de organização e engajamento político para as mulheres, ativas na luta pela moradia. O aprendizado político efetivo na vida dessas mulheres se transformou em luta coletiva e transformação de si. Esse trabalho buscou, portanto, descrever as narrativas e as vivências das mulheres lideranças das ocupações de moradia que levaram a tal transformação.

## REFERÊNCIAS

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista brasileira de ciência política*, p. 89-117, 2013.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. Boitempo Editorial, 2018.
- BIANQUINI, H. Combate à violência doméstica em tempos de pandemia: o papel do Direito. *ConJur*, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-24/direito-pos-graduacao-combate-violencia-domestica-tempos-pandemia>. Acesso em: 31 junho 2022.
- BITTENCOURT, Antonio C. R. *Memórias do Município de Parintins: estudos históricos sobre sua origem e desenvolvimento moral e material*. Manaus: Edição Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2001.
- BONETTI, Alinne de Lima. *Não basta ser mulher, tem de ter coragem: uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife - PE / Alinne de Lima Bonetti*. - Campinas, São Paulo. [s. n.], 2007.
- BOULOS, Guilherme. *Por que ocupamos? uma introdução à luta dos sem-teto*. Editora Autonomia Literária LTDA-ME, 2018.
- CALIL, Gilberto Grassi. *A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista*. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 140, p. 30-47, jan./abr. 2021
- CARDOSO, R. *Movimentos sociais urbanos: balanço crítico*. In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. *Sociedade política no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 313-350.
- CERQUA, Dom Arcângelo. *Clarões de Fé no médio Amazonas*. Manaus: ProGraf – Gráfica e Editora, 2009.
- CURIEL, Ochy. *Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org). *Pensamento feminista hoje: perspectiva decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p, 120-138.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Boitempo Editorial, 2021.
- COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.
- CORDEIRO, Maria Audirene de Souza. *“A canoa da cura ninguém nunca rema só”: O se ingerar e os processos de adoecer e curar na cidade de Parintins (AM)*. 2017. Tese. (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus/Am, 2017.
- CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. *Revista estudos feministas*, v. 10, p. 171-188, 2002.

DELBONI, Claudia. Mulheres da Terra: História e memória das assentadas de Sumaré II no limiar do século XXI. Tese. (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2008.

DEERE, Carmen Diana. Sobre Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

DE OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. Revista de antropologia, p. 13-37, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A ocupação como forma de acesso à terra. 8º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2001.

FONSECA, Claudia. Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. Pesquisando a família: Olhares contemporâneos, p. 55-68, 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional no Brasil - 2016-2019. Belo Horizonte: FJP, 2021.

GALVÃO, Eduardo. Santos e Visagens: um estudo da vida religiosa de Itá. Rio de Janeiro: Companhia editorial nacional, 1954.

GONÇALVES, Renata; ABREU, Suellen. Do Plano Nacional De Políticas Para as Mulheres ao “machistério” de Temer. Revista de Políticas Públicas, vol. 22, núm. 2, 2018.

GONCALVES, Ianna Paula Batista. “Nós Éramos Tidas Como Mulheres Radicais”: O Movimento Das Mulheres Em Parintins (1980-1990). TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) – Licenciatura em História. Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Parintins, 2017. Disponível em: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/bitstream/riuea/915/1/%E2%80%9C%E2%80%9D3%B3s%20C3%A9ramos%20tidas%20como%20mulheres%20radicais%E2%80%9D%20-%20o%20movimento%20das%20mulheres%20em%20Parintins%20%281980-1990%29.pdf>. Acesso em: 28, de nov. de 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Editora: Companhia das Letras, 2020.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e luta pela moradia. São Paulo, Loyola, 1991.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

HARDING, Sandra. A instabilidade das Categorias Analíticas na Teoria Feminista”, in Revista de Estudos Feministas, vol.1,no.1, 1993, Rio de Janeiro CIEC/ECO/UFRJ, p.19.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. Cad. Metrop., São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 951-974, set/dez 2019 <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4612>.

- IPEA, 2010. PNAD – Primeiras análises: investigando a chefia feminina da família. n. 65, 2009.
- IBGE, 2016. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015. Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro, 2016.
- LEVY, Charmain.; LATENDRESSE, Anne; MARSAN, Marianne Carle. Movimento popular urbano e mulheres no Brasil: uma experiência de feminização das políticas públicas de habitação. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 18, n. 63. p. 310-334, Jul./Dez., 2013.
- LOURENÇO. Tiago Castelo. Cidade ocupada. Dissertação (Mestrado) – Curso de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9QRGL5>. Acesso em 09 ma. 2022.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: Notas para uma etnografia urbana. *RBCS* Vol. 17 n 49 junho/2002.
- MARGUTI, Bárbara Oliveira. Políticas de Habitação. In: COSTA, Marcos Aurélio; MAGALHÃES, Marcos T. Q; Favarão, Cesar B (org). *A nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação*. Brasília: Ipea, 2018, p. 119-133.
- MARINHO, Thiago Pimentel; SCHOR, Tatiana. Segregação socioespacial, dinâmica populacional e rede urbana na cidade de Parintins/Am. *Geografares*, nº 7, 2009.
- MENEZES, Lucinele de Souza. Ocupação, conflitos e conquistas: A luta pelo direito à Terra para moradia e a formação do bairro de Itaúna I/ Parintins-Amazonas. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Parintins/Am, 2017.
- MENEZES, Lucineli de Souza. Ocupação de terra urbana em Parintins: formação do bairro de Itaúna I. In: III Seminário Internacional em Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia - Manaus, 2018. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/anais/iiisiscultura/trabalho/80384>>. Acesso em: 29/07/2022.
- MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica da América Latina. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org). *Pensamento feminista hoje: perspectiva decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 96-118.
- MOHANTY, Chandra Talpade. □ Sob os Olhos Ocidentais: Erudição Feminista e Discursos Coloniais. In: *Discurso colonial e teoria pós-colonial*. Routledge, 2015. p. 196-220.
- MUNFORD, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1998.
- OLIVEIRA, José Aldemir de. *A cultura, as cidades e os rios na Amazônia*. *Ciência e Cultura*, v. 58, n. 3, p. 27-29, 2006.



ORTNER, Sherry B. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam Pilar (et.alli). Reunião Brasileira de Antropologia (2ª : Goiânia : 2006) Conferências e práticas antropológicas / textos de Bárbara Glowczewski, ... (et.alli.) ; organizadores Miriam Pillar Grossi, Cornelia Eckert, Peter Henry Fry. – Blumenau : Nova Letra, 2007.

ORELLANA, Jesem Douglas Yamall et al. Explosão da mortalidade no epicentro amazônico da epidemia de COVID-19. Cadernos de saúde pública, v. 36, 2020.

PIMENTA, Denise Moraes. O cuidado perigoso: tramas de afeto e risco na Serra Leoa (a epidemia de Ebola contada pelas mulheres, vivas e mortas). 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PIMENTA, Denise. Pandemia é coisa de mulher: Breve ensaio sobre o enfrentamento de uma doença a partir das vozes e silenciamentos femininos dentro das casas, hospitais e na produção acadêmica. Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia, v. 8, n. 1, p. 8-19, 2020.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam (orgs.). Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem simbólica. Psicologia usp, v. 15, p. 11-28, 2004.

SAUNIER, Tonzinho. Parintins: Memórias dos acontecimentos históricos. Manaus: Editora Valer, 2003.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Presidência da República, Brasília, 2005.

SEGATO, Rita Laura. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. Série Antropologia 236, Brasília, 1998.

SCHOR, Tatiana; MARINHO, Thiago Pimentel. Ciclos econômicos e periodização da rede urbana no Amazonas - Brasil: As cidades Parintins e Itacoatiara de 1655 a 2010. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n.56, p. 229-258, jun. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i56p229-258>.

SCHWADE, Elisete. A LUTA PELA TERRA Sentidos da Participação. Revista Cadernos do Ceom, v. 9, n. 9, p. 47-66, 1995.

SCHWADE, Elisete et al. Discursos e feminismos em movimento entre a Marcha Mundial de Mulheres e o MST. Revista Sociais e Humanas, v. 25, n. 2, p. 221-230, 2012

SOUZA, Tadeu de Souza. Missão Vila Nova - Parintins: dos Jesuítas aos missionários do PIME. Gráfica João XXIII, 2003.